

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

**Mariane Goettert Martins**

**CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE VÁRZEA DE PORTO ALEGRE:  
uma abordagem sócio-histórica (1993-2014)**

Porto Alegre  
2016

**Mariane Goettert Martins**

**CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE VÁRZEA DE PORTO ALEGRE:  
uma abordagem sócio-histórica (1993-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

Porto Alegre  
2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Mariane Goettert  
CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE VÁRZEA DE  
PORTO ALEGRE: uma abordagem sócio-histórica (1993-  
2014) / Mariane Goettert Martins. -- 2016.  
163 f.

Orientador: Marco Paulo Stigger.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa  
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,  
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Esporte. 2. Futebol. 3. Futebol de várzea. 4.  
Municipal da várzea. 5. Políticas públicas. I.  
Stigger, Marco Paulo, orient. II. Título.

**Mariane Goettert Martins**

**CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE VÁRZEA DE PORTO ALEGRE:  
uma abordagem sócio-histórica (1993-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências do Movimento Humano.

Conceito Final:

Aprovado em: ..... de ..... de .....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo – UFRGS

---

Prof. Dr. Mauro Myskiw - UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo - UFPel

---

Orientador - Prof. Dr. Marco Paulo Stigger – UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

No momento em que finalizo esse trabalho, penso que a sua realização só foi possível devido ao auxílio de várias pessoas e instituições. Por isso, quero agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) pela oportunidade de realizar este estudo e pelo processo de formação recebido.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida, a qual me possibilitou melhores condições para efetuar a minha pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Marco Paulo Stigger, por acreditar em mim e pelo incentivo constante ao longo dessa minha trajetória.

Agradeço aos integrantes do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF) pelo aprendizado que tive com vocês nesses dois anos de convivência, pelo auxílio na construção deste trabalho e pelo apoio recebido sempre que precisei.

Agradeço aos funcionários da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre (SME) por terem me possibilitado procurar documentos nos seus espaços, assim como pela disposição que apresentaram em me ajudar no que foi preciso.

Agradeço a todos os meus colaboradores pela participação na minha pesquisa e pela receptividade que tiveram comigo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu marido, familiares e amigos pelo apoio recebido durante a elaboração do meu trabalho. Muito obrigada a todas as palavras de estímulo, às conversas e a paciência que tiveram comigo durante todo esse período.

## RESUMO

O futebol é um dos esportes mais praticados no Brasil, mas apesar da importância que se dá a esse esporte no alto rendimento, há outros significados que o futebol pode representar para os seus praticantes, sobretudo nos momentos de lazer. O futebol de várzea representa uma configuração do futebol, sendo notado a existência de diversos praticantes e de campeonatos organizados em várias cidades do país. Em Porto Alegre há uma competição chamada Campeonato Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre, no qual em um estudo já foram observadas divergências e mudanças durante um período a respeito de sua organização e da lógica esportiva. Levando em consideração esses aspectos referentes às controvérsias na administração do “Municipal da várzea”, o objetivo desse estudo é compreender de que forma o Campeonato Municipal de Várzea de Porto Alegre, em um processo histórico, vem se desenvolvendo através da cadeia de interdependências entre os seus participantes, assim como analisar as mudanças ocasionadas por essa cadeia. Também tenho como objetivo entender como os participantes do Campeonato vêm lidando com as divergências nas lógicas esportivas adotadas desde o seu surgimento, em 1993, até os dias atuais. Para desenvolver a investigação, efetuei um ‘olhar configuracional’ à competição e utilizei a pesquisa histórica como metodologia: realizei entrevistas semiestruturadas e consulta em documentos. Através de capítulos divididos em ordem cronológica, apresento os resultados encontrados, iniciando com o relato do surgimento do Campeonato. Desde o princípio, nas relações de interdependências da configuração houve interesses e disputas entre os envolvidos com a competição, principalmente entre a Prefeitura e as Ligas Amadoras de Futebol. Nos anos iniciais não houve grandes oscilações no equilíbrio de poder entre estas duas instituições. A cadeia de interdependências foi aumentando ao passar dos anos, sendo ampliada através de mais ‘atores’. Esse aumento na cadeia de interdependências além de ocasionar mudanças na estrutura do Campeonato, também provocou ambição entre os participantes. Dessa forma, os presidentes das Ligas solicitaram participar da organização da segunda fase da competição, iniciando uma oscilação no equilíbrio de poder entre elas e a SME. Na mudança de Governo Municipal e, assim, do Gerente de Futebol, há a inserção das Ligas na coordenação da segunda fase, na qual aquelas ‘mais organizadas’ aumentam o seu nível de poder. Somente quando o primeiro Gerente de Futebol retorna à administração da competição é que há novamente a oscilação no equilíbrio de poder entre ambas as instituições. A lógica esportiva também é alterada quando há essa troca na Prefeitura, se antes havia flexibilidade no cumprimento das regras, para abranger os mais diversos participantes, nesse período o Campeonato é conduzido com uma rigidez nas normas e uma similaridade ao futebol profissional, causando a exclusão de vários participantes. Esses resultados me possibilitaram concluir que, mesmo com uma limitação no ‘olhar’ sob a cadeia de interdependências, foi possível demonstrar a sua influência nas mudanças na organização do Municipal e na lógica do esporte. Através deste trabalho, também foi possível observar que a heterogeneidade no futebol de várzea pode existir inclusive no interior de uma única competição, o que acaba por trazer reflexos no que se refere às políticas públicas de esporte e de lazer.

Palavras-chave: Esporte; futebol; futebol de várzea; campeonato; municipal da várzea; políticas públicas.

## ABSTRACT

Football is one of the most popular sport in Brazil but despite the importance given to this sport in high performance, football can also have a different meaning for its practitioners, especially in times of leisure. The amateur football represents a football configuration; and the existence of many practitioners and organized championships in cities across the country can be noted. In Porto Alegre there is a competition called “Campeonato Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre” or simply “Municipal da Várzea”, where in a study shows that divergences and changes have been observed over a period during their organization and the sports logic. Taking into consideration aspects related to the controversies in the administration of the "Municipal da várzea", the aim of this study is to understand how the Campeonato Municipal de Várzea de Porto Alegre, in a historical process, has been developed through the interdependencies chain between its participants, as well as analysing the changes caused by this chain. It is also my aim to explain how the participants of this competition have been dealing with the divergencies at the sports logic adopted since its inception, in 1993, until today. To develop this research, I used a "configurational look” to the competition and I used historical research as a methodology: I conducted semi-structured interviews and I consulted documents. By means of chapters divided into chronological order, I present the results found, starting with a report of the competition appearance. From the beginning, at the interdependencies relationships of this configuration, there were interests and disputes among those involved in the competition, especially between the City Hall and the Amateur Football Leagues. In the early years there were no major fluctuations in the balance of power between these two institutions. The interdependencies chain has been increasing over the years, being expanded with more ‘actors’. This increase in interdependencies chain in addition to causing changes in the championship structure also caused ambition among participants. Thereby, the presidents of the Leagues have requested to participate in the organization of the second stage of the competition, initiating a swing in the balance of power between them and the SME (Municipal Secretary of Sports). With the change of Municipal Government and therefore the Football Manager, there is an insertion of the Leagues into the coordination of the second phase, in which those 'more organized' increase their levels of power. Only when the first Football Manager returns to the administration of the competition once more there is an oscillation of the balance of power between the two institutions. Sport logic is also modified when there is this exchange at the City Hall, if before there was flexibility in compliance with the rules to embrace the most diverse participants, in this period the Championship is conducted with a rigidity in the rules and similarity to professional football, causing exclusion of several participants. These results allowed me to conclude that even with a limitation on the 'look' of the interdependencies chain, it was possible to demonstrate its influence to the changes in the organization of the Municipal and of the sport logic. Through this work, it was also possible to observe that the heterogeneity in the amateur football can exist even within a single competition, which ultimately bring reflections with regard to public policies of sport and leisure.

Key words: Sport; football; amateur football; championship; municipal da várzea; public policy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estatísticas do Peladão de 1998 até 2008 .....	23
Figura 2 - Troféu de 1º lugar da categoria Veterano de 1994 (Equipe Veteranos Ararigbóia) .....	61
Figura 3 - Foto do Campeonato de 1994 no campo Ararigbóia .....	65
Figura 4 - Reportagem publicada na Zero Hora em dezembro de 1998.....	84
Figura 5 - Faixas dos patrocinadores e apoiadores no estádio São José na partida final do Municipal de 2002.....	97



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de equipes e jogadores participantes do Municipal de 1994 a 1997 .....	64
Tabela 2 - Estatísticas do Municipal de 1998 a 2004 .....	80
Tabela 3 - Número de equipes e jogadores participantes do Varzinha de 1999 a 2003.....	89
Tabela 4 - Número de equipes e jogadores participantes das categorias Sub-21 e Feminino Livre do Campeonato de 2001 a 2004.....	93
Tabela 5 - Estatísticas do Municipal de 2005 a 2010 .....	127

## LISTA DE SIGLAS

- BM - Brigada Militar do Rio Grande do Sul
- CBDF - Código Brasileiro Disciplinar de Futebol
- CBF - Confederação Brasileira de Futebol
- CBJD - Código Brasileiro de Justiça Desportiva
- DERP - Departamento de Esportes e Recreação Pública
- ESEFID - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
- FAF - Federação Amazonense de Futebol
- FGF - Federação Gaúcha de Futebol
- FIFA - *Federation Internationale de Football Association*
- GESEF - Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física da ESEF/UFRGS
- LAIFA - Liga de Árbitros Independente do Futebol Amador
- LPFA - Liga Pelotense de Futebol Amador
- OP - Orçamento Participativo
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PPS - Partido Popular Socialista
- PT - Partido dos Trabalhadores
- SERP - Setor de Campos de Várzea da Supervisão de Esportes e Recreação Pública
- SME - Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer

## LISTA DOS ENTREVISTADOS

Para facilitar a leitura, abaixo apresento uma lista com os nomes<sup>1</sup> dos meus entrevistados e suas respectivas funções conforme a ordem que vai aparecendo no texto:

Renato – presidente da Liga de Futebol do Parque da Aclimação<sup>2</sup> (região Centro de Porto Alegre<sup>3</sup>).

Fernando – ex-Gerente da Gerência de Futebol.

Humberto – presidente da Liga de Futebol do Parque dos Eucaliptos (região Centro de Porto Alegre) e de uma Liga de arbitragem de futebol amador de Porto Alegre.

Ronaldo – professor da SME.

Osmar – presidente da Liga de Futebol do Parque São Domingos (região Eixo Baltazar de Porto Alegre).

César – presidente da Liga de Futebol do Parque da Independência (região Sul de Porto Alegre).

Telmo – presidente da Liga de Futebol do Parque Guarapiranga (região Norte de Porto Alegre).

Maurício – professor da SME.

Ivan – presidente da Liga de Futebol do Parque do Piqueri (região Partenon de Porto Alegre).

Samuel – vice-presidente da Liga de Futebol do Parque da Aclimação (região Centro de Porto Alegre).

Paulo – ex-Gerente da Gerência de Futebol.

Vicente – presidente da Liga de Futebol do Parque do Nabuco (região Centro de Porto Alegre).

Douglas – presidente da Liga de Futebol do Parque Burle Marx (região Nordeste de Porto Alegre).

---

<sup>1</sup> Os nomes verdadeiros foram substituídos a fim de preservar os meus colaboradores.

<sup>2</sup> Os nomes dos parques também foram alterados por parques da cidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Conforme as regiões do Orçamento Participativo.

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
2.1 O ESPORTE HETEROGÊNEO .....	14
2.2 O FUTEBOL DE VÁRZEA .....	18
2.3 CAMPEONATOS NO FUTEBOL DE VÁRZEA .....	20
<b>2.3.1 Campeonato Citadino Varzeano de Pelotas .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3.2 Campeonato de Peladas do Amazonas – o “Peladão” .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3.3 Copa Kaiser de Futebol Amador .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.4 Projeto Futebol Participativo .....</b>	<b>25</b>
2.4 CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE VÁRZEA DE PORTO ALEGRE ...	26
<b>3 PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>32</b>
4.1 OLHAR CONFIGURACIONAL PARA O MUNICIPAL – PONTO DE PARTIDA .....	32
4.2 PESQUISA HISTÓRICA .....	35
4.3 HISTÓRIA ORAL.....	37
<b>4.3.1 Entrevistas.....</b>	<b>41</b>
4.4 PESQUISA DOCUMENTAL .....	44
<b>5 O INÍCIO DO CAMPEONATO (FINAL DA DÉCADA DE 80 A 1993).....</b>	<b>48</b>
<b>6 OS ANOS INICIAIS DO MUNICIPAL (1994 A 1997).....</b>	<b>55</b>
6.1 PRIMEIRA FASE DO CAMPEONATO – ARTICULAÇÕES ENTRE SME E LIGAS .....	55
6.2 SEGUNDA FASE DO CAMPEONATO - A SME E AS EQUIPES .....	58
6.3 A ORGANIZAÇÃO NO INTERIOR DA SECRETARIA .....	63
6.4 A LÓGICA ESPORTIVA DOS ANOS INICIAIS .....	70
<b>7 O CRESCIMENTO DO CAMPEONATO E SUAS IMPLICAÇÕES (1998 A 2004) ..</b>	<b>74</b>
7.1 A SECRETARIA E AS EQUIPES.....	74
7.2 A ORGANIZAÇÃO DA SEGUNDA FASE .....	78
7.3 NOVAS CATEGORIAS .....	86
7.4 APOIOS E PATROCÍNIOS .....	93
7.5 CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO DA TEIA DE INTERDEPENDÊNCIA .....	98
<b>8 A TROCA DE GERENTE (2005 A 2010) .....</b>	<b>107</b>
8.1 A PRESENÇA DAS LIGAS NA ORGANIZAÇÃO DO MUNICIPAL .....	107
8.2 AS EQUIPES PARTICIPANTES .....	120
8.3 AS RELAÇÕES DENTRO DA GERÊNCIA .....	124
8.4 AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DA SEGUNDA FASE .....	126
8.5 A LÓGICA ESPORTIVA NO PERÍODO DA GERÊNCIA DE PAULO .....	132
<b>9 O RETORNO À VÁRZEA (2011 A 2014).....</b>	<b>140</b>
9.1 A AUTONOMIA DAS LIGAS .....	140
9.2 A SUSPENSÃO DA CATEGORIA LIVRE.....	146
<b>10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FUNCIONÁRIOS DA SME .....</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PRESIDENTES DE LIGAS .....</b>	<b>162</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir dos estudos da heterogeneidade do esporte (STIGGER, 2002, 2005; DAMO, 2003; MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007; PIMENTA, 2009; CAMPOS, 2009; RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010; MYSKIW, 2012; SPAGGIARI, 2015) começo meu trabalho dialogando sobre um ‘tipo’ de futebol, o futebol de várzea. Este futebol é vivenciado em diversos lugares do país, não sendo incomum a realização de campeonatos. Em Porto Alegre existe o “Campeonato Municipal de Várzea”, organizado pela Prefeitura da cidade e pelas Ligas Amadoras de Futebol de Várzea<sup>4</sup>. Myskiw (2012) realizou uma pesquisa na várzea de Porto Alegre que envolveu esta competição e assinalou algumas controvérsias, sendo uma delas relacionadas com a sua organização e as divergências na lógica esportiva.

Com base no estudo de Myskiw (2012), me surgiram algumas indagações sobre como esse campeonato vem se desenrolando desde o seu início com essas controvérsias e quem foram os responsáveis por elas. Através destes questionamentos o objetivo dessa pesquisa é **compreender de que forma o Campeonato Municipal de Várzea de Porto Alegre, em um processo histórico, vem se desenvolvendo através da cadeia de interdependências<sup>5</sup> entre os seus participantes, assim como analisar as mudanças ocasionadas por essa cadeia.** O estudo também tem objetivo **entender como os participantes do Campeonato vêm lidando com as divergências nas lógicas esportivas adotadas desde o seu surgimento até os dias atuais.**

Como recorte temporal utilizado iniciei a pesquisa no ano do surgimento do Campeonato Municipal de Várzea, que foi em 1993, e finalizei com o ano de 2014 em razão de alguns episódios que ocorreram nesta data. A suspensão da categoria Livre Masculino em 2014 foi um dos dados, encontrado na página eletrônica da SME, que me levaram a encerrar a minha investigação nesta edição. Ademais, neste mesmo ano houve a saída do Gerente de Futebol, principal coordenador da Gerência de Futebol<sup>6</sup> assim como do Campeonato, indicado por colaboradores quando iniciei uma primeira aproximação ao ‘campo’.

Para a realização deste estudo, primeiramente olhei o Campeonato Municipal de Várzea a partir da teoria da configuração de Norbert Elias (1994, 2001, 2008) para entender as relações entre as pessoas envolvidas na competição. Como procedimento metodológico

---

<sup>4</sup> As Ligas Amadoras são “organizadoras de competições que atraem (ou não) equipes formadas de diversos modos” (MYSKIW, 2012, p. 32) composta por indivíduos da comunidade.

<sup>5</sup> Conceito abordado mais adiante.

<sup>6</sup> Órgão administrativo da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre (SME) responsável por diversos projetos envolvendo o futebol na cidade.

realizei uma pesquisa histórica através de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa em documentos escritos.

Os resultados encontrados na minha pesquisa começam a ser apresentados no capítulo cinco. Neste capítulo descrevo o princípio do Campeonato que foi elaborado na gestão Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), contando com a participação da população na organização. Também, analiso como se iniciaram as relações de interdependência desta configuração, que estava associada a interesses e combinações entre os seus ‘atores’.

O capítulo seis aborda os anos iniciais do “Municipal da Várzea”, no qual exponho como foi sendo desenvolvida a competição em relação às “Ligas” coordenando a primeira fase e com as equipes participantes. Ademais, esta parte trata da organização interna da Secretaria, sendo debatida a estrutura e a lógica esportiva utilizada durante essas primeiras edições.

No capítulo seguinte relato o aumento no número de pessoas envolvidas com o Campeonato, o acréscimo de categorias e a introdução de apoiadores e patrocinadores. Esse ‘crescimento’ na competição acarretou em algumas consequências, tanto na sua estrutura quanto por ações realizada pelos seus participantes.

O capítulo oito apresenta a modificação mais acentuada na história do Municipal da Várzea, resultado da alteração do Governo Municipal e, assim, do Secretário de Esportes e do Gerente de Futebol. Dessa forma, este tópico discorre sobre as mudanças que aconteceram nesse período, que tiveram repercussão na organização da competição, na relação entre os seus envolvidos e na lógica esportiva que foi seguida.

No penúltimo capítulo explano sobre o retorno do primeiro Gerente na coordenação do Campeonato e, deste modo, na maneira como a competição passa a ser conduzida. Também, abordo a suspensão da categoria Livre e a sua relação com os participantes da competição. Para finalizar, disserto algumas considerações sobre os resultados encontrados na minha pesquisa.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O futebol é densamente vivenciado no país e presente nas pesquisas científicas, ainda que “é importante destacar que nos estudos sobre esporte no Brasil há uma certa “hegemonia” dos estudos sobre o futebol, mais precisamente sobre futebol profissional” (PIMENTA, 2009, p. 22). Apesar de existir um cenário homogêneo, no qual o futebol praticado no tempo de lazer corresponde a uma mera reprodução do alto rendimento, trago no próximo tópico algumas considerações acerca da heterogeneidade do esporte, tentando mostrar como seu sentido pode variar de acordo com cada contexto de quem o pratica.

Entre os diversos ‘tipos’ de futebol, encontra-se o futebol de várzea<sup>7</sup>, bastante presente no país desde a primeira década do século XX. Esta configuração<sup>8</sup> do futebol é caracterizada por ser uma prática esportiva amadora<sup>9</sup>, geralmente auto-organizada e realizada no tempo de não-trabalho. Apesar de ser diferente do futebol profissional, possui algumas semelhanças, como a realização de competições e a busca de resultados.

Os campeonatos realizados dentro do futebol de várzea são muito cobiçados pelos seus praticantes, nos quais pode ser notada uma grande movimentação ao redor destes eventos em várias regiões do Brasil (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010; CAMPOS, 2009; SPAGGIARI, 2015; PIMENTA, 2009). Para demonstrar a dimensão social que essas competições representam, apresento dados a respeito de quatro campeonatos realizados ao longo do território nacional: o Campeonato Citadino Varzeano, realizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, o Campeonato de Peladas do Amazonas, ocorrido em Manaus, Amazonas, a Copa Kaiser de Futebol Amador, que acontecia em São Paulo, São Paulo, e o Projeto Futebol Participativo, que era praticado em Recife, Pernambuco.

Na cidade de Porto Alegre, há uma competição bastante visada pelos times de futebol de várzea do município, o Campeonato Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre, que faz parte da configuração sociocultural da cidade. Ele é realizado pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre (SME) em parceria com as Ligas Amadoras, no qual participam equipes da capital e da região metropolitana.

---

<sup>7</sup> Também conhecido como futebol comunitário (DAMO, 2003), futebol de bairro, amador ou pelada. Será desenvolvido mais adiante.

<sup>8</sup> Vou tratar sobre esse conceito depois.

<sup>9</sup> ‘Amador’ é o termo usado para diferenciar as pessoas “que têm em relação ao esporte um apego supostamente desinteressado, de quem faz por amor” (DAMO, 2003, p. 136-137) daquelas que recebem remuneração para determinada prática. Historicamente, o termo amadorismo foi criado no século XIX, na Inglaterra, para a distinção social. A classe superior defendia que o esporte era reservado a sua camada social, sendo contra o profissionalismo, destinado a classes mais baixas (STIGGER, 2005).

Apesar desta competição existir desde 1993, houve algumas modificações que ocorreram ao longo de sua história, principalmente envolvendo a sua organização. Em um curto período de tempo, durante a pesquisa etnográfica realizada na tese de Myskiw (2012)<sup>10</sup> – dois anos e dez meses de trabalho de campo -, já houve indícios de como a organização do Campeonato de Porto Alegre se altera, baseando-se principalmente entre tornar a competição mais parecida com o profissional ou mais afastada das lógicas do esporte de alto rendimento.

É desse evento que esse trabalho tratará, o que iniciarei por uma discussão relevante para esse assunto, que é acerca da "heterogeneidade do esporte" (STIGGER, 2002, 2005). Mais particularmente, abordarei a heterogeneidade no contexto do futebol. Sobre esse assunto, já vêm sendo desenvolvidas pesquisas por autores como Damo (2003), Myskiw (2012), Pimenta (2009), Rigo, Jahnecka e Silva (2010), Campos (2009) e Spaggiari (2015).

## 2.1 O ESPORTE HETEROGÊNEO

O fato de existir 'um futebol' que merece uma 'qualificação' ou 'adjetivação' ("de várzea"), sendo isso necessário para esclarecer, dizer do que se está falando, nos remete ao debate sobre a heterogeneidade do esporte. Sobre esse tema, na história do esporte esta prática foi tratada como homogênea durante muito tempo por alguns autores (BROHM, 1978; GUTTMAN, 1978; BRACHT, 1986), como se ele existisse apenas numa perspectiva, aquela que vem sendo denominado de "esporte de rendimento"<sup>11</sup>. No entanto, hoje em dia há diversos pesquisadores (STIGGER, 2002, 2005; DAMO, 2003; MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007; PIMENTA, 2009; RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010; MYSKIW, 2012; CAMPOS, 2009; SPAGGIARI, 2015) que apontam para a heterogeneidade desse importante espaço social. Com o futebol não é diferente, Damo (2003) em seu artigo já criticava os estudos que mostravam “tratamento genérico dado ao futebol, como se não houvesse uma diversidade de formas de praticá-lo e vivenciá-lo para além do viés profissional” (DAMO, 2003, p. 131), já que há outros ‘tipos’ de futebol que estão presentes na cultura brasileira e que fazem parte da vida de milhares de pessoas.

---

<sup>10</sup> De acordo com o autor seu desafio foi “pensar e problematizar “categorias clássicas” do esporte, num trabalho em que retrato minhas trajetórias e experiências – observando e, em algumas situações, participando – sobre as histórias/tramas cotidianas dentro de um circuito de futebol [...]” (MYSKIW, 2012, p. 21).

<sup>11</sup> No universo da Educação Física, a ideia de esporte de rendimento, também denominado de esporte espetáculo, oficial ou de competição, é caracterizado pelo esporte realizado de forma institucional, sendo praticado no âmbito das federações esportivas, com regras e normas universalizadas, com a finalidade de obter melhores resultados nas competições.



Nessa perspectiva, o esporte é um fenômeno sociocultural que muitas vezes está diretamente ligado ao período de descanso do trabalho e das obrigações familiares, tornando-se um momento de encontro entre as pessoas. Isso porque os esportes “[...] difundiram-se pelo mundo de maneira extraordinária no último século, configurando novos espaços de sociabilidade, novas corporalidades e, principalmente, novos territórios de criação de sentido e significação” (GUEDES, 1998, p. 2).

Na sociologia do esporte, já “identifica-se o esporte como uma prática social difundida por todo o mundo, praticada nas mais variadas formas e por diversos tipos de pessoas, as quais, em grande parte, inserem-no entre as suas opções de atividades de lazer” (STIGGER, 2002, p. 3). Para a compreensão dos distintos significados atribuídos por seus praticantes, é necessário realizar uma análise que vai depender principalmente do contexto em que o esporte está inserido.

A prática esportiva no lazer, embora algumas vezes se assemelha à profissional, quando é investigada dentro de um contexto de um grupo é possível notar os distintos sentidos atribuídos pelo grupo e por cada participante em particular. Acrescentando a essa ideia, Marques, Almeida e Gutierrez (2007, p. 230) afirmam que “a mesma forma de esporte pode ter significados e impactos diferentes entre os praticantes, assim como a intenção dos atores envolvidos com o universo esportivo pode variar em relação à mesma atividade”.

No que se refere à essa discussão no contexto brasileiro, esse debate surge a partir do estudo de Stigger (2002), publicado, na forma de livro, com o título “Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico”. Esse autor, após ter investigado três grupos esportivos constituídos por indivíduos que praticavam o esporte nos seus tempos livres, acabou por chamar atenção para a sua diversidade, identificada na heterogeneidade de sentidos atribuídos ao esporte, encontrada na investigação.

Através de um estudo etnográfico realizado em espaços públicos na cidade de Porto (Portugal), foi observado que “grupos distintos são capazes de desenvolver maneiras específicas de praticar o esporte, também no âmbito interno destes grupos parece possível coexistirem formas diferenciadas de indivíduos particulares apropriarem-se desta prática social” (STIGGER, 2002, p. 248).

Nesse estudo, também foi verificado que o resultado esportivo era secundário para a maioria dos componentes de todos os grupos, importando o *jogo pelo jogo* nesses universos, demonstrando que o esporte praticado no lazer não é, necessariamente, uma mera reprodução

do alto rendimento<sup>12</sup>. No entanto, o esporte também foi visto com caráter sério por alguns dos participantes dos grupos. Com base nisso, Stigger (2005, p. 72) afirma que “o esporte, junto com outras práticas culturais, se manifestaria segundo aspectos distintivos de seus praticantes, constituindo uma das expressões dos diferentes estilos de vida”.

Esse olhar para a diversidade vem sustentando as pesquisas do GESEF<sup>13</sup>, que, em vários trabalhos abordam formas particulares de pensar e viver o esporte. Entre os estudos produzidos dentro do Grupo, encontra-se a dissertação de Pacheco (2012), que realizou uma pesquisa etnográfica no contexto de uma equipe pertencente à Liga Máster Feminina de Voleibol da cidade de Porto Alegre. A autora destacou uma ambiguidade entre seriedade e divertimento que ocorria naquele universo das integrantes da equipe, nos espaços e tempos significados como lazer.

Outro trabalho elaborado no GESEF que aborda a heterogeneidade do esporte é o do Mariante Neto (2010), no qual o autor buscou compreender aspectos simbólicos do boxe inserido em academias de *fitness*. No seu estudo, o pesquisador observou os diversos significados que os praticantes de boxe *da academia* atribuíam a sua prática esportiva. Entre eles, constatou “homens que se preocupam com a estética e mulheres que visam à formação de luta” (MARIANTE NETO, 2010, p. 113), desconstruindo a ideia que as mulheres realizam as aulas somente para emagrecimento e condicionamento.

Há também a dissertação do Zambelli (2014) que investigou as diferentes apropriações que os praticantes de uma equipe de natação máster de Porto Alegre atribuíam a sua prática. O autor concluiu que o significado atribuído por alguns praticantes se vinculava a 'uma' natação com a finalidade da competição, enquanto que, para outros, a natação possuía um sentido de divertimento. Esses foram alguns exemplos dos trabalhos realizados pelo GESEF para demonstrar que a heterogeneidade do esporte está presente nos estudos do Grupo e que me estimularam na escolha da abordagem da minha pesquisa, ao contexto do Futebol de Várzea.

Tratando especificamente do futebol, os diversos sentidos referentes a sua prática também são observados, principalmente no Brasil, já que é um dos esportes com mais visibilidade e muitos brasileiros tem o costume de praticá-lo, mesmo que só nos finais de semana. Mesmo sendo tão conhecido no país, estudos sócio-antropológicos sobre o futebol

---

<sup>12</sup> Isso foi identificado no contexto estudado, mas, em diálogos com a literatura, Stigger (1997) também identificou grupos de praticantes do esporte no lazer que, efetivamente, o fazem dentro de uma lógica próxima ao 'esporte de rendimento'.

<sup>13</sup> GESEF é o Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física da ESEF/UFRGS orientado pelo Prof. Dr. Marco Paulo Stigger.

não profissional começaram a aparecer na área da pesquisa nas últimas décadas do século XX e foram se ampliando no início do século XXI (MYSKIW, 2012).

Houve um aumento no interesse dos pesquisadores em buscar entender o futebol jogado por pessoas comuns<sup>14</sup>, realizados nos seus momentos de lazer e com diferentes apropriações dadas por elas. Conforme Myskiw (2012, p. 20), “estas pesquisas [...] indicam o empenho crescente em compreender este futebol enquanto espaço e prática social significativa nas vidas das pessoas e das cidades brasileiras”.

Damo (2003) faz uma crítica às pesquisas acadêmicas que dão uma grande importância ao futebol profissional e apresenta uma classificação dessa prática que nos faz pensar sobre a heterogeneidade nesse esporte. De acordo com o autor, o futebol possui algumas diversificações e o que especifica cada segmentação é “[...] o espaço, o tempo e a morfologia social” (DAMO, 2003, p. 136). A diversidade futebolística pode ser ordenada nas configurações nomeadas: futebol profissional, futebol escolar, futebol de bricolagem e futebol comunitário (DAMO, 2003).

Essas diferentes manifestações do futebol são mencionadas desse modo para que consigamos ter uma maior compreensão desse universo heterogêneo que representa o futebol, mas ressalto que essa é só uma das maneiras de classificar essa prática esportiva e que pode ser contestável. Essa categorização elaborada por Damo foi construída para demonstrar a diversidade no futebol, porém, segundo Stigger (2005, p. 69), o mesmo autor “também aponta para a incompletude de quaisquer que sejam as classificações dessa natureza”. De qualquer forma, diz Stigger (2005), mesmo que as classificações não sejam capazes de dar conta da diversidade da realidade esportiva, elas ajudam a pensá-la.

Nas classificações de Damo (2003), o futebol profissional, também chamado de futebol-espetáculo ou futebol de alto rendimento/performance, é caracterizado por ser organizado *pela Federation Internationale de Football Association* (FIFA), por possuir uma acentuada divisão social do trabalho e por possuir um caráter de performance. Há uma dedicação exclusiva de quase todos os profissionais que são remunerados para esta prática, representando seus trabalhos (DAMO, 2003).

Já o futebol escolar que trata do futebol praticado nas escolas, incluído nos conteúdos da educação física como prática pedagógica. Apesar dele ser visto como uma ação educativa, ele não possui somente esse caráter, já que se ensina o futebol de diversas maneiras. A diferença desta configuração com as outras é a instituição escolar, o que acaba acarretando um

---

<sup>14</sup> Pessoas que, no seu cotidiano, inserem o esporte dentre as suas atividades de lazer.

descaso nos estudos das ciências sociais, sendo visto nas pesquisas das áreas pedagógicas (DAMO, 2003).

Há ainda o futebol de bricolagem, denominado também como fute, pelada, baba, racha e outras definições locais, possui inúmeras adaptações às regras oficiais e Damo (2003, p. 140) defende que “é esta bricolagem que caracteriza as peladas: joga-se com o que se dispõem ou então inventa-se, quer sejam as regras ou os recursos materiais”. Esse tipo de futebol é realizado no momento de lazer, no qual não se nota uma divisão social de trabalho e está ligado à construção da masculinidade (DAMO, 2003).

E por fim, o futebol comunitário, conhecido como futebol de várzea, futebol de bairro ou amador, também está vinculado ao tempo de não-trabalho, porém possui espaços mais padronizados do que a bricolagem. Nota-se nessa configuração, a presença de organização de competições em circuitos locais, na qual se observa uma divisão social do trabalho precária (DAMO, 2003).

Com algumas características de cada configuração do futebol pretendi demonstrar que esse esporte tem diversas maneiras de manifestar-se, que podem ser vistas em todo território brasileiro. Entre elas destaco a última mencionada, futebol comunitário ou “futebol de várzea”, denominação muito utilizada em Porto Alegre, quando é referida essa maneira particular de pensar e viver essa modalidade esportiva. É sobre este tipo de futebol, que pouco aparece nos meios de comunicação social, mas que é bastante praticado em todo o país, que irei me aprofundar a partir de agora. Daqui em diante vou tratá-lo apenas como "Futebol de Várzea".

## 2.2 O FUTEBOL DE VÁRZEA

O futebol de várzea é um ‘tipo’ de futebol, entre as diversas manifestações, que é bastante praticado e popular no Brasil há muitos anos, apesar do futebol profissional ser o mais citado nas mídias e investigado nas pesquisas (DAMO, 2003). Essa prática esportiva, apesar de ser difícil descrevê-la em poucas palavras (pois é bastante plural e dinâmica), geralmente reúne a população para a realização de uma prática auto-organizada que ocorre no tempo de lazer, ainda que com algumas semelhanças ao futebol de alto rendimento, como os campeonatos que são desenvolvidos com relativa regularidade.

Mascarenhas (2009) afirma que São Paulo foi a primeira cidade do Brasil “a organizar o futebol e vê-lo disseminado pelas ruas” (MASCARENHAS, 2009, p. 87), assim como essa cidade organiza o primeiro campeonato de futebol do país em 1902. No mesmo ano, surgem

os primeiros campos de várzea que se difundem pelos bairros operários e em 1908/1910 já existiam diversos campeonatos nesses locais em São Paulo, tornando a cidade também a pioneira no ‘futebol popular’ (MASCARENHAS, 2009).

A expressão “futebol de várzea” surgiu nas primeiras décadas do século XX quando os jogadores das classes populares de São Paulo não possuíam acesso aos campos dos clubes sociais e utilizavam as várzeas dos rios para a prática do futebol (PIMENTA, 2009). No início, o futebol varzeano era visto como desordem, um encontro de desocupados, até que por volta de 1920 a prática esportiva já havia se espalhado de tal maneira que não havia como reprimi-la (MASCARENHAS, 2009). O mesmo autor relata que o futebol “se insere na própria formação da classe operária paulistana, como elemento de sua cultura. Certamente, o grande número de imigrantes e operários contribuiu para a rápida popularização do futebol em São Paulo” (MASCARENHAS, 2009, p. 89).

O futebol de várzea, como ainda é chamado em vários estados, busca denominar o futebol praticado de forma auto-organizada, realizada no tempo e espaço do lazer, em especial nos fins de semana. Concordando com essa ideia, Magnani e Morgado (1996, p. 4) afirma que é “definir a prática de futebol não-oficial, amador, jogado predominantemente na periferia da cidade e em locais que, na maioria das vezes, já nada têm a ver com a várzea dos rios”. Cada vez cresce mais essa categoria nas cidades e os jogadores afirmam que é diferente de um futebol profissional, tendo em vista as adaptações das regras e com maior circulação de pessoas onde se tem também o objetivo da sociabilidade.

A prática desse futebol pode ser visualizada em diversos locais em todo o Brasil, seja em campos comunitários de propriedade do Estado, de agentes privados ou de associações comunitárias, assim como em terrenos baldios e ‘condenados’ (DAMO, 2003). De acordo com Damo (2003, p. 148), “desde os grandes conglomerados urbanos até os lugarejos pouco povoados, há invariavelmente um espaço, mais ou menos preservado, destinado a esta configuração”.

Na composição dos times, encontram-se pessoas que moram próximas a algum campo de futebol, não raramente os jogadores já se conhecem, podendo ser vizinhos, amigos ou familiares. A maioria das equipes possui um técnico, ainda que este não receba remuneração e não treine os times durante a semana, assim como são poucas as equipes que praticam juntas, para além dos finais de semanas. As posições de cada jogador algumas vezes já são determinadas, embora se note uma mudança nas suas funções quando há necessidade (como o centroavante passar a jogar como goleiro, por exemplo), aspecto que não causa estranhamento a quem pertence 'ao mundo' da várzea (DAMO, 2003).

Apesar de ser uma prática esportiva amadora, há características que são semelhantes ao do futebol profissional, já que algumas equipes contam com uma diretoria, um presidente, uniformes, torcida e muitas ainda possuem uma sede. Existem competições, semelhantes ao alto rendimento, onde há disputas contra outros times através de torneios e campeonatos organizados por Ligas Amadoras e pelo Poder Público (PIMENTA, 2009).

Nesse tipo de futebol, muitas vezes as competições acabam possuindo um caráter principal na qual é observada uma preocupação em ‘montar’ um time com bons jogadores, não sendo raro a contratação de alguns jogadores para compor uma equipe (PIMENTA, 2009). Nessa perspectiva, “a dinâmica do jogo flui, tendo o futebol profissional como modelo a ser seguido. Assim, as regras do jogo desempenham um papel fundamental na sua dinâmica” (PIMENTA, 2009, p. 33). As regras das competições no futebol de várzea tendem a seguir as regras do futebol profissional, havendo adaptações quando necessárias.

Assim, o futebol de várzea está inserido na cultura do Brasil e caracteriza-se por ser um futebol com uma organização própria e com regras que se modificam de acordo com cada contexto. As competições, na maior parte do futebol de várzea, fazem parte dessa configuração na qual observa-se uma quantidade relevante de pessoas envolvidas em cada torneio.

## 2.3 CAMPEONATOS NO FUTEBOL DE VÁRZEA

As competições são bastante cobiçadas pelas equipes de futebol de várzea, existindo diversos campeonatos em todo território brasileiro. Para demonstrar a dimensão social que esses eventos atingem, vou abordar alguns dos campeonatos realizados no Brasil que apresentam a grande mobilização que ocorre nesse tipo de futebol em todo o país. Essa movimentação de uma quantidade grande de pessoas ao redor desse futebol amador foi uma das minhas motivações na escrita desse trabalho.

### 2.3.1 Campeonato Citadino Varzeano de Pelotas

Para sustentar a relevância social do futebol de várzea no país, sobretudo nas competições, trago primeiramente um campeonato situado na cidade de Pelotas, município do interior do Rio Grande do Sul. Trago esse exemplo devido ao fato de que o futebol de várzea se constitui uma das principais práticas esportivas das classes trabalhadoras dessa cidade (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010).

A Liga mais antiga do Rio Grande do Sul, reconhecida pela Federação Gaúcha de Futebol, é a Liga Pelotense de Futebol Amador (LPFA), fundada em 1907. O Campeonato Citadino Varzeano é organizado anualmente pela LPFA, sendo disputado a partir de 1980, ainda que nos anos 50 e 60 já ocorriam competições similares envolvendo os clubes de Pelotas (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010).

Na época do estudo desses autores, o Campeonato Citadino começava no mês de maio e durava até novembro, podendo dele participar os clubes filiados e quites a LPFA. As categorias eram divididas inicialmente em Primeiro e Segundo Quadro, também chamadas de Titulares e Reservas, sendo que em 2005 foram acrescentadas à competição as categorias Veteranos, Juvenil, Infante e Mirim (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010).

No período da pesquisa, as partidas desse Campeonato ocorriam nos finais de semana com o critério de ser realizada uma partida no campo de cada time na primeira fase; já quando avançava para a fase semifinal, os jogos aconteciam em um único campo fechado, alugado pela LPFA (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010). Segundo Rigo, Jahnecka e Silva (2010, p. 161), “parte significativa da imprensa esportiva da cidade (rádios, jornais e emissoras de televisão locais) cobre o evento, principalmente as finais”.

O Campeonato Citadino de 2006 contou com 60 equipes inscritas, dentre os quais há uma predominância de clubes de maior tradição, como os clubes de bairro, totalizando uma média de 1.200 jogadores inscritos. Nessa competição foi identificada que a maioria dos participantes são jogadores-trabalhadores pertencentes às classes populares e participam do torneio unicamente por lazer (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010).

Esse exemplo do Campeonato Citadino de Pelotas chama atenção para um evento com uma existência de muitos anos, o que leva ao seu reconhecimento na tradição do futebol de várzea dessa cidade. E ele também se destaca pela quantidade de pessoas envolvidas nessa competição, o que o leva a ser considerado “um espaço público de lazer e de sociabilidade que mobiliza centenas de sujeitos de diferentes sexos, idades e etnias” (RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010, p. 173-174).

### **2.3.2 Campeonato de Peladas do Amazonas – o “Peladão”**

Passando do sul para o norte do país, um campeonato com bastante destaque no Brasil é o Campeonato de Peladas do Amazonas, mais conhecido como “Peladão”, realizado em Manaus, Amazonas. Segundo Campos (2009, p. 181), “ele é considerado o maior campeonato

de peladas do mundo”, em 2014 ele contou com 24.762 participantes (NUNES, 2015), o que aponta para a sua magnitude.

O Peladão é organizado desde 1973 pela Rede Calderaro de Comunicação, não possuindo nenhum vínculo com a Federação Amazonense de Futebol (FAF). Além de não possuir essa conexão, este Campeonato se afasta do futebol profissional por não adotar as regras oficiais<sup>15</sup>, de acordo com Campos (2009, p. 186), “tais modificações, além de facilitarem a massificação do jogo, são instrumentos de uma busca de uma estruturação identitária futebolística típica do Peladão”. Essa competição conta com equipes de Manaus e se estende ao interior do estado, no qual cada município deve organizar seus torneios nos moldes estabelecidos pelo regulamento da coordenação geral do evento (CAMPOS, 2009).

Apesar do regulamento ser elaborado pela Coordenação do Peladão, “os times têm a responsabilidade e a liberdade de organizar seus próprios jogos, decidindo o horário destes e o campo a ser utilizado” (CAMPOS, 2009, p. 184). Os jogos são realizados em campos que variam desde os utilizados pelos clubes profissionais até aqueles campos não-gramados, mantidos pelas ligas dos bairros de várias cidades (CAMPOS, 2009).

O Campeonato de Peladas do Amazonas é dividido em seis categorias: a Principal (masculina adulta), chamada também de Peladão ou Aberto; o Peladinho, disputado por meninos de 12 a 14 anos; o Master, com atletas a partir de 40 anos; o Feminino; o Indígena Masculino; e o Indígena Feminino (CAMPOS, 2009). O número de times participantes varia anualmente, “mas sempre se mantém em um patamar bastante elevado, sendo que o número total de equipes inscritas, desde 1998, nunca foi inferior a 500” (CAMPOS, 2009, p. 181).

O número de jogadores inscritos na cidade de Manaus oscila, mas nunca abaixo dos 12.000 participantes. O público da abertura e do encerramento do evento também se sobressai, variando entre 5.000 e 30.000 espectadores (CAMPOS, 2009). Abaixo, coloco o quadro realizado por Campos (2009), onde apresenta números de equipes e atletas inscritos, do público, dos jogos realizados e dos campos utilizados do ano de 1998 até 2008.

---

<sup>15</sup> As regras oficiais do futebol de campo são “formuladas, padronizadas, exigidas e supervisionadas por uma estrutura institucional, que vai desde a Fifa/International Board até os clubes”, conforme Campos (2009, p. 134).



**Figura 1** - Estatísticas do Peladão de 1998 até 2008

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de equipes	526	560	522	672	834	717	658	769	713	646	618
Equipes Categoria Principa	526	560	522	636	806	673	554	588	519	453	428
Equipes Peladinho	x	x	x	36	28	44	48	58	67	56	48
Equipes Master	x	x	x	x	x	x	56	68	79	89	90
Equipes Feminino	x	x	x	x	x	x	x	44	33	36	38
Equipes Indígena Masc.	x	x	x	x	x	x	x	7	9	8	8
Equipes Indígena Fem.	x	x	x	x	x	x	x	4	6	4	6
Equipes do interior na capital	2	5	8	10	8	9	8	11	10	7	12
Atletas inscritos - capital	12.426	13.807	13.666	17.601	20.147	14.807	13.360	20.795	16.137	15.814	14.192
Público na abertura	30.000*	11.567	12.098	11.379	11.071	5.000*	5.000*	5.000*	15.000*	5.000*	7.000*
Público no encerramento	18.147	17.354	21.786	22.133	21.358	22.070	19.239	8.798	12.000*	11.404	20.000*
Jogos realizados	1.360	1.330	1.253	1.457	2.134	1.434	995	1.119	2.352	2.125	1.327
Campos utilizados	53	46	41	62	61	55	40	52	51	53	54

\*Estimativa da Polícia Militar

Fonte: CAMPOS, 2009, p. 182.

Além dessa grande participação da população, o Campeonato de Peladas do Amazonas possui algumas características particulares que se destacam, como possuir uma tradicional confraternização após os jogos, chamada “a barca”: após os jogos, os times oferecem bebida alcoólica, comida e música aos atletas e à comunidade. Também, há o concurso que elege a Rainha do Peladão, no qual cada time da Categoria Principal deve inscrever uma candidata (CAMPOS, 2009).

Através das características aqui citadas sobre o Campeonato de Peladas do Amazonas, é possível afirmar que, embora a competição não seja organizada pela FAF, ela é considerada “o maior campeonato de peladas do mundo” (CAMPOS, 2009, p. 181). Inclusive, a quantidade de pessoas que se reúnem através do futebol de várzea, demonstra que “a socialidade está presente de forma preponderante e evidente no espaço de representação do futebol amazonense, tornando este um fundamental elemento da cultura e sociedade locais” (CAMPOS, 2009, p. 188).

### 2.3.3 Copa Kaiser de Futebol Amador

Outro campeonato significativo do futebol de várzea no país é a Copa Kaiser de Futebol Amador, que era considerado “o maior evento de futebol de várzea de São Paulo” (SPAGGIARI, 2015, p. 86), no qual se reuniam aproximadamente 8.500 jogadores inscritos em 384 equipes, divididas em séries A e B. Esta competição era realizada na cidade de São Paulo e contava tanto com clubes antigos quanto novos (SPAGGIARI, 2015).

A Copa Kaiser era realizada anualmente pela empresa Evidência Promotions com o patrocínio de uma grande empresa do setor de cerveja, a Kaiser. O evento foi realizado de 1995 até 2014, tendo, também, a Secretaria Municipal de Esporte de São Paulo (SEME) na organização das primeiras edições. Anteriormente a esta Copa, outras competições em nível municipal já tinham sido organizadas: na década de 1940, houve a criação da Divisão Varzeana, campeonato coordenado pela Federação Paulista de Futebol (FPF), que teve sua duração até a década de 1960; na década de 1970 foi disputado o Campeonato Varzeano da SEME; e ainda, entre os anos 1985 e 1992 foi realizada a Copa da Cidade, também conhecida como Campeonato Varzeano da FPF, organizada pela Federação (SPAGGIARI, 2015).

Havia seis fases na Copa Kaiser, sendo que nas cinco primeiras os times eram divididos de acordo com quatro regiões da cidade (leste, oeste, norte e sul). Nas primeiras fases, as equipes de cada região enfrentavam umas às outras e somente na última fase da competição que havia o confronto entre equipes de diferentes áreas da cidade (SPAGGIARI, 2015).

Os campos utilizados na Copa Kaiser eram – na sua maioria - campos de terra batida, mas também eram realizados jogos em campos de grama sintética. Algumas partidas dos jogos finais eram disputadas em estádios reservados ao futebol profissional, situação que trazia *status* para as equipes. Alguns campos eram escolhidos por estarem relacionados como sedes principais dos bairros, estrutura e localização estratégica, e outros eram selecionados devido à tradição ou à força política dos clubes que neles jogavam (SPAGGIARI, 2015).

Em 2014, foi realizada a última Copa Kaiser de Futebol Amador com o patrocínio das Cervejarias Kaiser, mas há indícios nas mídias que, nesse momento, há esforços para a organização de um novo campeonato com os mesmos moldes do anterior, que contará com o apoio da Federação Paulista de Futebol e com patrocínio de outra empresa de cerveja (FEDERAÇÃO..., 2015). A Evidência Promotions, no seu site<sup>16</sup>, também informa que está realizando negociações para um evento de futebol amador.

A movimentação desta competição em todos esse anos, assim como a preocupação em organizar um campeonato substituto para a Copa Kaiser, demonstra o quão importante o evento era para os jogadores de futebol de várzea e as pessoas que nele circulavam. Além dos milhares de jogadores inscritos, a quantidade do público também era alta, havendo oito mil pessoas na decisão da Copa de 2014 e 20 mil pessoas em 2012 (FEDERAÇÃO..., 2015).

---

<sup>16</sup> Informação disponível em: <<http://www.simmm.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

### 2.3.4 Projeto Futebol Participativo

Outra competição importante dentro do futebol amador brasileiro, é o Campeonato “Projeto Futebol Participativo” (atualmente chamado “Recife Bom de Bola”) que era realizado em Recife, Pernambuco, sob coordenação da Diretoria de Esporte Amador (DEA), vinculada à Secretaria de Esporte Municipal. Este campeonato também era considerado como o ‘maior campeonato de futebol de várzea do mundo’ pelos meios de comunicação social<sup>17</sup>, já tendo contado com a participação de 576 equipes (PIMENTA, 2009).

O Futebol Participativo iniciou distribuído nas categorias aberto, sub-15, veteranos e feminino; mais tarde foi incluída a categoria sub-17. O desenvolvimento inicial desta competição acontecia nas seis Regiões Político Administrativa. Nelas ocorriam partidas com equipes 'regionais' para, posteriormente, nomear os vencedores de cada região e então; os melhores de cada região jogavam entre si na fase final do campeonato até restarem duas equipes que realizavam o jogo decisivo (PIMENTA, 2009).

Os jogos eram realizados nos campos de várzea de Recife em locais determinados pela organização do Campeonato, predominando os campos de terra com muita areia. As partidas de futebol eram guiadas pelas regras oficiais, nas quais havia um árbitro e dois assistentes com a missão de fazer cumprir essas regras (PIMENTA, 2009).

Em 2013, o Projeto Futebol Participativo teve uma ‘evolução natural’, segundo o site da prefeitura de Recife, surgindo o “Recife Bom de Bola” considerado o primeiro legado esportivo da Copa do Mundo para Recife. Essa iniciativa tem o objetivo de utilizar o esporte como plataforma para um conjunto de ações como o torneio de futebol, combate à violência, descoberta de talentos e requalificação dos campos de várzea<sup>18</sup>.

Apesar da mudança do nome, esta competição realizada pela Prefeitura de Recife continua com uma grande participação da população. Consta no site da Prefeitura que em 2014 houve a inscrição de 550 equipes e de cerca de 13 mil atletas<sup>19</sup>, o que, juntamente com os outros campeonatos citados acima, me permitem afirmar que o futebol de várzea se constitui um importante espaço de lazer para as pessoas que o vivenciam.

Em Porto Alegre não é diferente essa grande movimentação de pessoas ao redor de uma competição de futebol de várzea, principalmente no Campeonato Municipal de Futebol

---

<sup>17</sup> Alguns dos veículos de informação em que consta essa denominação: <<http://contosdavarzea.blogspot.com.br/>>, <<https://recifebomdebola.wordpress.com/>>, <<http://www.leiaja.com/esportes/>> e <<http://www.vermelho.org.br/noticia/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

<sup>18</sup> Informações disponíveis em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

<sup>19</sup> Informações disponíveis em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

de Várzea da cidade. Este evento é considerado a maior competição de futebol de várzea do sul do país<sup>20</sup>, fazendo parte do contexto sociocultural de Porto Alegre. No próximo tópico, falarei sobre este campeonato.

#### 2.4 CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE VÁRZEA DE PORTO ALEGRE

Nas fontes ou repositórios pesquisados, não foram encontrados muitos estudos tematizando o Campeonato Municipal de Várzea de Porto Alegre. Em razão disso, utilizo como principal referência o estudo realizado por Myskiw (2012). Devo salientar que a pesquisa de Myskiw referiu-se a “problematização sobre a articulação do funcionamento de um circuito particular diante da polifonia das tramas cotidianas” (p. 25), na qual o autor descreveu e analisou ‘controvérsias’ sobre a ‘várzea’ estar se manifestando daquela maneira através de um aprendizado com os seus interlocutores. Dessa forma, os dados que trago abaixo são somente para ajudar a entender o Campeonato Municipal nesse primeiro instante.

O Campeonato Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre iniciou em 1993 e representa “uma das competições “mais atrativas” do cenário futebolístico da cidade” (MISKYW, 2012, p. 42), participando equipes de futebol de várzea do Município e da região metropolitana. Este campeonato é coordenado pela Gerência de Futebol com parceria das Ligas Amadoras constituídas na primeira fase, que ocorre de março a julho. A fase ‘municipal’, como é chamada a segunda fase da competição, é realizada nas categorias Livre Masculino, Veterano, Máster e Livre Feminino no período de agosto a dezembro (CAMPEONATO..., 2014).

As faixas etárias correspondentes às categorias do Campeonato são: Livre Masculino, idade mínima de 16 anos completos; Veterano, idade de mínima de 40 anos; Máster, idade mínima de 48 anos; e na categoria Livre Feminino não há faixa etária específica (CAMPEONATO..., 2014). Atualmente, a categoria Livre Masculino está suspensa por tempo indeterminado desde a competição de 2014 devido a violência que vem ocorrendo nos campos de várzea. Conforme alguns meios de comunicação<sup>21</sup>, em 2013 houve muitas confusões e brigas nas categorias Livre A e B, principalmente agressão a arbitragem, ocasionando a decisão por parte dos gerentes de futebol em suspender essa categoria.

---

<sup>20</sup> Informações disponíveis em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>21</sup> Reportagens disponíveis em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/>> e <<http://jornalavozdoamador.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

O número de pessoas envolvidas no “Municipal da várzea”, como é nomeado, é grande, em 2010 houve 302 equipes participantes na primeira fase dessa competição, indicando mais de oito mil jogadores envolvidos (MYSKIW; MARIANTE NETO; STIGGER, 2010). Já na segunda fase, a Gerência de Futebol da SME registrou 90 equipes participantes no mesmo ano (MYSKIW, 2012). Em cada um dos anos entre 2009 e 2011, “o número de Ligas regionais envolvidas não foi menor do que 20 e o número de times foi sempre superior a 250, o que denotava a relevância desse circuito no cenário urbano” (MYSKIW; STIGGER, 2014b, p. 69).

Os jogos de futebol do Municipal da várzea da segunda fase, na época do estudo, ocorriam aos sábados e aos domingos pela manhã, tarde e noite<sup>22</sup> e os locais em que aconteciam as partidas eram em campos de futebol de diversas regiões da cidade, sendo a maioria deles espaços públicos. As partidas de futebol deste Campeonato são organizadas, na fase classificatória da fase municipal, em torno de 15 campos que apresentam melhores condições na zona norte, zona sul e zona central de Porto Alegre. Na medida em que o “Municipal” avança para as fases eliminatórias, os jogos ocorrem principalmente na zona central da cidade (MYSKIW; MARIANTE NETO; STIGGER, 2010).

Para a realização das partidas de futebol na fase coordenada pela Gerência de Futebol, “o sistema de disputa envolve normalmente uma etapa classificatória, geralmente em chaves, e etapas eliminatórias, conhecidos como jogos mata-mata, até serem conhecidos os vencedores/classificados” (MYSKIW; MARIANTE NETO; STIGGER, 2010, p. 3). Os árbitros, segundo Myskiw (2012, p. 30), eram “contratados diretamente ou através de ligas de arbitragem” na fase organizada pelas Ligas, já na fase seguinte, a contratação ocorria através de uma liga de arbitragem, estabelecida pela Prefeitura por um processo de licitação. No edital era apresentado um ‘pacote de jogos’ com algumas condições, como a necessidade de se ter árbitro, bandeira e mesário em cada jogo. As ligas de arbitragem “faziam suas propostas de acordo com o protocolo de licitação. A melhor proposta era contratada formalmente” (MYSKIW, 2012, p. 47).

Os times da Categoria Livre que participavam deste Campeonato, quando havia esta categoria, eram os campeões da primeira fase, realizada pelas Ligas, e os quatro primeiros lugares do Municipal da várzea do ano anterior. Na categoria Veterano, as equipes participantes são as que também se classificaram nos quatro primeiros lugares do ano anterior do Campeonato e dois representantes dos torneios realizados pelas Ligas. Para as categorias

---

<sup>22</sup> Informação disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

Máster e Livre Feminino, os times interessados em participar só necessitam se inscrever na Gerência de Futebol, sendo o número máximo de 24 vagas em cada categoria (CAMPEONATO..., 2014).

De acordo com as Diretrizes Gerais para as Ligas do Campeonato de 2014, o item quatro refere-se sobre a organização da primeira fase do Campeonato:

Nesta Etapa Classificatória as Ligas tem autonomia para realizarem seus campeonatos, elaborando seus Regulamentos Específicos, auto-financiando ou buscando patrocínio para seus eventos, formando sua Comissão Disciplinar, definindo número de equipes, número de inscrições por equipe, faixa etária, fórmula de disputa, premiação e arbitragem conforme sua estrutura permitir (CAMPEONATO..., 2014).

Essas Ligas participam desde o início do Municipal, segundo Santos (2003, P. 82), a primeira edição da competição foi realizada com “o gerenciamento do poder público municipal em parceria com as ligas de futebol amador”. Elas pertenciam a uma dimensão do ‘lazer de trabalhadores’ e foram compreendidas como organizadoras de competições, na qual as equipes aderiam a estas conforme os seus interesses (MYSKIW, 2012).

As pessoas que promoviam e administravam as Ligas eram chamadas normalmente de ‘presidentes’. No estudo de Myskiw (2012, p. 35-36), o autor afirma que havia a noção de que a Liga era de propriedade de uma pessoa, já que “elas eram “naturalmente” tratadas e reconhecidas pelos nomes ou apelidos de seus dirigentes, diretores ou presidentes e, poderia dizer, sem maiores problemas, de seus “donos””.

Durante a pesquisa etnográfica de Myskiw (2012), realizada entre fevereiro de 2009 a dezembro de 2011, o autor presenciou reuniões com os presidentes das Ligas e com os membros da Gerência de Futebol. Nesses encontros os representantes das Ligas informavam sobre o andamento da primeira fase do Campeonato, entregavam as documentações necessárias e discutiam as regras da competição com a Gerência (MYSKIW, 2012).

Conforme Myskiw (2012, p. 104), “a organização, como um conjunto de normas, reuniões e artefatos para encadear (ou alinhar) as práticas “adequadas” no arranjo de competições, sem dúvida, era uma das preocupações mais significativas, que conectava pessoas e grupos” no Municipal. Esse vínculo se dava às pessoas envolvidas à competição, principalmente aos dirigentes da Gerência, das Ligas e dos times.

Em vista disso, foi desenvolvido coletivamente o “Regulamento Geral”, na perspectiva de que todos os campeonatos das Ligas e do Municipal da várzea pudessem ‘funcionar’ dentro de um mesmo desenho (MYSKIW, 2012). Dessa forma, baseado no regulamento das

Ligas, construiu-se um regulamento que tinha como objetivo, de acordo com Myskiw (2012, p. 40), “alinhar os interesses das ligas e das competições independentes com o da SME”.

A Gerência de Futebol realizava reuniões chamadas “Conselho Arbitral” com o objetivo de ajustar o regulamento para que se mantivesse o que estava funcionando nas competições e para debater os ‘problemas’ ocorridos nas edições anteriores do Campeonato, construindo uma proposta para a edição seguinte (MYSKIW, 2012). No Conselho Arbitral frequentemente “emergiam as disputas entre aqueles que se discursavam por uma gestão *mais próxima do profissional* e, em contraponto, os que respondiam que *a várzea não é o profissional* [...]”<sup>23</sup> (MYSKIW, 2012, p. 104).

O principal coordenador do Conselho Arbitral e de outras reuniões vinculadas ao Campeonato Municipal era o Gerente de Futebol, que possuía “privilégios a respeito dos rumos do regulamento” (MYSKIW, 2012, p. 107). No período da pesquisa de Myskiw, houve uma troca de Gerente na coordenação do projeto (início de 2011), sendo observado conseqüentemente, uma mudança na organização do Municipal da várzea.

Em 2009 e 2010, o Gerente vigente era o Madureira<sup>24</sup> e seu trajeto de vida juntamente com suas relações com o futebol e o reconhecimento do Secretário Municipal e das Ligas consideradas ‘exemplares’ implicava na forma como organizava o Campeonato Municipal (MYSKIW, 2012). O Madureira tinha a característica de organizar o Campeonato ‘mais próximo do profissional’ e nas reuniões “o seu conhecimento e as disposições incorporadas no circuito de futebol profissional, nas práticas e nos cursos de administração funcionavam como esquemas geradores de forte impacto sobre as práticas de organização do *municipal*” (MYSKIW, 2012, p. 108).

No início de 2011, Souza ocupou a coordenação da Gerência de Futebol e “essa conjuntura foi significativamente alterada” (MYSKIW; STIGGER, 2014a, p. 453), devido a sua trajetória na ‘vida pública’, principalmente na várzea, já que ele foi um dos criadores do Campeonato, organizando-o durante 12 anos. Para sustentar a sua autoridade nas reuniões do Municipal da várzea, Souza alegava “sua experiência nas *comunidades*, nas praças, nas vilas, especialmente *na várzea*, como jogador, professor e gestor de competições”<sup>25</sup> (MYSKIW; STIGGER, 2014a, p. 453). Ele acreditava numa administração com a participação mais democrática dos dirigentes e com uma maior independência das Ligas e dos jogadores (MYSKIW, 2012).

---

<sup>23</sup> Grifos do autor

<sup>24</sup> Os nomes foram substituídos.

<sup>25</sup> Grifos do autor.

Essas questões que ambos dirigentes trouxeram são formas de demonstrar a alteração na coordenação que, por conseguinte, afetou na organização do Campeonato. Os Gerentes apresentavam na sua gestão “um processo de disputas com trajetórias e arranjos distintos. As duas categorias fundamentais nessas disputas eram o *mais próximo do profissional* e o *aqui é a várzea*”<sup>26</sup> (MYSKIW; STIGGER, 2014a, p. 453).

O ‘mais próximo do profissional’ refere-se “a categoria que compreende os esforços baseadas no distanciamento das pressões externas, com vistas a consolidar o funcionamento do circuito a partir de lógicas que lhe seriam particulares[...]” (MYSKIW; STIGGER, 2014a, p. 455). Já o ‘aqui é a várzea’, “compreende um tipo de organização – não legítima – bastante complexa, que coloca em ação uma pluralidade de *acertos* tão relevantes quanto os regulamentos, códigos e leis ‘do futebol’”<sup>27</sup> (MYSKIW; STIGGER, 2014a, p. 466).

Essas disputas entre as pessoas envolvidas no Campeonato na forma da gestão da competição foram algumas das controvérsias que Myskiw (2012) encontrou durante o seu trabalho de campo de sua tese, de fevereiro de 2009 a dezembro de 2011. Através da leitura deste estudo me suscitaram algumas questões dessa pesquisa, no qual abordarei no próximo capítulo.

Finalizo esse tópico destacando que o Campeonato Municipal de Várzea de Porto Alegre encontra-se entre as competições mais procuradas dos times de várzea da cidade, sendo bastante reconhecido por aqueles que participam deste ‘tipo’ particular de futebol. Apesar de ser uma competição com mais de duas décadas de existência, houve algumas mudanças na sua organização que me provocaram questionamentos: como as modificações foram ocorrendo e quem foram os responsáveis por elas?

---

<sup>26</sup> Grifos dos autores

<sup>27</sup> Grifo dos autores



### 3 PROBLEMATIZAÇÃO

Através do tópico anterior, consigo pensar no Campeonato como uma “configuração” (ELIAS, 2008) que, de acordo com o autor, é uma formação social em que as pessoas estão ligadas por relações de interdependências, possuindo um equilíbrio de poder na sua estrutura (abordarei com mais densidade no próximo capítulo). As relações de interdependências que ligam os participantes do Municipal devem ser bastante extensas, embora já foi possível observar algumas estabelecidas entre: a Prefeitura, a Gerência de Futebol, assim como os Gerentes e os professores, as Ligas e os seus representantes, os times, os jogadores e os árbitros.

Conforme a pesquisa de Myskiw (2012) foi possível identificar controvérsias presentes no Municipal de várzea que me indagaram a analisar a cadeia de interdependência formada por esses diferentes ‘atores’ envolvidos com a competição. Esse propósito me levou a seguinte pergunta: **Como, no processo histórico do Campeonato de Várzea de Porto Alegre (1993 a 2014), esse evento vem se desenvolvendo através da cadeia de interdependências entre os seus diferentes participantes?** Da mesma forma, questiono: **quais foram as mudanças ocorridas no Municipal da Várzea ocasionadas por essa cadeia de interdependências?**

Além disso, foram observadas divergências e alterações sobre a 'lógica esportiva' que deveria conduzir o Campeonato, ora aproximando-o, ora afastando-o da perspectiva esportiva 'oficial' na tese de Myskiw (2012). Também, na busca inicial por informações sobre o Municipal me deparei com o artigo quatro das Diretrizes Gerais para as Ligas de 2014 que afirmava que as Ligas teriam autonomia para a realização dos seus campeonatos, assim como para elaborar seus regulamentos específicos, fato que vai de encontro com os dados do estudo de Myskiw (2012) já que havia um regulamento ‘geral’ que orientava as competições na primeira e na segunda fase. Tendo em vista esses aspectos, surgiu outra questão: **Como os participantes do Campeonato vêm lidando com as divergências nas lógicas esportivas adotadas desde o seu surgimento, mas, mesmo assim, sendo capazes de conduzi-lo até os dias atuais?**

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consolidação desse trabalho, primeiramente fiz um esforço para olhar para o Campeonato de Várzea de Porto Alegre, a partir da teoria da configuração de Norbert Elias (1994, 2001, 2008). A partir desse ponto de vista, buscarei analisar as ações das pessoas envolvidas no Municipal através das relações de poder que fazem parte da cadeia de interdependências da sua estrutura.

Como processo metodológico realizei uma pesquisa histórica, utilizando a história oral para buscar versões de pessoas que vivenciaram o Campeonato ao longo dos anos. A pesquisa foi constituída de análises de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa em documentos escritos.

### 4.1 OLHAR CONFIGURACIONAL PARA O MUNICIPAL – PONTO DE PARTIDA

Conforme coloquei acima, o Campeonato Municipal passa a ser visto por mim como uma configuração, uma formação social que possui vários indivíduos interdependentes, como professores, Gerente de Futebol, presidentes de Ligas, equipes, jogadores, árbitros, entre outros. Elias (1994, p. 249) afirma que “a rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”.

Para explicar o conceito de configuração, Elias (1994, p. 250) exemplifica com as danças de salão, fazendo-nos pensar em alguns estilos como mazurca, minueto, tango ou *rock'n'roll*:

As mesmas configurações podem certamente ser dançadas por diferentes pessoas, mas, sem uma pluralidade de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes, não há dança. Tal como todas as demais configurações sociais, a da dança é relativamente independente dos indivíduos específicos que a formam aqui e agora, mas não de indivíduos como tais. Seria absurdo dizer que as danças são construções mentais abstraídas de observações de indivíduos considerados separadamente. O mesmo se aplica a todas as demais configurações. Da mesma maneira que as pequenas configurações da dança mudam - tornando-se ora mais lentas, ora mais rápidas - também assim, gradualmente ou com maior subitaneidade, acontece com as configurações maiores que chamamos de sociedades.

Desse modo, podemos compreender que as transformações dentro de uma configuração vão ocorrer de acordo com a relação de interdependência entre os indivíduos.

Através de uma investigação da configuração é possível entender o como e o por que ocorrem as modificações, já que “uma mudança na configuração é explicada em parte pela dinâmica endógena dela mesma” (ELIAS, 1994, p. 250).

Apesar do meu trabalho ser uma pesquisa histórica, na minha narrativa pretendo realizar um olhar sociológico para o Campeonato em razão de o “que é chamado de história muitas vezes parece simplesmente uma acumulação de ações isoladas de homens isolados, sem conexão entre si” (ELIAS, 2001, p. 30). Elias defende que as ações concretizadas em uma configuração não são específicas de um indivíduo, “mas o que se observa de fato são homens que se desenvolvem nas e pelas relações com outros homens” (ELIAS, 2001, p. 49).

A cadeia de interdependências que unem as pessoas que irá limitar a decisão e a ação delas, fazendo-as agir conforme a estrutura da configuração. Elias (2001, p. 158) explica que a interdependência é como um jogo de xadrez:

Cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo — ou, na realidade, de muitos outros indivíduos —, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência.

No livro “A Sociedade de Corte” (ELIAS, 2001), o autor analisa as interdependências existentes na corte real da França do *Ancien Regime* e descreve, através de uma investigação sistemática dessa configuração, que o rei Luis XIV, conhecido como Rei-Sol, não realizava um poder ‘absoluto’ sobre a corte, mas que seu poder era altamente regulado. Elias (2001, p. 56) relata que “até a autonomia e a margem de manobra do rei mais poderoso têm limites rígidos; até ele está envolvido numa rede de interdependências cuja estrutura pode ser determinada com alto grau de precisão”.

O conceito de poder é importante para entender as relações de interdependências, já que, segundo Elias (2008, p. 81), “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações humanas”. Desse modo, as relações entre as pessoas interdependentes vão ocorrer através de um equilíbrio de poder. Elias (2008, p. 143) explica:

No seio das configurações mutáveis — que constituem o próprio centro do processo de configuração — há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração.

Para demonstrar o caráter relacional do poder, Elias (2008) utiliza modelos de jogos de competição com e sem regras para “destacar graficamente o carácter processual das relações entre pessoas interdependentes. Ao mesmo tempo, mostram como a teia de relações humanas muda quando muda a distribuição de poder” (p. 88). No primeiro modelo das competições com normas o autor traz o jogo de duas pessoas, sendo que uma delas (A) é superior à outra (B), ou seja, A tem poder sobre B. O jogador A tem grande capacidade de controlar os movimentos (um comportamento ou uma ação) de B, assim como o percurso e o resultado do jogo, embora B também tem grau de poder sobre A. Elias (2008, p. 88) esclarece:

Na verdade, tal como B, ao realizar cada uma das suas jogadas, tem de se orientar tomando em conta as anteriores jogadas de A, também A tem de se orientar atendendo às jogadas anteriores de B. B pode não ser tão forte como A, mas tem de ter uma certa força — se ele fosse zero não haveria jogo. Por outras palavras, em todos os jogos os participantes têm de exercer sempre um controlo *mútuo*.

Caso a diferença de força ou potencial de poder diminua, o poder de A sobre B diminui proporcionalmente, aumentando as possibilidades de B controlar as jogadas de A. O mesmo se pode dizer sobre a capacidade de A determinar o andamento e o resultado do jogo, “quanto mais diminui a diferença de forças entre A e B menos poder terá cada jogador para forçar uma determinada tática no outro” (ELIAS, 2008, p. 89). Desse modo, ambos os jogadores terão menos oportunidades de controlar as configurações mutáveis do jogo e mais forte se tornará a dependência desses jogadores e das suas jogadas às configurações do jogo.

Através desse modelo de jogo (Elias apresenta mais alguns outros), pretendi demonstrar como funciona o equilíbrio de poder dentro de uma configuração. Esse conceito, assim como os outros que eu trouxe, é essencial para entendermos como se desenvolveram as relações de interdependências dentro do Municipal, já que os indivíduos vão agir conforme os ‘movimentos’ dos outros e também de acordo com os seus interesses que são limitados pelos seus potenciais de poder.

Assim, através desse olhar configuracional, pretendo compreender as ações das pessoas interdependentes ao longo da história do Campeonato, acreditando que elas não se concretizavam somente por suas vontades, mas sim, que suas atuações dependiam do equilíbrio de poder dentro da cadeia de interdependência que os envolvia. Elias (2008, p. 79) complementa:

Só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das acções das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros.

Desse modo, com o objetivo de analisar o Municipal como uma configuração foi necessário, primeiramente, compreender como se desenvolveram as relações de interdependência para então entender como e por que as mudanças foram ocorrendo na sua trajetória. Para realizar essa investigação utilizei a pesquisa histórica como metodologia, na qual descrevo no próximo tópico.

## 4.2 PESQUISA HISTÓRICA

A pesquisa histórica é uma investigação de algum(s) acontecimento(s) que foi(ram) importante(s) para algum grupo social ou para uma cultura de um local na qual o pesquisador considera relevante ser analisado o fato histórico. Apesar de ter sido bastante recriminada no princípio, atualmente essa área metodológica encontra-se com um número crescente de adeptos na Educação Física brasileira (MAZO *et al.*, 2010).

Conforme Marinho (1980, p. 11), “História é uma palavra vinda do grego, por intermédio do latim, que significa **conhecimento por inquirição**. [...] É, de um modo geral, o **conhecimento do passado**. É o estudo dos fatos sob o ponto de vista do seu desenvolvimento no tempo”<sup>28</sup>. Toda a atividade humana possui uma história, na qual privilegia-se a análise de interpretação, seja nas falas dos entrevistados ou nos documentos recolhidos.

A História vai trazer-nos uma ocasião do passado que ao investigarmos é necessário considerarmos o contexto que ela está inserida, pois há diversas influências que fizeram tal fato ter ocorrido de determinada maneira. Assim, como diversas influências fazem os episódios serem lembrados (e ditos) ou esquecidos (ou não mencionados). Deste modo, a história é “fazer lembrar, mas também fazer esquecer, na medida em que, ao contar sobre um tempo que já não é mais, a história tanto pode “celebrar” o que deve ser lembrado quanto “invisibilizar” o que deve ser esquecido” (GOELLNER, 2007, p. 14).

A pesquisa histórica é semelhante à tentativa de montar um quebra-cabeça, já que o pesquisador irá buscar unir todas as informações obtidas, quanto maior a quantidade de peças, mais elementos ajudarão a interpretar o passado. Mesmo com uma boa quantidade de dados, a história escrita nunca será uma verdade absoluta, “mas também precisamos buscar cada vez

---

<sup>28</sup> Grifos do autor

mais o desconhecido, dar sentido ao que não foi visto, ao que passou despercebido, porque o passado é sempre uma obra inacabada” (MARCASSA, 2000, p. 83).

A história reinventada dificilmente será uma réplica exata do que ocorreu, ela irá depender de como esses momentos serão contados pelos colaboradores e da escrita do pesquisador, já que este possui seu ponto de vista do período atual. “É uma construção feita no presente bem como também são construções do presente as fontes historiográficas, na medida em que elas são sempre forjadas, lidas e exploradas no presente, com os filtros do presente” (GOELLNER, 2004).

O esporte aparece como um tema importante nas pesquisas históricas e de acordo com Mello e Fortes (2010), os estudos históricos no esporte possuem uma dupla dimensão e contribuição: aos campos específicos relacionados aos objetos investigados - “Os interessados na configuração dos campos, ao melhor compreender a trajetória histórica dos fenômenos, podem desvendar algo das suas questões contemporâneas” (MELLO; FORTES, 2010, p. 24) - e compreensão para entender a sociedade como um todo, pois o esporte tem sua configuração vinculada com as dimensões socioculturais, políticas e econômicas de um determinado contexto.

A área de pesquisa História do Esporte vem se consolidando desde os anos 1960, aparecendo inicialmente na Europa e nos Estados Unidos. Nesses lugares foram aparecendo grandes contribuições, como a criação de associações, eventos científicos, conferências e coletânea. No início da investigação histórica dos esportes havia uma preocupação devido aos trabalhos excessivamente descritivos e a carência de evidências documentais (MELO; FORTES, 2010).

Ainda que no Brasil haja indícios de avanços na questão metodológica nas pesquisas históricas, apenas atualmente é observada a diversificação nas escolhas de pesquisas aplicadas. Segundo Melo e Fortes (2010, p. 25), “O que mais interessa no estudo histórico das práticas corporais é perceber que os objetos expressam/representam de forma multifacetada um conjunto de dimensões de um quadro de tensões sociais no tempo e no espaço”, aonde a História contada será conectada com outras dimensões, abordagens, domínios e recortes temporais.

A pesquisa histórica no esporte terá uma análise densa, pois ao interpretá-la é necessário ter cuidado com os sentidos que foram impostos pelos interlocutores e pelos documentos encontrados. Como relata Goellner (2004), “não basta resgatar e preservar a memória (ainda que essa seja tarefa necessária) mas, fundamentalmente, há que lhe conferir

significações, contextualizá-la no seu tempo, analisá-la, permitir que dela originem-se diferentes interpretações”.

É imprescindível o interesse do pesquisador em adquirir uma maior quantidade de ferramentas que lhe possam ser úteis para aprofundar sua investigação, já que “quanto mais diversas forem as fontes de pesquisa, mais possibilidades ter-se-á de se aproximar do acontecido” (GOELLNER, 2007, p. 22). Mesmo com um número considerável de fontes, é através da capacidade de correlacionar e dialogar entre elas que o trabalho será construído.

O produto final da pesquisa histórica, afinal, será o resultado da análise de todas as informações obtidas pelo pesquisador, que através de sua escrita minuciosa dará a sua versão do momento histórico estudado. Para a realização deste estudo realizei 12 entrevistas no período de março a maio de 2016, em diversos locais, com os seguintes colaboradores: dois ex-Gerentes da Gerência de Futebol, dois professores da SME que trabalharam na organização do Campeonato, oito presidentes e um vice-presidente das Ligas de Futebol de Porto Alegre, estes dois últimos os selecionados foram indicados pelos professores da Gerência.

Em todas as conversas meus depoentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anteriormente as entrevistas. Todas as entrevistas foram transcritas posteriormente. Também fiz uma pesquisa em documentos fornecidos pela SME, na qual obtive acesso a arquivos desde a primeira edição do Municipal, como regulamentos, súmulas, relatórios, projetos, reportagens, fotos, entre outros materiais. Nos próximos tópicos aprofundarei o meu processo nessa caminhada.

#### 4.3 HISTÓRIA ORAL

A história oral foi utilizada como um importante método para o desenvolvimento deste estudo, na qual pretendi analisar a História do Municipal através de diversas versões de pessoas que participaram ou testemunharam do evento. A história oral está consolidada atualmente e presente na pesquisa histórica, consistindo na realização de entrevistas como ferramenta para a obtenção dos resultados.

De acordo com Alberti (1989, p. VII), a história oral é “constituída por um *conjunto* sistemático, diversificado e articulado de depoimentos gravados em torno de um tema”<sup>29</sup>. É

---

<sup>29</sup> Grifo do autor

através do cruzamento das entrevistas, com as testemunhas que tiveram experiências diretas com o objeto da pesquisa, que se chegará aos resultados.

A participação direta do pesquisador na produção de documento permite uma constante análise dele, assim quando o entrevistado distorce ou omite alguma informação o pesquisador percebe, podendo questionar essas ocorrências. Outra particularidade desse método é o fato de recuperarmos elementos que não encontramos em outras fontes, permitindo o aparecimento de informações originais e o preenchimento de lacunas existentes nos documentos escritos.

A principal peculiaridade da história oral, no entanto, “decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*”<sup>30</sup>, segundo Alberti (1989, p. 5). Ela é fundamentada por ressaltar a biografia e a recordação dos colaboradores, que nos fornecem interpretações do contexto sociocultural do período pesquisado.

Nesse sentido, cada interlocutor é importante na construção da pesquisa no qual cada um possui suas opiniões, posições, significados, que serão essenciais para ampliarmos nosso conhecimento a respeito da história estudada. Lozano (1996, p. 16) complementa afirmando que, “dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão e versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”<sup>31</sup>.

Apesar da história oral já ser reconhecida no âmbito das ciências sociais, ainda sofre discriminação por parte dos seguidores da história mais tradicional, visto que na oralidade há muitos elementos subjetivos de difícil manejo científico (LOZANO, 1996). Deste modo, mesmo que a crítica a subjetividade esteja superada, temos que examinar os relatos com julgamento para que tenhamos um trabalho com maior rigor científico.

Esse método é utilizado recentemente nas pesquisas históricas, ainda que foi a primeira espécie de história da humanidade: a tradição oral era a forma que as gerações transmitiam sua cultura às suas sucessoras (GEBARA, 2004). Apesar disso, foi somente na segunda metade do século XX que a história oral se estabeleceu no campo científico.

No século XIX considerava-se que o depoimento não possuía ‘valor de prova’, pois estavam cheios de valores, de uma visão parcial do passado e propenso a falhas de memória (ALBERTI, 1989). No início do século XX a pesquisa histórica ainda era composta quase

---

<sup>30</sup> Grifos do autor

<sup>31</sup> Grifos do autor



exclusivamente por documentos escritos, as fontes orais eram consideradas uma ‘ciência auxiliar’, sendo muito discriminadas por acreditarem que as palavras não eram confiáveis.

Na década de 60 que os adeptos da história social começaram a utilizá-la, pois já existia o recurso do gravador, e assim podendo ter o material documentado para consultas e avaliações, e também a comparação entre as diferentes versões começou a ser importante para a compreensão da sociedade de acordo com o indivíduo que nela viveu. Segundo Grele (1996, p. 271), a história oral reapareceu “em consequências das crescentes tensões provocadas pela guerra e pelo racismo na cultura norte-americana e da crescente conscientização dos excluídos [...]”.

No Brasil, a história oral começou a aparecer nos anos 70 em programas contemporâneos de história política depois da destruição de documentos escritos pelas rebeliões políticas (SILVA; PEREIRA; MAZO, 2013). Foi somente nos anos 90, entretanto, que essa metodologia teve uma expansão mais significativa através da multiplicação de seminários, da incorporação pelos programas de pós-graduação em história de cursos voltados para a discussão da história oral, de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecimento internacional (FERREIRA; AMADO, 1996).

Na minha pesquisa, a história oral foi utilizada para que eu pudesse estudar os depoimentos de quem presenciou o Campeonato ao longo da sua história. Para isso, selecionei as pessoas que considere que mais contribuiriam com informações: os dois Gerentes de Futebol que estiveram presentes nesses 22 anos do Campeonato, dois professores da Gerência de Futebol que participaram da sua organização, oito presidentes e um vice-presidente das Ligas, dentre eles, um presidente de uma liga de arbitragem que participou por mais de dez anos do evento. Os professores e os dirigentes das Ligas foram indicados por funcionários que trabalham na Gerência até os dias atuais, levando em consideração os que estiveram mais envolvidos com o Municipal.

Comecei as entrevistas com o primeiro Gerente do Campeonato, já que ele ajudou na sua elaboração e esteve à frente da administração durante os primeiros 12 anos, o encontro ocorreu em uma sala da Gerência. Depois, fui conversar com o segundo Gerente que comandou o Municipal da várzea, na Câmara Municipal de Porto Alegre, local em que ele está trabalhando atualmente. Após, entrevistei dois professores que trabalharam na Gerência, um depoimento ocorreu em uma sala deste local, e outro, numa sala da biblioteca da ESEFID<sup>32</sup>. Poderia ter interrogado mais um ou dois professores da Gerência, pois a maioria

---

<sup>32</sup> Sigla da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

que conheci trabalharam no Municipal, contudo nos encontros que tivemos notei que havia uma certa similaridade nos seus discursos, concordando com as falas dos colegas entrevistados. Além disso, eles não demonstraram muito interesse em dialogar comigo, dizendo que não tinham muito a contribuir depois de eu ter entrevistado as pessoas citadas acima.

Para escolher quais seriam os presidentes das Ligas que eu entrevistaria pedi para que os professores da Gerência me indicassem representantes de um modo que eu conseguisse ouvir diferentes opiniões. Eu tinha o intuito de abranger os dirigentes com distintas organizações e localizações, ou seja, abordar tanto aqueles das Ligas ‘exemplares’, como os das Ligas que possuíam mais dificuldades na administração das suas competições. Escolhidos os colaboradores, comecei a entrevistar um a um, exceto em um momento que o vice-presidente e o presidente participaram juntos. Os locais dos diálogos foram diversos: com seis entrevistados as conversas foram nos campos em que ocorrem as partidas de futebol da sua Liga, dois foram entrevistados em campos da zona norte, um da zona sul e três do centro; um depoimento ocorreu na praça de alimentação de um supermercado no bairro Partenon; outro, na sede da sua Liga na zona norte; e o último, em uma cafeteria no centro da cidade.

As entrevistas ocorreram tranquilamente, no início eu ia seguindo com mais rigor o roteiro de perguntas (falarei mais adiante sobre ele), mas a cada entrevista me sentia mais segura e envolvida com os relatos, tanto que nas últimas não consultava quase o meu roteiro. Estava ficando satisfeita com os depoimentos obtidos, até então as falas iam ao encontro do que havia lido na tese de Myskiw, que era o que eu estava esperando. No entanto, depois que realizei as entrevistas com os presidentes daquelas Ligas consideradas com mais dificuldades saí frustrada, a narrativa que ouvi foi muito parecida com as dos presidentes das Ligas ‘exemplares’, fato não esperado. Eu inclusive insistia em algumas perguntas, porém só consegui encontrar contradição em uma das falas (abordarei no texto).

Diante desta constatação, tentei refletir sobre o porquê desse discurso similar dos presidentes e cheguei a algumas hipóteses: acredito que o fato de eles assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido anteriormente às entrevistas e de terem o gravador a sua frente os intimidava um pouco. Notei em alguns casos que antes de iniciar as entrevistas os meus interlocutores conversavam mais ‘soltos’ e quando eu começava a gravar, adotavam uma postura mais séria.

Percebi que eles falavam somente a favor da organização dos seus campeonatos, como se estivessem ‘temerosos’ em contar algo que pudesse ir contra eles. Também creio que o contexto que eles estão inseridos atualmente (disputas com a Gerência devido a ‘autonomia’

dada às Ligas, abordarei no texto) pode ter influenciado, já que uma das características da pesquisa histórica é a interferência dos acontecimentos dos dias atuais nos relatos.

No próximo tópico falarei sobre o instrumento que utilizei para produzir as narrativas dos meus depoentes, a entrevista. Além disso, comentarei como foi a minha trajetória na construção dos roteiros de perguntas, nas execuções das entrevistas e nas suas transcrições.

### **4.3.1 Entrevistas**

Para a aquisição das respostas através das fontes orais, o instrumento utilizado foi a entrevista. Nos dias atuais, ela é uma das principais ferramentas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa das ciências sociais, possuindo a característica do acesso direto do pesquisador com os colaboradores. Podem ser abordados nesse encontro os mais variados temas, desde tópicos já coletados por outras técnicas ou novos assuntos que não apareceram em lugar nenhum. Lüdke e André (1986, p. 34) complementam: “[...] a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

Ao contrário de outras ferramentas que estão concluídas, a entrevista vai ser construída entre o pesquisador e o interlocutor. De acordo com Lüdke e André (1986, p. 33), “[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”, na medida em que houver uma cumplicidade de ambos os lados, a entrevista vai fluir com mais harmonia e autenticidade.

Há vários cuidados que o pesquisador precisa ter ao realizar esse tipo de ferramenta, primeiramente o respeito pelo entrevistado, seja com a marcação e comparecimento nas entrevistas ou com a omissão de informações, caso for a decisão dele. O entrevistador deve saber ouvir atentamente e saber estimular o colaborador a falar sem receios, passando confiança a ele.

Anteriormente a realização das entrevistas é necessário que o pesquisador elabore um roteiro de perguntas para que o guie durante a entrevista através dos tópicos principais a serem debatidos. Para a construção desse roteiro, é necessária uma pesquisa aprofundada sobre o tema para que se consiga uma base firme de conhecimento e assim, formular as questões que trarão as respostas significativas.

Além desse roteiro a ser seguido durante a entrevista, cabe destacar que o entrevistador deve estar atento a toda uma comunicação não-verbal que também corresponde à compreensão do que foi dito. Lüdke e André (1986, p. 36) comentam: “É preciso analisar e

interpretar esse discurso à luz de toda aquela linguagem mais geral e depois confrontá-lo com outras informações da pesquisa e dados sobre o informante”.

A utilização do gravador é a principal forma de registro das entrevistas juntamente com a anotação, na qual o pesquisador já vai apontando o que acha importante durante a conversa. Após a concretização das entrevistas, há o processo de transcrição de toda a entrevista, que será analisada com dedicação. É imprescindível uma organização desse material transcrito para que se torne mais fácil seu manuseio quando for o momento de examinar concomitantemente com as outras informações obtidas.

A entrevista semiestruturada, que será a utilizada no meu trabalho, é uma ferramenta metodológica que tem sido bastante utilizada nas pesquisas históricas, na qual pretende-se que o entrevistado responda com mais liberdade através de questões um pouco mais abertas, sem obrigatoriedade do entrevistador em seguir rigorosamente o roteiro de perguntas. Flick (2004, p. 106) acrescenta:

O ponto de partida do método é a suposição de que os *inputs* que caracterizam entrevistas ou questionários padronizados, e que restringem o momento, a seqüência ou o modo de lidar com os tópicos, obscurecem, ao invés de esclarecer, o ponto de vista do sujeito.

Desse modo, a entrevista pode ocorrer de forma mais ‘livre’, podendo o entrevistador mudar a ordem das perguntas no momento da entrevista, fazer novas questões que possam aparecer no decorrer ou omitir algumas, escolher se auxilia nas dúvidas que possam aparecer aos interlocutores sobre determinado tema (quando estudado antes), entre outras ações que o entrevistador decidirá somente durante a entrevista de acordo com as suas percepções. Flick (2004, p. 106) complementa, “é necessária uma mediação permanente entre o curso da entrevista e o guia da entrevista”.

Para a realização deste estudo, primeiramente elaborei dois roteiros de entrevista, um para os professores e outro para os presidentes das Ligas, de acordo com a pesquisa realizada nos documentos conseguidos pela SME (abordarei no próximo tópico) e com as questões do meu trabalho. Esses roteiros, como já havia mencionado, foram mais utilizados nas primeiras entrevistas, na medida que avançava os encontros, percebia que havia assuntos que meus colaboradores já mencionavam sem eu nem precisar perguntar. Dificilmente os seus relatos seguiam a ordem das questões, assim que eu ia tentando conectar as perguntas de acordo com a lógica de seus raciocínios, incluindo ou omitindo algumas indagações. Nos últimos encontros concretizados, reparei que não olhava muito para o roteiro, estava tão imersa nos

relatos dos meus interlocutores e na consulta inicial dos documentos que as entrevistas pareciam mais uma conversa, de forma que as perguntas saíam espontaneamente.

Os critérios utilizados para selecionar os meus colaboradores eu já informei no tópico acima. Referente ao número de entrevistados, inicialmente não sabia de quantos depoimentos precisaria para conseguir responder os meus problemas de pesquisa. Para escolher quantos funcionários da SME e principalmente quantos presidentes das Ligas eu dialogaria, já que havia diversos nomes indicados, resolvi seguir os autores que defendem a ‘saturação’.

A saturação é uma forma de encerrar a realização de novas entrevistas, que é o momento quando as informações dos depoentes começam a se reproduzir. De acordo com Alberti (1989, p. 19), “quando as diversas entrevistas realizadas em uma pesquisa de história oral começam a se tornar repetitivas, continuar o trabalho significa aumentar o investimento, enquanto o retorno é reduzido, já que se produz cada vez menos informação”.

Assim, a partir do momento que os depoimentos dos meus interlocutores começaram a se repetir, no qual eu já ouvia os mesmos posicionamentos, as mesmas ‘histórias’ do Campeonato, percebi que era a hora de encerrar. Além disso, já havia conseguido material suficiente para responder às minhas perguntas norteadoras.

Para a execução das entrevistas, primeiramente consegui os contatos dos meus colaboradores com os professores da Gerência de Futebol, de modo que eu telefonei para quase todos para marcar os encontros. Em duas Ligas localizadas em ‘vilas’, e por ter mais proximidade com alguns dirigentes, o professor Myskiw fez contatos telefônicos e me acompanhou. Nas demais entrevistas, a maior parte fui sozinha, somente em três casos pedi para o meu noivo me acompanhar devido ao horário e a localização (não estando junto durante a conversa).

As entrevistas foram gravadas com o meu celular, além disso, fui anotando informações que me ‘chamavam a atenção’ durante as conversas, mas prestando sempre atenção nas falas e nos gestos dos meus entrevistados. Desse modo, observei que, em alguns casos, as posturas se modificavam após eu avisar que começaria a gravar. Acredito que por ter tido contato com a maioria somente uma vez, no momento da entrevista, alguns dos meus interlocutores podem ter ficado um pouco receosos em comentar sobre assuntos ‘delicados’. Dessa forma, aponto como uma restrição desse tipo de instrumento.

Após as entrevistas, iniciei o processo de transcrição juntamente com análise das falas dos meus depoentes. Apesar de ter sido um processo demorado, a duração das entrevistas foi em média de uma hora cada, essa etapa foi fundamental para a minha compreensão de tudo o que eu havia ‘aprendido’ até esse momento. Durante esse procedimento comecei a perceber

relatos dos meus entrevistados que me ajudariam a responder os problemas da minha pesquisa, que anteriormente não havia dado tanta importância durante as conversas.

O processo de transcrição também foi importante para organizar esse material registrado e assim, fazer as anotações necessárias para depois unir com as outras informações obtidas. No próximo tópico, abordo a pesquisa documental, método que também foi fundamental para que eu chegasse nos resultados do meu trabalho.

#### 4.4 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental é constituída por ter o conteúdo de um documento como fonte de pesquisa, podendo ser um texto escrito – documentos oficiais, jornais, revistas, livros, artigos –, uma imagem ou um vídeo. Para escolher quais documentos são oportunos para o estudo é necessário seguir seus intuítos e especulações e após essa seleção, o pesquisador realizará a análise dos dados obtidos.

Os documentos são ferramentas importantes por serem constituídos como uma fonte estável e rica (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Segundo essas autoras a vantagem dos documentos é que eles podem ser consultados várias vezes, podem ter evidências que fundamentem afirmações do pesquisador, permitem a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável, sendo ainda uma fonte ‘natural’ de informação, pois surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

A análise dos dados é um procedimento que exige atenção e perspicácia, não existindo uma maneira exata de fazê-la, conforme Lüdke e André (1986, p. 42), “o que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo”. Para processo de análise é importante realizar juntamente com a coleta dos documentos para que aos poucos esse material vai reduzindo-se e assim, auxiliando nas etapas posteriores.

A coleta dos documentos deve se dar de forma organizada, na qual o registro torna-se bastante relevante na pesquisa documental. A classificação dos documentos pode ser realizada através de anotações de referências, esquemas, dados para identificá-los e para ser mais prático na construção de categorias.

Para a categorização não existem normas rígidas, “mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 43). As categorias serão criadas de acordo com a regularidade em que os temas abordados aparecem, sendo agrupados pelo critério de analogia e sempre integrados

com os objetivos da pesquisa. Após essa categorização, resta ao pesquisador interpretar e descrever os dados obtidos, conectando com as outras fontes de pesquisa realizadas.

Na pesquisa histórica, a investigação em documentos permite acesso a informações que tem como objetivo sustentar a história, assim como expandir o assunto e esclarecer as dúvidas que aparecem no decorrer do estudo. É oportuno ter uma grande diversidade de material para auxiliar no entendimento de um determinado período, no entanto, é preciso ter cuidado e selecionar os documentos que realmente contribuirão para a articulação com o problema a ser investigado.

Os estudos históricos dos séculos XVII a XIX eram realizados quase exclusivamente por documentos (MELO, 1999), desenvolvendo-se somente mais tarde uma maior diversidade de ferramentas. Apesar dessa ampliação nos tipos de fontes, “precisamos também ter claro que a utilização do documento é particularmente importante em grande parte dos estudos históricos [...]” (MELO, 1999, p. 59), pois nele contém diversas informações sobre a natureza do contexto.

Para a construção de um estudo histórico, os documentos são essenciais para analisarmos diferentes visões de diversos locais que nos ajudarão a uma melhor compreensão da história. Melo (1999, p. 61) afirma, “com certeza a diversificação de documentos (e fontes) poderá contribuir para uma construção mais múltipla, fundamental para que não tenhamos uma história unânime ou dicotomizada”.

O documento não é uma fonte histórica em si, “o(a) pesquisador(a) é que lhe atribui esse significado a partir das questões que levanta para pesquisar, das indagações que faz sobre esse documento, da trama a partir da qual o documento é engendrado e sobre a qual ele pode falar” (GOELLNER, 2007, p. 21). O pesquisador irá avaliar cada documento adquirido julgando o que pode ser aproveitado e se apropriando dele de acordo com o seu trabalho.

Os documentos devem estar sempre em julgamento pelo pesquisador, já que quem o produziu quando o fez possuía uma finalidade e a sua opinião incluída. Melo (1999, p. 84) relata: “As fontes sempre são produzidas por alguém, com algum objetivo, em um contexto histórico específico e expressando uma determinada forma de pensamento. Logo, são representações e somente a crítica interna das fontes irá descortinar tais fatores”.

Para concretizar a pesquisa documental do meu estudo, primeiramente conversei com um professor que trabalha na Gerência de Futebol para saber se existiam documentos referentes ao Campeonato e se ele me autorizava a procurar. Ele me autorizou e disse que havia material desde o início do Municipal, mas que a maioria deveria estar no Ginásio

‘Tesourinha’<sup>33</sup>, já que o antigo Gerente havia passado todos esses arquivos que antes se encontravam na Gerência para lá. No local em que se encontra a Gerência havia poucos, encontrei pastas com documentos a partir de 2013, assim que decidi começar minha busca pelo Tesourinha.

Em novembro de 2015 fui apresentada pelo meu colega, que trabalha no Ginásio, ao diretor do Tesourinha, de forma que eu expliquei o meu trabalho e pedi autorização para a procura dos documentos. Assim que ele liberou a minha entrada, me levou até o almoxarifado, local onde se encontram os arquivos antigos da SME.

Apesar do incômodo que esse local me trazia, pois a sala era pequena e sem janelas e eu tenho um pouco de claustrofobia, havia visto algumas caixas de papelão com o nome do Campeonato e com datas dos anos 90, imaginando quantas informações importantes poderia conter nesse lugar. Aconselhada pelo diretor do Ginásio, comprei luvas e uma máscara para me proteger, já que havia muita poeira por tudo.

Se por um lado o lugar era desconfortável para mim, por outro foi muito proveitoso para o meu trabalho, visto que encontrei documentos com data de 1993 até 2009. Fui olhando todos os materiais em que eu encontrava ‘Municipal da várzea’ anotado, tirando fotos com o meu celular dos quais achava relevante. Entre os diversos documentos encontrados, separei: regulamentos, relatórios, projetos, reportagens, súmulas, fotos, ofícios, cronogramas, tabelas de jogos, atas, entre outros. Alguns dos materiais selecionados não possuem uma denominação, os quais apontei somente como ‘documento’ no texto.

Terminei as minhas buscas em janeiro de 2016 no Tesourinha e após esse período fui procurar documentos na sala da Gerência, onde obtive acesso tanto a materiais impressos, como regulamentos, relatórios e tabelas de jogos, de 2010 a 2014, como a arquivos que estavam salvos no computador do ano de 2005 a 2014. Através do meu *pen drive*, arrecadei todos os documentos que havia ali e que estavam relacionados ao Campeonato, como formulários, fotos, cerimoniais, ofícios, lista de punidos, súmulas, relatórios, tabelas de jogos, entre diversos outros. Na Gerência a minha ida foi mais rápida, em menos de um mês consegui juntar os materiais que se encontravam ali.

Além de todos esses arquivos conseguidos, o professor Myskiw me enviou os documentos que ele havia arrecadado na sua pesquisa, informações dos anos de 1997 a 2011. Entre os materiais havia projetos, carnês de jogos, regulamentos, relatórios, lista de atletas suspensos, memorandos, ofícios, súmulas e outros.

---

<sup>33</sup> Nome que é chamado popularmente o Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcellos, local administrado pela SME, onde são realizadas diversas atividades.



Tendo todo esse material em minhas mãos, primeiramente o organizei dividindo em pastas no computador conforme os anos indicados de cada documento, para então ir anotando as informações de cada um que julgava importante. Após ter feito estes registros, fui demarcando as mudanças que ocorreram a cada ano, como por exemplo, os dados contidos no regulamento, quando havia a troca do Governo Municipal e dos Gerentes da Gerência e quando havia modificações na organização das Ligas. Após esses apontamentos, dividi em categorias para todo o material ficar mais acessível no momento de articulá-lo com o meu roteiro de perguntas e de conectar com os outros dados adquiridos para a realização da minha escrita.

A escrita final desta pesquisa, portanto, foi o resultado da união dos elementos conseguidos na pesquisa documental com a análise das entrevistas realizadas. Para apresentar os resultados encontrados no meu estudo, divido-os em capítulos de acordo com a ordem cronológica em que o Municipal foi se constituindo, para, assim, responder as minhas perguntas norteadoras de acordo com a sequência dos acontecimentos históricos.

A seguir descrevo como o Campeonato vem se desenvolvendo enquanto uma cadeia de interdependência, quais as mudanças que essa cadeia desencadeou e como os participantes vêm enfrentando as divergências nas lógicas esportivas adotadas, desde o surgimento do Municipal, em 1993, até 2014.

## 5 O INÍCIO DO CAMPEONATO (FINAL DA DÉCADA DE 80 A 1993)

Para analisar como começaram as relações de interdependências do Campeonato início descrevendo o surgimento dessa configuração. Primeiramente apresento um cenário da várzea de Porto Alegre no final da década de 80, no qual existiam algumas competições que abrangiam vários bairros da cidade: o campeonato organizado pela Federação Gaúcha de Futebol, a Copa Paquetá e o Povo no Governo. Apesar deste último campeonato ser organizado pela Prefeitura na gestão do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi somente no Governo Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) que iniciou uma competição com a participação da população na organização: o “Municipal”.

Uma das questões abordadas nas entrevistas era se havia a existência de algum campeonato anterior ao Campeonato que abrangesse equipes de diversas regiões de Porto Alegre organizado pelo Poder Público. A maioria dos meus informantes não se recordava desse período (ou não estavam envolvidos com o futebol de várzea à época), no entanto alguns mencionaram uma competição realizada pela Federação Gaúcha de Futebol (FGF) que incluía times de várias regiões da cidade, não possuindo nenhum vínculo com a Prefeitura.

Segundo Renato, presidente da Liga de Futebol do Parque da Aclimação, “anterior à Prefeitura administrar campeonatos quem administrava era a Federação Gaúcha de Futebol, a várzea toda era regida pela Federação Gaúcha de Futebol”. As equipes eram filiadas à Federação e divididas em quatro diretórios: zonas norte, sul, leste e oeste. Primeiramente as equipes jogavam umas contra as outras nas suas zonas para após, os campeões de cada diretório disputar as partidas. Apesar de ter sido uma competição gratuita, conforme um colaborador explicou, as equipes que participavam eram as equipes mais tradicionais da várzea, Fernando, ex-Gerente da Gerência de Futebol, afirma que esse campeonato “não congregava toda a cidade, excluía essas equipes com uma organização mais incipiente”.

Outra competição relatada em uma entrevista foi a Copa Paquetá, um campeonato independente<sup>34</sup> que, segundo Myskiw (2012), ocorreu de 1989 a 2004, existindo também anteriormente ao Campeonato Municipal. Nesta competição havia mais de 100 equipes de futebol de várzea participando. Ainda que inicialmente não houvesse qualquer tipo de cobrança para os times, depois de determinado período a Copa Paquetá começou a cobrar inscrição, conforme informou Humberto, presidente da Liga de Futebol do Parque dos Eucaliptos e de uma Liga de arbitragem de futebol amador de Porto Alegre.

---

<sup>34</sup> Campeonato independente corresponde a “uma competição organizada por pessoas físicas, com apoio/patrocínio de uma empresa do ramo de materiais esportivos” (MYSKIW, 2012, p. 33-34).

Apesar da maioria dos meus interlocutores afirmar que não havia uma competição anterior organizada pelo Poder Público, o professor Ronaldo, professor da SME, afirmou que trabalhou no campeonato “Povo no Governo” quando ainda era o Departamento de Esportes e Recreação Pública (DERP), no governo do prefeito Alceu Collares (1986-88 PDT). Foi nessa época que se criou o primeiro campeonato municipal, no qual as equipes se inscreviam no DERP e os jogos eram realizados em praças e parques de Porto Alegre e eram organizados pelos professores que trabalhavam em cada local. Segundo Ronaldo:

A Prefeitura já organizava, mais ainda envolvida porque os professores eram obrigados, por exemplo, a ficar, obrigados não, era função nossa, ficar de mesário, eventualmente até apitar algum jogo e participar das reuniões de organização, formulação do carnê, regulamento, tudo era feito pelo Poder Público, diferente desse outro formato que vem depois, que aí são as Ligas que organizam a primeira fase.

Além desses campeonatos mencionados que articulavam equipes de várias regiões de Porto Alegre no final dos anos 80, havia também no cenário do futebol de várzea da cidade as competições das Ligas, ainda que essas eram realizadas em cada bairro. Conforme Osmar, presidente da Liga de Futebol do Parque São Domingos, “antes do Municipal sempre teve os campeonatos de bairro, sempre existiu né. Os campeonatos eles sempre foram divididos por bairros, cada bairro tem sua Liga e faz seu campeonato”.

Colaborando com essa ideia, Myskiw (2012) afirma que essas ligas não são recentes na história de Porto Alegre, ainda que vão aparecer com mais frequência no final da década de 1980 devido ao fato do encerramento do campeonato municipal de futebol amador que era organizado pela Federação Gaúcha de Futebol (FGF). Diante dessa situação, destacam-se “as ligas como oportunidade de prática do futebol, mas na mesma lógica da FGF, isto é, como promotora e organizadora de competições” (MYSKIW, 2012, p. 33).

Contudo, as Ligas não possuíam conexões entre elas em um único torneio e nesse período “a Prefeitura não tinha nenhuma ligação com as Ligas”, conforme Renato citou. Apesar de existir esse primeiro campeonato municipal organizado pelo Poder Público no final da década de 80, foi somente no Governo Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) que as Ligas iniciaram a sua participação.

Ronaldo comenta que foi uma política de Governo esse novo formato do Campeonato, o qual “se transformou numa coisa mais vinda da população do que tu abrir inscrições, a pessoa se inscreve e joga como um cliente, não, aí foi uma coisa de participação, aí que se compara ao Orçamento Participativo”. O Orçamento Participativo (OP), segundo o site da

Prefeitura<sup>35</sup>, foi implantado em 1989 e “é um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população”.

De acordo com o Ronaldo, nesse período todo o trabalho da SERP era similar ao OP e funcionava da seguinte forma: os projetos elaborados pelos professores eram apresentados às comunidades juntamente com um pedido de auxílio para a sua execução. A Prefeitura enviava os materiais necessários e ensinava as pessoas que queriam participar ajudando a operacionalizá-los. Conforme Ronaldo, “essa é a filosofia desse tipo de campeonato de várzea que a gente implementou”. O professor cita um exemplo do projeto “Em Cada Campo uma Escolinha”<sup>36</sup> para uma melhor compreensão:

A gente fazia uma visita, reunia a comunidade, geralmente à noite quando os pais estavam lá, e a comunidade, e se implementou esse projeto. Quem tocava o projeto, e existe até hoje esse projeto são as lideranças comunitárias instrumentalizadas por nós. É a mesma filosofia, é tudo parecido com o OP. Tu leva para comunidade a demanda, eles debatem, dizem: ‘Não, isso a gente não quer aqui porque vai dar muita confusão’, ‘Não, isso a gente quer’, então eles manifestam vontade de participar, dizem o que querem e a gente em parceria desenvolve, em conjunto.

Segundo Myskw (2012), em 1991 começou a ser organizado um campeonato municipal na gestão do Prefeito Olívio Dutra (1989-92 PT) com a indicação de equipes representantes a partir das regiões do Orçamento Participativo. Havia 16 regiões do OP na época e cada região deveria indicar uma equipe para participar do Campeonato, “só que essas regiões eram administrativas e não geográficas nem culturais, então não funcionou”, afirma Fernando.

Nos anos seguintes foi criado o Setor de Campos de Várzea da Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP). Na tese de Myskiw (2012) o ano que consta é 1992, mas na minha pesquisa meu colaborador relatou que foi em 1993 (ainda que eu não tenha encontrado nenhum registro para confirmar). Santos (2003, p. 77) também aponta que em 1992 foi quando iniciou “um trabalho de assessoria comunitária de contato e cadastramento”, deixando dúvidas sobre a data exata desse movimento. A seguir, apresento como o meu entrevistado narrou.

---

<sup>35</sup> Informação disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<sup>36</sup> O Programa em Cada Campo uma Escolinha é desenvolvido para crianças entre sete e 15 anos interessadas em jogar futebol nos campos localizados nas comunidades mais carentes da cidade. Ele é coordenado pela SME com a ajuda das lideranças comunitárias. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?p\\_secao=203](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?p_secao=203)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Fernando conta que foi um dos responsáveis pela criação do Setor de Campos da Várzea em 1993 no Governo do Tarso Genro (1993-96 PT) aonde trabalhava ele e mais um assessor comunitário, o professor Mario Jorge Castro. Santos (2003, p. 87) afirma que nessa fase inicial, esse trabalho “foi realizado principalmente pela assessoria comunitária da SERP, que pela natureza e características de suas funções, possuía mobilidade e contato com o todo da cidade, com suas organizações e lideranças comunitárias”.

Este Setor possuía o objetivo inicial, conforme Fernando, “de mapear todos os campos de várzea de Porto Alegre, a partir deste mapeamento verificar a situação de cada um, se era campo público, se era privado, se fosse campo público a quem pertencia essa administração”, já que havia pessoas da comunidade que haviam se apoderado de alguns campos. A finalidade desse processo era estruturar um trabalho com a várzea de Porto Alegre.

Nesse mapeamento, os professores Fernando e Mario Jorge localizaram 43 campos de várzea, sendo que 16 destes eram em praças e parques públicos, administrados pela Prefeitura, e os demais era “várzea mesmo”, de acordo com Fernando. Nestes outros 27 campos, os professores verificaram que existiam Ligas de futebol amador ou havia ‘donos’ que eram os mesmos que dirigiam alguma equipe e que seus times possuíam horários estabelecidos para jogar. Quando a sua equipe não estava utilizando o campo, os ‘donos’ alugavam para outras pessoas.

Os professores perceberam, então, que já existia todo um trabalho feito pelas Ligas e a partir do mapeamento foi realizada uma estratégia de conectá-las através de um campeonato que partisse dessa organização, já que “esta demarcação simbólica gozava de mais sentido prático na vida das pessoas-times do que as delimitações técnicas de governança baseadas em regiões” (MYSKIW, 2012, p. 34). Segundo Fernando,

Essas Ligas organizavam os campeonatos que eram autogestão da Liga né, cobravam das equipes inscrições, marcavam campo, contratavam árbitros e tal. Todas Ligas tinham uma estrutura independente, cada Liga tinha o seu campeonato, começava em março ou janeiro e ia o ano inteiro e tinham os campeões das Ligas, não existia uma integração entre essas Ligas.

O professor Fernando e o professor Mario Jorge, então, iniciaram um cadastramento das Ligas, percorrendo todos os campos registrados para conversar com os responsáveis. César, presidente da Liga de Futebol do Parque da Independência, comenta que nesse período eles foram às Ligas para “colher informações, ver como funcionava, como era a forma do campeonato, como era o custeio daquilo ali”. De acordo com Santos (2003, p. 77), foram cadastradas “cerca de 50 ligas de futebol amador”.

Desse modo, os professores propuseram uma adequação ao calendário das Ligas de modo que elas fizessem seus campeonatos no primeiro semestre e no segundo semestre, a partir de setembro, a Prefeitura organizaria uma competição. Os participantes que jogariam o campeonato Municipal seriam os campeões e os vice-campeões de cada Liga.

Conforme Fernando descreve, nos campos que havia ‘donos’, os professores avisavam que por se tratar de um local público eles não poderiam tomar posse do campo e que para continuarem usando-o teriam que democratizar o acesso a outras equipes, organizando um campeonato no primeiro semestre. Após esse período, quando começasse a segunda fase, as equipes poderiam seguir usando os horários dos campos, deixando reservado aqueles que a Prefeitura utilizaria para os jogos do Municipal.

Esses primeiros contatos que os funcionários do Setor de Campos da Várzea fizeram com os representantes das Ligas e com os ‘donos’ dos campos evidenciaram relações de interdependência no contexto dessa configuração vinculada ao futebol. Se por um lado a Prefeitura precisava das competições realizadas por essas pessoas para que elas enviassem os times vencedores para participar do Municipal, esses representantes também necessitavam da administração do Órgão Público para continuarem usando os campos públicos, assim como poderiam promover as suas competições divulgando que os ganhadores participariam de um campeonato que envolveria equipes de toda a cidade. E havia também, por parte do Poder Público, interesses político-partidários envolvendo essa situação.

Dessa forma, iniciou a elaboração do Campeonato, que foi “uma política do segundo mandato do governo da administração popular em Porto Alegre que queria ter uma inserção no futebol de várzea”, como relata Fernando. Em 1993 foi criada a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) e que de acordo com Ronaldo “foi um movimento de professores” devido à demanda que veio crescendo pela área do esporte.

A SME foi criada através da Lei Municipal 7330 que foi aprovada em 13 de setembro de 1993 e publicada no Diário Oficial do Município em cinco de outubro do mesmo ano, com a professora Rejane Penna Rodrigues na direção (SANTOS, 2003). O primeiro objetivo da Secretaria, conforme esta Lei, foi a organização do Campeonato:

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer tem como finalidades:

I - organizar o campeonato municipal de futebol de campo, futebol sete e futebol de salão; definir e propor políticas públicas para o esporte, recreação e lazer; [...] (PORTO ALEGRE, 1993, p. 1).

Segundo Ronaldo, essa Lei “foi um passo muito importante” visto que ela obriga a Secretaria a realizar campeonatos, entre eles o Municipal de várzea. Esse segundo artigo da Lei 7330 é uma evidência de que a Prefeitura estava bastante interessada no futebol da várzea, já que havia uma forte participação da população naquela época. De acordo com Santos (2003), o futebol de várzea já vinha recebendo uma atenção prioritária devido o reconhecimento de sua amplitude e abrangência.

O Setor de Campos da Várzea juntamente com a Assessoria Comunitária e o Setor de Eventos ficaram responsáveis pela realização do Campeonato de várzea. O primeiro campeonato Municipal com a participação das Ligas foi realizado no período de 13 de novembro a 18 de dezembro de 1993, conforme consta no regulamento conseguido pela Secretaria.

Segundo Fernando, nesse primeiro ano, “deu vários problemas, teve Ligas que fizeram o campeonato, tem outras Ligas que já estavam em andamento [...]. Outras Ligas que tentaram fazer, mas como num período de muita chuva e tal o campeonato se alongou”. Mesmo assim, a SME conseguiu realizar o Campeonato com 32 times de futebol na categoria Principal, como era chamada a categoria Livre Masculino.

As equipes participantes do primeiro Municipal foram as representantes das Ligas ou Associações Comunitárias de Porto Alegre, tal qual registro no regulamento. Nos campos que não havia Ligas, foi criada uma Associação de Clubes, aonde os professores Fernando e Mario Jorge ajudaram na elaboração da competição, assessorando a sua organização: a comissão organizadora, os times, as súmulas e as tabelas. Nas Ligas, os professores também assessoravam na elaboração dos seus regulamentos e estatutos.

A Secretaria também começou a auxiliar na manutenção dos campos para as partidas e, de acordo com o Fernando, foram trocados 17 pares de goleiras, que estavam deteriorados, foram conseguidas redes para as goleiras e foi comprado cal para os representantes das competições marcarem os campos. Para a realização da segunda fase os locais utilizados para os jogos, na primeira edição, foram: Parque Moinhos de Vento (Parcão), Ararigbóia, Alim Pedro e Ramiro Souto (Redenção). Isso está estabelecido no regulamento de 1993.

Fernando relata que esse trabalho que a SME estava fazendo de auxiliar as Ligas era para dar uma estrutura de independência para elas, para que conseguissem realizar seus próprios campeonatos na primeira fase. A fase municipal seria organizada pela SME, fazendo uma licitação de arbitragem, determinando os campos e entregando as premiações.

O Campeonato foi desenvolvido, então, na gestão Municipal do PT que tinha interesse político em inserir-se no futebol de várzea de Porto Alegre. Com a criação da SERP, os

professores mapearam e cadastraram todos os campos de várzea da cidade, no qual encontraram diversas Ligas de Futebol amador e campeonatos independentes realizando competições. Em vista disso, em 1993 ocorreu a primeira edição do Municipal com a participação das Ligas de futebol amador e das Associações Comunitárias enviando as equipes representantes, situação vinculada a interesses, negociações e disputas entre os diversos participantes.



## 6 OS ANOS INICIAIS DO MUNICIPAL (1994 A 1997)

Nos anos iniciais do Campeonato, a Prefeitura continuou realizando a competição com a participação das Ligas de futebol amador na coordenação da primeira fase, estabelecendo uma relação de cooperação entre elas. Dessa forma, a SME desde o princípio conseguiu oferecer uma boa estrutura aos participantes deste evento. Esse fato chamou a atenção das equipes e dos jogadores de futebol de várzea da cidade, ocasionando em um aumento no número dos envolvidos com o Municipal.

### 6.1 PRIMEIRA FASE DO CAMPEONATO – ARTICULAÇÕES ENTRE SME E LIGAS

Os primeiros anos do Campeonato Municipal (em cada ano foi realizada uma ‘edição’) funcionaram na mesma estrutura que a primeira: as Ligas organizando a primeira fase, com a Prefeitura assessorando, e a segunda fase a Secretaria gerenciando. Segundo Ronaldo, “a gente ia lá à noite numa reunião, explicava como é que era o funcionamento, quais eram os critérios e tal e aí no primeiro semestre as Ligas tocavam o Municipal parte regional”; para a fase seguinte, as Ligas encaminhavam os nomes das equipes classificadas.

De acordo com dois presidentes de Ligas, as participações das equipes para a fase municipal nas primeiras edições do Campeonato eram por convite. Conforme descreve César, “no início o Fernando ele ia às Ligas e convidava, passava lá pro representante: ‘Ó meu, vou fazer o Municipal, me indica três, quatro, cinco’ [...] ‘Vê o que tem de coisa boa aí e me manda duas, três quatro pra gente fazer’”. O período que permaneceu funcionando o Municipal desse modo não se sabe bem ao certo, pois o ano exato os meus informantes não se recordavam. Também não encontrei o regulamento dos anos 1994 e 1995, mas a partir do regulamento de 1996 já consta que as equipes participantes são as primeiras colocadas dos campeonatos das Ligas e dos campeonatos Independentes.

Na fase em que o Campeonato era organizado pelas Ligas, a Secretaria as auxiliava, principalmente aquelas com mais dificuldades, ajudando na confecção das tabelas e na formulação do regulamento. Conforme Ronaldo, “a gente acompanhava né, porque o pessoal não tinha condições inicialmente de organizar [...] porque cada Liga também tinha alguma particularidade, mas o regulamento básico a gente dava, mas a gente ajudava em todos os campeonatos”.

De acordo com Fernando, quando os presidentes das Ligas realizavam o cadastramento na SME, os professores solicitavam as datas das reuniões de suas competições

para que pudessem participar. Os professores costumavam acompanhar esses encontros com uma média de três vezes por semana. Essas reuniões aconteciam em lugares diversos, normalmente em locais perto dos campos em que as Ligas realizavam suas competições. Telmo, presidente da Liga de Futebol do Parque Guarapiranga, confirma: “A Prefeitura fazia, dava um apoio, se chegasse pra eles: ‘Olha, eu preciso que vocês vão na reunião da Liga tal dia dar uma palestra’, eles vinham”.

Ainda que a SME auxiliasse as Ligas, os professores entrevistados ressaltam que elas eram independentes, organizando suas competições da maneira que os responsáveis escolhessem, assim como julgando os casos de má disciplina. Fernando relata: “tudo que acontecia lá eles julgavam lá, se excluía jogadores a gente pedia, se alguém agredisse árbitro, tivesse alguma equipe agressora, que nos mandasse o relatório pra gente [...] e nós acompanhávamos”.

Os professores tinham um objetivo de dar assistência aos campeonatos, mas deixando uma independência aos responsáveis realizarem seus campeonatos do modo que preferissem. Maurício, professor da SME, descreve:

A gente dava uma minuta assim, um regulamento que poderia ser seguido ou não, porque como as Ligas eram independentes, a gente queria deixar essa autonomia pras Ligas. O que a gente acreditava? Acreditava que o Poder Público, a gente não sabe até quando o Poder Público vai ta apoiando a várzea, por exemplo, então a gente acredita que se nós formarmos liderança capazes de organizar uma tabela, capazes de organizar um regulamento, mesmo que o Poder Público não venha no futuro a organizar a várzea, essas próprias Ligas já teriam dirigentes prontos pra tocar por conta própria, que é o que eles fazem nesse primeiro semestre do campeonato.

Fernando conta que em alguns regulamentos de Ligas havia a cobrança de taxa por equipes que agredissem árbitros, “tinha uns regulamentos assim, mas nós recebíamos. Tínhamos um ‘bercinho’ ali (na Gerência) com todas as pastas de cada Liga. Ali eu botava o regulamento, a tabela dos jogos e tal. Tantos os campeonatos independentes quanto os das Ligas”. Os campeonatos independentes aconteciam quando não existia uma Liga ou uma diretoria, mas havia uma pessoa que organizava uma competição na sua comunidade e que a SME cadastrava. Fernando relata “então a gente tinha todo esse cadastramento, o regulamento e tal, tinha uma data pra terminar o campeonato deles que normalmente era julho/agosto. [...] Tinha uma organização mais empírica”.

Logo nos primeiros anos do Campeonato, a SME começou a realizar uma reunião no início do ano com todos os presidentes das Ligas. Essa reunião tinha o objetivo de cadastrar

as competições e determinar um prazo para os responsáveis entregarem seus regulamentos e tabela de jogos e assim, os professores da Secretaria conseguiriam observar os campeonatos.

Desse modo, além da participação dos professores nas reuniões das Ligas, havia um acompanhamento das suas competições também, no qual os professores se dividiam nos finais de semana por regiões da cidade e passavam nos campos onde estavam ocorrendo as partidas com um automóvel fornecido pela Secretaria ou com seus próprios veículos. De acordo com Fernando:

O assessor comunitário tinha uma moto, nós íamos de moto nos finais de semana, nos sábados à tarde, domingos à tarde, ou com uma ‘Kombi’ da Prefeitura. Nós passávamos, escolhíamos: ‘agora nós vamos em tal, tal Ligas’ e nós íamos lá: ‘E aí como tá o campeonato?’ Ia na mesa ver se tava realmente acontecendo o campeonato, como que tava a situação e tal do campeonato.

Todos os meus colaboradores presidentes de Ligas afirmaram que a SME auxiliava nessa época na realização de suas competições, tanto na parte organizacional quanto na parte estrutural dos campos. Ivan, presidente da Liga de Futebol do Parque do Piqueri, conta: “Eles faziam visitas periódicas sim, eles acompanhavam, apoiavam no cal, rede, se a gente precisasse de alguma coisa a gente sempre ia lá e conseguia, não tinha problema”.

A Secretaria começou a realizar um trabalho de parceria com os presidentes das Ligas, segundo meus informantes, de um modo que os responsáveis pelas competições ajudavam na manutenção dos locais dos jogos, normalmente em praças e parques administrados pela Prefeitura, e a SME fornecia o material necessário. César conta que a sua função, além de organizar o seu campeonato, “era preparar o campo pra receber os jogos. [...] Ficava sob minha responsabilidade a marcação de campo, colocação de rede, estrutura de vestiário, aquela coisa toda”. Em contrapartida a Secretaria colocou telas em diversos campos assim como trocou goleiras, deu redes e cal para a realização dos campeonatos das Ligas, conforme vários interlocutores me relataram.

Através dessa aliança com os presidentes das Ligas que se dava a escolha dos campos para a realização da segunda fase do Municipal pela SME, já que “a Prefeitura sempre teve problemas estruturais de manutenção” como relatou Fernando. Ele disse que para colocar um funcionário da SME cuidando do local dos jogos no final de semana a Prefeitura teria que pagar hora extra a ele, dando um custo muito alto. A solução foi fazer essa parceria com os responsáveis das Ligas. Fernando exemplifica:

A Gleba que é um campo lá na zona norte que ele é um comodato, a Associação Comunitária tem um comodato, então tu chega lá, tu negocia com o cara: 'Ó vou deixar uma rede pra ti, vou te mandar o cal', o cara abre, fecha, tu não tem que te preocupar com nada, com hora extra, com nada. E ele ganha dinheiro na copa e tal. Então a gente procurou escolher esses campos que eram mais parceiros, alguma praça sempre nos ajuda.

Dessa forma, as relações entre a Prefeitura e as Ligas foram se consolidando desde os primeiros anos dessa configuração. A SME dependia desses presidentes de Ligas para ajudar na organização dos locais na segunda fase do Municipal e os responsáveis das competições precisavam do auxílio da Prefeitura para estruturar os campeonatos e os campos. Mesmo que talvez ocorressem disputas e conflitos nesse processo (isso ocorre em qualquer relação social), o que os meus colaboradores destacaram acerca desse momento não foram oscilações no equilíbrio de poder entre essas instituições, mas uma relação de colaboração.

## 6.2 SEGUNDA FASE DO CAMPEONATO - A SME E AS EQUIPES

Depois de terminadas as competições organizadas pelas Ligas, os professores da Secretaria realizavam uma conferência para iniciar a segunda fase do Municipal, na qual compareciam os professores e os representantes das equipes classificadas. Fernando afirma: "A gente fazia a lista de todas as equipes representantes, fazia um Congresso Técnico. Se a equipe não comparecia no Congresso Técnico, saía e a gente convidava às vezes o terceiro colocado e tal".

O Congresso Técnico esteve presente desde os anos iniciais do Municipal, conforme comentaram alguns colaboradores e também consta nos cronogramas de atividades a partir do ano de 1996. Essa reunião tinha como objetivo uma conversa com as equipes sobre o regulamento do Campeonato, Maurício complementa:

A gente tinha uma ideia, uma minuta, uma ideia do regulamento, a gente procurava construir com as equipes o regulamento. No início era muito forte isso, então o campeonato na verdade a gente vinha aberto pra reunião. Claro, tinha uma minuta né, tinha uma ideia de regulamento, mas a gente acreditava que as equipes participando na elaboração do Campeonato mais facilmente elas iam cumprir no campo as deliberações assim do Congresso Técnico.

Fernando relata que os professores não queriam impor o regulamento para as equipes, mas sim tinham a finalidade de dirigir o Campeonato mais próximo da organização que elas vinham da primeira fase. O professor descreve: "O Congresso Técnico era uma reunião de

Liga ampliada. Do mesmo jeito, tinha os acertos, tinha as conversas [...] Era uma organização varzeana, nós éramos o retrato da várzea”.

Essas reuniões eram divididas por categorias, Principal e Veterano, sendo realizadas em dias distintos, de acordo com documentos da Secretaria - no ano de 1996 e 1997 ambas ocorreram no Parque Marinha. Neste dia, além da discussão do regulamento, havia a entrega das fichas de inscrição para as equipes. Aquelas que não compareciam no Congresso Técnico estavam excluídas do Municipal daquele ano.

Através dos relatos sobre esses encontros com as equipes também se pode perceber as relações de interdependência que foram se formando entre a Secretaria e as equipes participantes do Municipal. Nesse caso, a SME apresenta um potencial de poder maior que as equipes, de modo que se os times não comparecessem aos Congressos Técnicos, eram simplesmente trocados por outros.

Desse modo, como o exemplo dos modelos de jogos que apresentei na página 34, os professores da SME possuíam grande capacidade de comandar os movimentos das equipes, mas não esquecendo que elas também apresentavam grau de poder sobre os professores. Como os funcionários da Secretaria possuíam uma preocupação em que os times cumprissem as regras da competição, os regulamentos eram realizados em conjunto com eles com o objetivo de guiá-los à efetivação de tais normas.

No Congresso Técnico os representantes das Ligas não participavam. Segundo Fernando “o presidente da Liga ia até o coquetel de abertura, depois nós chamávamos os presidentes dos clubes. Daí era com os presidentes dos clubes e iam alguns jogadores”. Maurício resume: “A gente organizava no primeiro semestre as reuniões com as Ligas e depois no segundo semestre, fazia as reuniões com as equipes”.

O coquetel de abertura, também chamado de “Cerimônia de Lançamento do Campeonato”, de acordo com o cronograma de atividades de 1996, ocorria desde as primeiras edições no início do Campeonato. De acordo com o Fernando, desse coquetel participavam os professores da SME, os presidentes das Ligas e das equipes, os patrocinadores do Campeonato e a imprensa.

Tal era a importância dada ao evento que no ano de 1996 essa Cerimônia ocorreu no Salão Nobre do Paço Municipal, havendo uma empresa responsável pela comida e bebida contratada pela Secretaria. Fernando afirma, se referindo às Ligas e às equipes: “então nós fazíamos algumas coisas, pra valorizar a autoestima deles”.

Além desta Cerimônia realizada pela SME, havia a “Abertura Oficial do Campeonato”, a qual ocorria em todas as edições do Municipal, segundo meus interlocutores,

em parques do centro da cidade, como no Parcão em 1996 e no Ararigbóia em 1997. Além da solenidade de apresentação do Campeonato, eram realizadas partidas amistosas com os campeões dos anos anteriores, tanto da categoria Principal, quanto da Veterano, demarcando o início ‘oficial’ dos jogos dessa segunda fase.

Os professores contavam com a presença dos jogadores participantes do Municipal, com alguns representantes das Ligas a e ainda com presenças ilustres como o Prefeito de Porto Alegre. Esse dado pode ser comprovado no documento intitulado ‘Parcão sedia Abertura Oficial do Campeonato de Várzea’ da Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura do ano de 1996: “O prefeito Tarso Genro, a secretária municipal de Esportes, Recreação e Lazer, Rejane Penna Rodrigues, entre outras autoridades esportivas, estarão presentes na solenidade de abertura do campeonato”.

Para finalizar o Municipal havia um evento de encerramento no qual também estavam presentes algumas autoridades da Prefeitura. Segundo Fernando “o Prefeito sempre ia à abertura e no encerramento”. Nesta cerimônia ocorriam as partidas finais do Campeonato e após, a entrega da premiação, geralmente em parques centrais de Porto Alegre, como foi no Parcão em 1996 e na Redenção em 1997, conforme aponta os documentos da Secretaria.

Na edição de 1996 o encerramento das categorias Principal e Veterano ocorreu em dias diferentes, sendo dia sete de dezembro, à tarde, a decisão e a entrega dos prêmios da categoria Principal e dia oito de dezembro, pela manhã, as partidas finais e a premiação da Veterano. No ano seguinte, os jogos finais e a entrega da premiação ocorreram no mesmo dia, sete de dezembro, iniciando pela manhã com a categoria Veterano e à tarde com a Principal.

Após as partidas, o Prefeito e a Secretária da SME eram convidados a realizar um breve discurso antes da entrega dos prêmios, como consta no documento adquirido da Secretaria. Para a concretização da premiação, algumas autoridades eram chamadas para entregar as medalhas para as quatro equipes primeiras colocadas. Estes times recebiam os prêmios em um podium, com o ordenamento do quarto ao primeiro lugar.

Depois desta premiação para as equipes, havia a entrega de troféus para alguns participantes: o goleiro menos vazado do Campeonato, aquele que sofreu menor número de gols; o goleador do Municipal, o jogador que marcou maior número de gols; e o troféu disciplina que era entregue para o dirigente da equipe mais disciplinada do Campeonato. Todos esses ‘premiados’ recebiam suas medalhas no podium. Ao final, os presidentes e capitães dos quatro times primeiros colocados também subiam ao podium para receber os troféus e os fardamentos. Todos estes prêmios eram entregues para as duas categorias.

Sobre os troféus do Campeonato, os professores comentaram que quando iam às Ligas observavam troféus grandes, de mais de um metro de altura, de modo que nos primeiros anos da competição eles decidiram contratar uma artista plástica para criar o do Campeonato. Fernando descreveu:

Então ela (Irene) criou um troféu que era um busto de um jogador, desnudo assim, matando uma bola no peito que simbolizava o amor ao futebol, o amador, quer dizer, que joga por amor. Então criamos aquele troféu específico, todo mundo debochava, diziam que era um homem nu, que não sei o que, mas eles gostavam. O troféu original tinha 25kg, um bronze maciço, mas nós fazíamos réplicas em resina, resina com várias colorações. Então tinha o campeão, vice, terceiro e quarto eram com aquele troféu e as medalhas.

**Figura 2** - Troféu de 1º lugar da categoria Veterano de 1994 (Equipe Veteranos Ararigbóia)



Fonte: Meus arquivos.

Os fardamentos entregues aos jogadores das quatro primeiras equipes colocadas também eram outro diferencial do Campeonato, já que eram completos e de boa qualidade. Segundo o relatório do Municipal de 1996, cada jogador de cada time ganhava uma camisa, um calção e um par de meias. Na edição de 1997 os fardamentos foram entregues aos três primeiros times colocados de cada categoria e o quarto fardamento foi sorteado “entre todas as equipes participantes que não tenham tido W.O.<sup>37</sup>, problemas disciplinares e sempre jogado completas”, conforme documento da SME.

---

<sup>37</sup> W.O. em inglês significa *Walkover*, situação caracterizada pela ausência ou desistência de uma equipe durante uma partida da competição.

De acordo com os regulamentos das edições de 1996 e de 1997 do Municipal, além de todas essas premiações citadas acima, a SME ainda presenteava o time campeão com uma excursão no final do ano com as despesas pagas pela Prefeitura, aonde era realizado um jogo e um roteiro cultural. Fernando conta que os organizadores do Municipal estabeleceram “que o campeão de Porto Alegre da categoria principal e veterano participaria de uma viagem de integração pra jogar com o campeão de alguma outra cidade”.

A partir da segunda edição do Campeonato os organizadores começaram a realizar essas viagens. Conforme Fernando, “no início do ano já nós contratávamos um ônibus de 50 lugares, levava 25 jogadores do veterano, 25 do livre, nós organizávamos uma excursão”. Em 1994 a primeira excursão foi à Gramado, na qual além do roteiro turístico, as equipes enfrentaram uma equipe local; já em 1995 os times campeões foram à Montevideu, no Uruguai, visitaram o estádio Centenário e jogaram contra a equipe San Lorenzo. Na edição de 1996, a viagem presenteada foi à Florianópolis, e a partida foi contra a Seleção Universitária de Santa Catarina. Em 1997, as equipes campeãs foram a Rosário, na Argentina, e realizaram jogos amistosos contra times locais.

Fernando contou que para a realização da viagem, primeiramente os professores faziam contato com a Prefeitura da cidade escolhida e solicitavam estadia, café da manhã, almoço e janta para todos, afirmando que normalmente conseguiam:

A Prefeitura dava tudo e nos hospedava, às vezes em hotéis, às vezes em alojamentos. [...] Nós contratávamos só o ônibus, mas sempre com cidades que tinha uma administração parceira né, como era um governo de esquerda, quando esses lugares todos eram administrados pela esquerda. [...] Então a gente fazia esse intercâmbio com as Prefeituras que era uma coisa bacana que todo mundo gostava porque não só integrar a cidade na questão econômica e política, mas o povo de cada cidade se relaciona.

Essa informação que o professor trouxe mostra como a teia de relações não era formada apenas com atores que participam internamente do Campeonato, mas que também se estendia a órgãos gestores de outras cidades, estados e países. Nesse caso, a teia vai ter uma limitação que corresponde ao tipo de governo, já que não atinge qualquer Prefeitura, mas aquelas que possuem uma administração voltada para a política de esquerda, a mesma do partido que administrava a Prefeitura à época. Através dessa relação entre os governos que eram escolhidos os destinos das viagens de premiação.

Em todas essas excursões, segundo Fernando, “nunca deu problema em nenhuma viagem [...] Era uma aventura, mas nunca deu problema”. Ainda que alguns dos jogadores



iam contrariados as viagens, visto que eles não podiam levar familiares, até hoje elas são lembradas e comentadas por eles, conforme Fernando descreveu, em razão de que muitos dos atletas nunca haviam saído de Porto Alegre.

Todas essas premiações concedidas às equipes, o troféu especial, as medalhas, os fardamentos e a excursão, tinham a finalidade de valorizar o trabalho delas, valorizar a várzea e a integração. Fernando conta que “isso aí foi um campeonato que nós idealizamos”, uma forma de trabalhar a auto-estima dessas pessoas envolvidas.

### 6.3 A ORGANIZAÇÃO NO INTERIOR DA SECRETARIA

Nas primeiras cinco edições do Campeonato a organização da segunda fase foi realizada pelo Setor Campos de Várzea, Assessoria Comunitária e Equipe de Eventos. Apesar do Prefeito Raul Pont (1997-2000 PT) ter assumido em 1997, isso não mudou a estrutura da SME, já que a gestão Municipal continuou no mesmo partido que a anterior. Porém, segundo Fernando, o que no início eram duas ou três pessoas trabalhando no Municipal, aos poucos apareceu a necessidade de aumentar a equipe devido o crescimento do Municipal.

Entre as tarefas realizadas havia o sorteio das equipes e a organização das tabelas. Fernando relata: “no tempo que não tinha computador nós botávamos os cartazes tudo na parede, ia botando com ‘hidrocor’ (caneta colorida), anotando as chaves, sorteava todos os caras que confirmava a presença, era uma coisa bem varzeana”. Esses primeiros anos do Campeonato a organização era bem precária e desorganizada, conforme Ronaldo contou.

No projeto do Campeonato de 1996 há 16 nomes de funcionários da SME registrados, nove na Equipe de Eventos e sete no Setor Campos de Várzea; mesmo sem ter a certeza de que todos trabalharam no Municipal isso já demonstra a quantidade de pessoas envolvidas. Esse acréscimo de funcionários se deu devido à demanda que o Campeonato começou a requisitar.

Se no primeiro ano do Municipal só havia a categoria Principal, na segunda edição, em 1994, foi incluída a categoria Veterano na competição. O número de equipes participantes na segunda fase foi aumentando nesses primeiros anos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1** - Número de equipes e jogadores participantes do Municipal de 1994 a 1997

<i>Edição</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>
Número de equipes - total	96	111	120	132
Número de participantes - total			2620	2800
Número de equipes Principal			72	84
Número de equipes Veterano			48	48

Fonte: Informações conseguidas nos relatórios da Secretaria de Esportes.

Esse acréscimo de jogadores, de equipes, de categoria e de funcionários na organização do Campeonato representa uma ampliação na rede de interdependências dessa configuração. Esse aumento de pessoas interdependentes apresentou como consequência algumas modificações na estrutura do Municipal. O período em que era realizado o Campeonato na fase municipal acabou se expandindo: se na primeira edição foi praticamente um mês, nas edições de 1996 e de 1997 ele durou dois meses. Conforme registros nos documentos da SME, em 1996 o Campeonato, na segunda fase, ocorreu do dia seis de outubro a oito de dezembro e em 1997, do dia cinco de outubro a sete de dezembro.

Outra decorrência da expansão da teia de interdependências foi no número de campos para a realização das partidas na segunda fase, na qual foram utilizados 13 campos de várzea na edição de 1996 e 15 campos na edição de 1997, conforme os relatórios da Secretaria. Em 1996 os locais onde ocorreram os jogos foram: Parque Moinhos de Vento, Parque Ararigbóia, Parque Frederico Gaelzer, Parque Marinha do Brasil, Parque Partenon, Praça Fonseca Amador, Praça Darcy Azambuja, Lomba do Pinheiro, Nova Gleba, Jornal do Comércio, Parque Alim Pedro, Parque Minuano e Parque Chico Mendes. No ano de 1997, as partidas foram realizadas nos campos: Ipanema, Marinha, Gaelzer, Ararigbóia, Parcão, Tamandaré, Alim Pedro, Ramiro Souto, Saint Hilaire, Nova Gleba, Jornal do Comércio, Minuano, Intercap, Partenon, Campo da Tuca.

Os campos para a execução das partidas nessa etapa eram escolhidos conforme as Ligas colocassem o ‘seu’ campo a disposição, então a SME deixava o campeão e o vice dos campeonatos jogar ‘em casa’, sendo estes os ‘cabeças-de-chave’<sup>38</sup>. Fernando diz que achava justo que essas equipes jogassem no ‘seu’ campo, já que elas que o organizava, colocavam as redes e marcavam as linhas. Já os times que não possuíam estádios entravam no sorteio realizado pelos professores, “então a gente organizava, mas sempre colocando os campos

<sup>38</sup> As equipes ‘cabeças-de-chaves’ são aquelas que ocupam posições estratégicas nas chaves ou grupos das competições e não se encontram nas primeiras rodadas. O critério escolhido vai depender do campeonato, podendo ser pela reputação futebolística dos times, pela classificação, por sorteio ou pelo mando de campo, como nesse caso.

como Redenção, Parcão, Ararigbóia e outros locais que a gente considerava que tinha um trabalho forte de Liga”, afirma Fernando.

**Figura 3** - Foto do Campeonato de 1994 no campo Ararigbóia



Fonte: Arquivo da Secretaria de Esportes.

Fernando conta que a SME também tinha o objetivo de deixar os jogos finais para os campos no centro da cidade. Segundo ele, juntamente com os professores, “começávamos na periferia e íamos trazendo pro centro. Normalmente as quartas de finais, semifinais e as finais eram no Ararigbóia, Tamandaré, Parcão, Redenção, Alim Pedro e outros campos”, tal qual confirma-se nos carnês dos jogos de 1996 que a final foi no Parcão e em 1997, na Redenção.

Assim, os campos em que ocorriam os jogos eram determinados pela Secretaria de acordo com os grupos divididos por região, como aponta os regulamentos das edições de 1996 e de 1997 do Municipal. Os times ‘cabeças-de-chave’ escolhiam primeiramente os campos e após, as chaves eram completadas com as equipes sorteadas. Para a escolha dos cabeças-de-chave, segundo o Fernando:

A gente dizia: ‘quem quer ser cabeça-de-chave?’ Ou então sorteava os cabeças-de-chave nos melhores campos aqui, escolhia o campo, tá e o resto tudo era sorteio, mas eu mantinha o mesmo campo. Por exemplo, tu tinha uma chave de quatro no Parcão, ficava, aquela chave ali era Parcão.

Nas primeiras edições do Municipal a fórmula de disputa dos jogos era organizada, num primeiro momento, em chaves com três equipes em cada, na qual jogavam todas contra

todas. Quando as equipes chegassem nas 16ª de finais, os jogos ocorriam pela modalidade eliminatória simples, segundo os regulamentos de 1996 e 1997.

As partidas da categoria Principal eram realizadas aos sábados às 14 horas, em 1996, depois passou a ser aos domingos, em 1997, no mesmo horário, com duração de dois tempos de 45 minutos e dez minutos de intervalo. Já os jogos da categoria Veterano ocorriam aos domingos às nove horas, nas duas edições relatadas, com a diferença de durarem dois tempos de 40 minutos, conforme os regulamentos desses dois anos.

As equipes participantes da fase municipal eram as representantes dos campeonatos das Ligas e dos Campeonatos Independentes conforme o número de times que jogavam nas suas competições. Segundo Maurício, “então, de acordo com o número de inscritos, essas Ligas tinham direito a botar dois ou três representantes, ou quatro representantes no Campeonato”.

Na edição de 1996, os critérios para os times participarem na categoria Principal eram: Ligas com menos de dez equipes - um representante; entre dez a 12 equipes – dois; com 13 ou mais – três; e os quatro primeiros colocados do Municipal do ano anterior. Já na edição seguinte, o regulamento aponta modificações em relação aos critérios, aumentando o número de representantes das Ligas, eis elas: dez e 11 equipes - dois representantes; com 12 e 13 – três; e com 14 ou mais - quatro, o resto permaneceu igual.

Na categoria Veterano, as inscrições eram limitadas a 48 equipes, sendo utilizado o mesmo padrão que a categoria Principal em 1996, como consta no regulamento. Em 1997 passou-se a utilizar o modelo de dois representantes por campeonato e os quatro primeiros colocados do ano anterior, em ambas edições seriam abertas novas inscrições caso não completassem as vagas.

Cada equipe poderia inscrever até 22 jogadores e o atleta registrado não poderia ser substituído por outro, assim como era vedada a inscrição de qualquer jogador que tivesse atuado em outra equipe anteriormente. As equipes que registrassem este atleta eram desclassificadas, conforme os regulamentos de 1996 e 1997. Os jogadores participantes deveriam ter idade mínima de dezesseis anos na categoria Principal e acima de 35 anos, na Veterano, não podendo em nenhuma delas ter contrato de profissional vigente com clube filiado à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ou Federação Gaúcha de Futebol (FGF)<sup>39</sup> no período da competição.

---

<sup>39</sup> A CBF é a entidade máxima do futebol brasileiro, assim como a FGF é a entidade superior desse esporte no Rio Grande do Sul.

Os jogadores também fazem parte da teia de interdependência, ainda que com um pequeno potencial de poder dentro da configuração. Esse fato é possível observar através do regulamento no qual há limitações impostas aos jogadores para que eles atuassem somente em uma equipe e proibindo que jogassem profissionalmente. Os árbitros, assim como os jogadores, não possuíam um grande nível de poder no Municipal, comparados aos professores da Secretaria e aos presidentes de Ligas, já que não participavam da sua elaboração e deveriam acatar as normas já estabelecidas. Mesmo assim, esses dois ‘elementos’ serão responsáveis por orientar diversos movimentos dentro da configuração, o que eu abordarei mais adiante.

Referente à contratação da arbitragem do Campeonato, meus informantes contam que sempre funcionou pelo processo de licitação, ainda que “antigamente era licitação por convite, carta-convite, então aí eu como acompanhava os campeonatos, eu conhecia as ligas (de arbitragem), então eu convidava essas ligas”, conforme Fernando. O professor relata que chamava as ligas de arbitragem que apitavam nas competições da primeira fase, sendo os “árbitros da várzea” mesmo.

Humberto, que participou com a sua liga de arbitragem em mais de dez edições do Municipal, afirma que no início “não era tão violento, encrenca sempre tem, normal”, havia agressões, mas os jogadores do Campeonato tinham um respeito pelos árbitros por eles serem ‘conhecidos’ na várzea. Os árbitros que ele contratava pra sua Liga na maioria eram ex-jogadores, “então eu sempre peguei esses caras assim que tivessem nome, reconhecimento, aí facilitava”, alegou Humberto.

A arbitragem às vezes causava transtornos à organização do Campeonato devido a haver árbitros com má atuação. Meus interlocutores relataram casos de erros nas súmulas que ocasionavam reivindicações à Comissão Disciplinar. Entre os documentos encontrados da edição de 1996, há uma solicitação de uma equipe à Comissão de revisão da punição de um jogador que não havia sido expulso. A organização do Municipal confirmou depois que o árbitro inverteu o número das camisas dos jogadores expulsos, causando a punição aos atletas errados.

Esse exemplo vai ao encontro do que meus entrevistados descreveram, quando também comentaram que um dos fatores responsáveis para tais episódios era em função da licitação, já que ganhavam as ligas de arbitragem que ofereciam os preços mais baixos. Maurício complementa:

O preço lá embaixo, o que era pago para os árbitros de repente o cara que ganhava, a empresa que ganhava a licitação, tinha que pagar pouco pros árbitros, de repente não pegava os árbitros tão bons assim, não pegava um mesário tão bom. Então assim, o árbitro se enganava, o árbitro às vezes era ruim, o árbitro errava o placar do jogo, vinha a súmula e o cara errava o placar do jogo. E era muito comum também eles: ‘Pô era o número 5 que tomou cartão o cara botou número 6’ e aí o cara lá da equipe ele ficava sabendo somente quando chegava no campo que o jogador tal e o cara não tinha sido ele, entendeu, dava muita reclamação.

Desde o início, como registrado no regulamento de 1996, houve uma Comissão Disciplinar do Campeonato que julgava a disciplina das equipes e dos jogadores. Segundo Fernando, “A Comissão Disciplinar éramos nós mesmos né, quando dava um pepino maior nós chamávamos a assessoria jurídica da Prefeitura”, assegurando que os próprios professores eram quem julgavam os casos.

De acordo com Fernando, nas edições iniciais “tinha uma lista de punidos que cumpriam os jogos baseados mais nos regulamentos das Ligas [...] cumpria um jogo, se era uma briga e tal. Quando tinha briga de torcida ou de equipe, nós excluíamos somente as pessoas que brigavam”. Aos passar dos anos, essas punições começaram a ficar mais rígidas e também a eliminação seria destinada a toda equipe, “porque era muito fácil todo mundo para e vai um lá e dá no juiz, se ninguém segurou ele, entende. Se mais que dois jogadores de uma equipe bater, toda equipe tá eliminada”, assegurou Fernando.

Nos regulamentos, na parte dos aspectos disciplinares, constam artigos comunicando punições aos participantes do Municipal que apresentassem um comportamento inadequado, como, por exemplo, o artigo 34º do regulamento de 1997:

Todo atleta, componentes da Comissão Técnica ou Agremiação, que apresentar conduta incompatível com a moral desportiva, promover ou participar de distúrbios durante o Campeonato, terá sua condição de jogo ou participação sumariamente cassada para o Campeonato de 1997, podendo de acordo com a gravidade do fato ter sua participação vedada em outros eventos da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer.

Esse artigo consta igualmente no regulamento de 1996, mudando o ano somente, assim como aparecem em ambas edições que essa norma também se aplicaria à torcida e a repreensão seria destinada à equipe. Conforme Fernando relatou: “Se a torcida identificada com aquele time causar tumulto, a equipe tá eliminada porque levam a torcida pra bagunçar, então aí isso tudo foi sendo desenvolvido”.

Fernando descreveu que a cada edição os organizadores do Municipal iam anotando os problemas disciplinares que ocorriam nos jogos e incluíam artigos novos no regulamento do ano seguinte para tentar amenizar as indisciplinas. No ano de 1997, por exemplo, foi incluído no regulamento o artigo 37º que punia os participantes que atacassem os executores do Municipal: “A agressão física a árbitro, auxiliar ou componente da organização por atleta, técnico ou dirigente acarretará em suspensão até dezembro de 1998”.

Outra punição que havia nas edições de 1996 e de 1997 era referente aos cartões que os jogadores recebiam dos árbitros durante os jogos: dois amarelos impediriam o jogador de participar do jogo seguinte e o cartão vermelho, além da expulsão, o atleta seria julgado pela Comissão Disciplinar conforme o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol (CBDF), o que, efetivamente não era cumprido. As outras deliberações seriam julgadas pela Comissão Disciplinar.

Todos esses artigos relacionados aos aspectos disciplinares dos regulamentos me fazem pensar que não era incomum haver brigas no Campeonato, ainda que Fernando relate:

Acontecia indisciplina e brigas, mas era uma coisa assim romântica assim: ‘ah vou te pegar, não sei o que’. Dava aquela briga ali, um pênalti, uma coisa ali, um soco e briga, indo pro vestiário: ‘ah vou te pegar na saída’, aquelas coisas tipo briga de colégio, dentro do futebol, mas não tinha tiro, não tinha morte, não tinha ameaça pra ninguém.

Esse depoimento de Fernando poderia ser analisado a partir da teoria da tensão-excitação de Elias (1992, p. 235-236), onde o autor afirma que “a análise configuracional do desporto mostra que as tensões de grupo de tipo equilibrado são um ingrediente central de todas as actividades de lazer. Um desporto é uma forma organizada de tensão em grupo”. Simultaneamente, segundo o mesmo autor, o esporte “oferece às pessoas a excitação libertadora de uma disputa que envolve esforço físico e destreza” (ELIAS, 1992, p. 243).

Dessa maneira, os grupos sociais – ao buscarem tensões agradáveis no lazer – acabam por encontrar um nível ‘ótimo’ de tensão, vinculada às suas expectativas. Esse nível de tensão está relacionado com a configuração que os praticantes estão inseridos, de forma que “não é possível afirmar, portanto, que um dado comportamento individual é violento sem compreendê-lo nas suas relações numa determinada configuração social e suas mudanças” (MYSKIW; MARIANTE NETO; STIGGER, 2015, p. 891).

Dunning (1992, p. 331) defende que o futebol é um dos esportes que constitui “oportunidades para a expressão da violência física socialmente aceitável e ritualizada”. O autor acredita que esse fato pode ocorrer quando os jogadores levam a disputa demasiado a

sério devido a alguns fatores envolvidos, como, por exemplo, pressões sociais e prestígio. Dunning (1992, p. 331) complementa: “Em resultado disso, o nível de tensão pode elevar-se até um ponto em que o equilíbrio entre a rivalidade amigável e hostil se inclina a favor da última”.

Por esse ponto de vista – diferentemente dos participantes e mesmo de Fernando, um dos organizadores do evento – alguém ‘de fora’ do universo da várzea poderia, por seus próprios critérios, considerar as partidas do Municipal muito violentas. Entretanto, com os depoimentos de Fernando e de outros informantes, é possível perceber que algumas ações agressivas por parte dos participantes eram consideradas ‘normais’ (faziam parte) àqueles ‘de dentro’ da configuração.

Colaborando com esse pensamento, Myskiw, Mariante Neto e Stigger (2015) escreveram um texto onde apresentam noções de violência através de um estudo etnográfico no Municipal da Várzea materializadas na figuras do ‘guri’ e do ‘nego véio. Nesse trabalho, os autores mostram como a violência faz parte daquele ambiente, mas é ‘administrada’ pelos participantes, através de algumas “categorias nativas” que estão relacionadas com o equilíbrio de tensões dos jogos.

Neste tópico, então, foram apresentadas as mudanças na estrutura do Campeonato em relação à primeira edição devido ao aumento no número de envolvidos na competição. Algumas das alterações realizadas foram: na duração do Campeonato, nos locais e nos dias das partidas, nos critérios de participação, na contratação da arbitragem e nos artigos disciplinares.

#### 6.4 A LÓGICA ESPORTIVA DOS ANOS INICIAIS

Se por um lado Fernando comenta que a organização era “varzeana” e Ronaldo confirma dizendo que era “bem precária e desorganizada”, por outro, o regulamento se mostrou bem ‘rigoroso’ quanto a sua estrutura. De forma que as regras seguidas eram as “Regras Oficiais de Futebol de Campo” e no regulamento da edição de 1997 havia 46 artigos, entre eles destacam-se: a data limite para a inscrição das equipes, o impedimento do jogador ter jogado em outra equipe anteriormente, assim como o atleta não possuir contrato profissional e todas as disposições referentes aos aspectos disciplinares relatados acima.

Essa rigidez do regulamento contraria a fala dos professores, visto que para acatar todas essas regras a administração do Campeonato deveria estar organizada para verificar os descumprimentos das normas. Essa contradição me fez levantar as seguintes questões: Como



era administrado o regulamento nesse período do Campeonato? Havia flexibilização por parte do Coordenador?

O Coordenador do Setor de Campos de Várzea era quem possuía um maior grau de poder entre os professores que trabalhavam na administração do Municipal devido à responsabilidade do seu cargo em comandar a competição. O coordenador vai ser um importante ‘ator’ dentro da teia de interdependência para entendermos os caminhos que essa configuração vai seguir.

Durante as entrevistas com os meus colaboradores perguntei como funcionava a administração do Campeonato dentro da SME, principalmente como era a postura do Gerente, como é chamado atualmente o Coordenador. Nos anos iniciais, que o Coordenador era o Fernando, praticamente todos comentaram que ele era um administrador flexível, ou seja, que ajudava aquelas Ligas e equipes que tinham alguma dificuldade, muitas vezes descumprindo o regulamento.

Essa flexibilidade com a qual Fernando conduzia a organização do Municipal ocorria porque ele era “um cara bom”, segundo Telmo, afirmando que quando alguém precisasse de um auxílio e ia conversar com ele, o ex-Gerente ficava com compaixão e dava a chance. Maurício complementa:

O Fernando tem um coração muito grande, um coração enorme, ele tá pela comunidade e tal e ele, às vezes, direcionava algumas coisas relacionadas ao número de vagas, tinha uma Liga que ele gostava, que a Liga tava precisando, de repente ele dava uma vaga a mais praquela Liga e etc. Por exemplo, no tempo do Fernando: “Bom, o último dia pra entregar o cadastro da Liga é dia tal, equipe que não entregar tabela e o cadastro tá fora do Campeonato, tá no regulamento”, os caras não entregavam e aí “pô, não entregou”, aí entregava depois, entendeu, isso aí acontecia. Antigamente só tinha esse prazo aqui e com o Fernando, o cara não entregou: “Pois é, o fulano vai entregar porque não sei o que, tá viajando, tá doente”, só que aí tinha aquele cara que entregou no prazo, reclamava que a gente tava recebendo fora do prazo. Ele era muito flexível, pra algumas coisas eram boas, pra outras eram ruins, entendeu, então ele era muito flexível.

De acordo com o elevado nível de poder que o Coordenador possuía, ele conduzia o percurso da configuração como quisesse, ‘manipulando’ as regras e ajudando as Ligas que precisavam. Acontece que o Coordenador não estava levando em consideração as repercussões que suas ações poderiam ocasionar na cadeia de interdependência, já que as Ligas também exerciam poder sobre ele.

Essa maleabilidade na coordenação do Campeonato era vista como um fator negativo para alguns responsáveis de Ligas, visto que ele nem sempre cumpria o regulamento. Sobre

isso Samuel, vice-presidente da Liga de Futebol do Parque da Aclimação, comenta: “o Fernando ele é uma pessoa do bem, só que ele é um cara mais *light*, só que na várzea tu não pode ser assim”. Humberto discorda do vice-presidente, afirmando que o ex-Gerente “sabia levar, na várzea tu não pode ser muito duro”.

Essa afirmação de Humberto ao dizer que o ‘saber levar’ era necessário no ‘mundo’ da várzea vai ao encontro do que Myskiw (2012) abordou na sua pesquisa. O autor descreve que passou por um processo de socialização na várzea de Porto Alegre, onde aprendeu a “incorporar diferentes disposições implicadas na “organização”” (MYSKIW, 2012, p. 166). Aos poucos, Myskiw (2012, p. 166) foi percebendo “que o *deixar passar* e o *saber levar* representava uma lógica tão significativa quanto o *fazer reconhecer* e *cumprir*.”<sup>40</sup>

Essa concepção do autor foi sendo desenvolvida, principalmente, ao acompanhar uma Liga ‘de vila’ que possuía alguns ‘problemas’ de organização e disciplina em relação às exigências da Gerência de Futebol. Nesta Liga, segundo Myskiw (2012, p. 143):

Não se podia reduzir aos esforços de fazer reconhecer e cumprir o regulamento como únicos fundamentos da credibilidade da *liga*. Junto com estes esforços e, por vezes, ao contrário deles, a credibilidade estava relacionada com os *acertos* – negociações oportunas – com os *donos* ou representantes dos times e entre eles.

O autor presenciou diversos ‘acertos’ entre os representantes de equipes e, inclusive, com os árbitros referentes ao andamento da competição e à participação dos times que ‘faziam parte’ daquele contexto. Foi constatado que havia ali “um espaço de negociações que precediam e se sobrepunham àquilo que estava institucionalizado. [...] Cumprir o regulamento era algo importante, mas respeitar os acertos depois de tê-los feito era, do mesmo modo, adequado” (MYSKIW, 2012, p. 143).

Assim, neste caso, para o presidente conseguir comandar a Liga era necessário ‘saber lidar’ com essas negociações para que o campeonato seguisse adiante. Deste modo, esses ‘acertos’ “evidenciava de maneira muito clara essas invenções cotidianas que procuravam organizar da melhor forma possível as competições ao mesmo tempo em que lidavam com as dinâmicas familiares e comunitárias” (MYSKIW, 2012, p. 166-167).

Essas ‘manipulações’ nas normas da competição, tanto por parte do Gerente do Municipal como por parte dos dirigentes de Ligas, times e árbitros, descritos por Myskiw

---

<sup>40</sup> Grifos do autor.

(2012), indicam que na ‘várzea’ não era incomum haver uma flexibilidade nas regras. Ainda que esse fato vai depender da configuração em que os atores estiverem inseridos.

Em se tratando da flexibilização das regras no futebol de várzea, comparadas ao futebol profissional, alguns autores abordaram nos seus trabalhos como sendo uma das características deste ‘tipo’ de futebol (CAMPOS, 2009; RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010). Campos (2009, p. 167), que estudou o Campeonato de Peladas do Amazonas, o Peladão, vai relatar que nesta competição “muitas regras foram adaptadas pela organização do torneio a fim de facilitar a fluidez do jogo”, sendo bastante diferenciadas das normas do futebol profissional.

Algumas das regras alteradas são referentes ao campo, aos uniformes e ao tempo de jogo, assim como “há também algumas adaptações que fazem com que o fato futebolístico do Peladão assuma uma dinâmica específica” (CAMPOS, 2009, p. 214). Todas essas modificações nas suas normas possuem o objetivo de “facilitar a dinâmica do jogo para os jogadores, torcedores e, principalmente aos árbitros” (CAMPOS, 2009, p. 214), ou seja, as regras foram apropriadas para esta configuração.

Colaborando com essa ideia, Pimenta (2009, p. 40) ressaltou em seu trabalho a importância das regras no futebol, já que as “relações entre dirigentes (esportivos e representantes do poder público), times e torcedores são permeadas por essas regras e principalmente como elas determinam a dinâmica das partidas de futebol”. A autora acredita que “a “manipulação” das regras mantém a dinâmica dos jogos” (PIMENTA, 2009, p. 195), as quais vão ser utilizadas conforme a configuração das equipes.

Desta forma, ainda que o Campeonato utilizasse as regras ‘oficiais’ e possuísse um regulamento rígido, havia uma flexibilidade no cumprimento dessas normas por parte do Coordenador do Setor de Campos de Várzea. Essa flexibilidade nas regras foi abordada também no trabalho de Myskiw (2012), que juntamente com outros autores (CAMPOS, 2009; PIMENTA, 2009; RIGO; JAHNECKA; SILVA, 2010), demonstram que a várzea é bastante heterogênea. De maneira que, para compreender os significados dessas ‘manipulações’ das regras é preciso que se estude o interior de cada configuração.

## **7 O CRESCIMENTO DO CAMPEONATO E SUAS IMPLICAÇÕES (1998 A 2004)**

Como descrevi no capítulo anterior, nos primeiros anos do Municipal ele já vinha crescendo em número de pessoas envolvidas, aumentando a teia de interdependência dessa configuração. Nessa fase, a partir de 1998, essa teia expande-se ainda mais, já que ademais de possuir cada vez mais participantes, há um acréscimo de categorias no Campeonato e uma inserção de apoiadores e patrocinadores.

O resultado dessas novas relações de interdependências se deu em algumas modificações na estrutura do Municipal, como as finais serem em estádios profissionais e televisionadas, por exemplo. Dessa forma, ocorreu um ‘crescimento’ na competição, como relataram os meus entrevistados, o que refletiu em várias atitudes por parte dos ‘atores’ da configuração, fazendo com que houvesse uma movimentação no equilíbrio de poder entre a Secretaria e as Ligas no final desse período.

### **7.1 A SECRETARIA E AS EQUIPES**

A estrutura da primeira fase do Campeonato nos primeiros anos desse período se manteve a mesma que a das edições iniciais: a Secretaria participando das reuniões das Ligas e ajudando-as na organização dos regulamentos e tabelas, assim como acompanhando as suas competições. Também, a SME continuou auxiliando na parte estrutural dos campos, fornecendo materiais às Ligas quando necessário, continuando com pequenos movimentos no equilíbrio de poder entre ambas.

Em relação à cadeia de interdependência que ligava a SME e as equipes participantes, ela apresentou algumas alterações na sua estrutura, ainda que outros mecanismos de controle permanecessem os mesmos. Devido ao maior nível de poder da Secretaria em relação aos times participantes, ela se beneficiava para controlar os ‘movimentos’ das equipes conforme os seus interesses.

Os Congressos Técnicos continuavam a ocorrer em todos os anos antecedendo a fase municipal do Campeonato, conforme documentos da SME, para debater o regulamento da competição com as equipes que passavam para essa segunda fase. Desse modo, os professores da Secretaria continuavam a conduzir os times ao cumprimento das regras do Municipal.

O Lançamento de Abertura do Campeonato se modificou em relação aos anos anteriores, às vezes ocorrendo com o ‘coquetel’, com partidas amistosas ou com torneios, mas

aquela cerimônia de ‘abertura oficial’ não foi mais encontrada nos documentos investigados. Esse evento de lançamento foi alterando o seu formato ao passar dos anos.

Em 1998 o Lançamento ocorreu com uma reunião no Parque Ramiro Souto envolvendo o Gerente, professores, representantes de Ligas e times e a Secretária de Esportes, de acordo com o jornal *A Voz do Amador*<sup>41</sup> de setembro de 1998. Na reportagem também consta que houve um jogo comemorativo entre duas equipes que foram campeãs de edições passadas.

No ano seguinte, como consta no “Direto” da Coordenação de Comunicação Social, da Prefeitura, de 1999, “para marcar o lançamento do Municipal de Várzea” a Prefeitura organizou o Primeiro Encontro de Futebol Amador do Sul da América, realizado em dois dias. Esse evento contou com os últimos campeões do Campeonato de 1997 e 1998 e com a presença de equipes amadoras de Montevideu e de Córdoba nas categorias Principal e Veterano.

Na edição de 2000 do Municipal houve um “coquetel de abertura e uma mostra fotográfica, retratando momentos das edições anteriores do evento”, tal qual documento da Coordenação de Comunicação Social do mesmo ano. Nesse registro também está apontado que, após esse coquetel, ocorreu uma partida amistosa entre os campeões do ano anterior nas categorias Principal e Veterano. Na edição seguinte, “não houve uma abertura do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea”, conforme o relatório da competição do ano 2001.

A partir de 2002 até 2004 a abertura do Municipal começou a ser em três “ações complementares”, de acordo com documentos da SME: o Lançamento, o Torneio Início e a Copa dos Campeões. O Lançamento representava ao “coquetel oferecido pelos patrocinadores às autoridades e imprensa”, como consta nos projetos destas três edições, contando com uma média de 100 convidados.

Também nos projetos das edições de 2002, de 2003 e de 2004 encontra-se registrado que o Torneio Início eram jogos realizados em um dia envolvendo as equipes que participariam do Campeonato daquele ano nas categorias Principal, Veterano, Sub-21 e Feminino (essas duas últimas são novas categorias, tratarei sobre elas depois). Já a Copa dos Campeões, era um torneio comemorativo no qual participavam os times campeões das edições passadas nas categorias Principal e Veterano durante o período de julho a setembro de cada ano, também apontado nos projetos descritos.

---

<sup>41</sup> Jornal independente que dedica um espaço ao futebol de várzea de Porto Alegre.

Embora a abertura ‘oficial’ do Municipal não foi mais realizada, o evento de encerramento continuou ocorrendo nas edições desse período, com a realização das partidas finais, algumas falas da Secretária e do Prefeito e a entrega da premiação. Na edição de 1998 da competição, o encerramento ocorreu no Parque Ramiro Souto, tal qual documento da SME, mas a partir da sétima edição as ‘finais’ das categorias Principal e Veterano passaram a ser em estádios profissionais, permanecendo de 1999 até 2003 no Estádio Passo d’Areia do Esporte Clube São José<sup>42</sup>.

Essa mudança do local das partidas finais do Municipal chamou a atenção das equipes e dos jogadores pelo fato de que se eles chegassem as finais jogariam em um campo profissional, conforme relataram os meus entrevistados. Também pude notar nos documentos encontrados um destaque sobre esse ocorrido. Cito como exemplo a capa do “Direto” da Coordenação de Comunicação Social, da Prefeitura, de 1999: “Este ano, pela primeira vez na história da várzea de Porto Alegre, a final do Campeonato será realizada no estádio do São José [...]”.

Essa modificação no local dos jogos finais foi resultado de relações estabelecidas com o Clube São José. Fernando relata que ele e os professores iniciaram uma parceria com o Clube esportivo, já que “nós (da SME) emprestavamos os campos para as escolinhas do São José, o Alim Pedro, CEPRIMA, vários campos e aí no fim do ano o São José nos emprestava o campo gratuitamente”. Através dessa ‘troca de favores’, o São José passou a fazer parte da teia de relações, na qual tanto o Clube quanto a coordenação do Municipal necessitavam um do outro.

Em 2004, a partida final foi realizada no estádio Beira-Rio, pertencente ao Sport Club Internacional<sup>43</sup>, fato conseguido através do patrocínio da Unimed, como narrou Fernando. O professor conta que as equipes finalistas do Municipal fizeram a preliminar de uma partida entre ‘Inter’ e Palmeiras. Esse acontecimento mostra o quão extensa pode ser a teia de interdependência (abordarei mais adiante sobre os patrocínios) e os rumos que ela pode dar a esta configuração.

Para a realização da cerimônia de premiação a entrega dos prêmios era distribuída entre os organizadores do Campeonato, pelos representantes dos apoiadores e patrocinadores, pela Secretária de Esporte e pelo Prefeito da cidade, conforme o documento “Cerimonial para as finais do 10º Municipal de Várzea”. Primeiramente havia a entrega do troféu para o

---

<sup>42</sup> O Esporte Clube São José é um clube de futebol situado em Porto Alegre.

<sup>43</sup> O Sport Club Internacional, chamado geralmente de ‘Inter’, é um dos principais clubes esportivos de futebol da cidade de Porto Alegre.

goleador, para o goleiro menos vazado e o troféu disciplina e depois eram premiados os quatro primeiros times colocados. Essa sequência era a mesma para as categorias Principal e Veterano, na qual uma premiação ocorria após a outra, na maioria das vezes.

Sobre a premiação, os troféus e os fardamentos completos para as quatro primeiras equipes colocadas das categorias Principal e Veterano foram entregues até a edição do ano 2000 do Campeonato, segundo regulamentos da competição. A partir do ano seguinte, somente o time campeão e vice-campeão ganharam os troféus e os fardamentos. O fardamento sorteado como prêmio entre as equipes mais disciplinadas de ambas as categorias também cessou na edição de 2000.

Esses fatos ocorreram devido ao acréscimo nas categorias da competição na edição de 2001, havendo mais times e jogadores participantes para premiar. Apesar destas alterações na premiação do Campeonato, as medalhas para os jogadores das quatro primeiras equipes colocadas continuaram sendo entregues, assim como a ‘premiação especial’ (goleador, goleiro menos vazado e troféu disciplina) e a excursão para a equipe campeã das categorias Principal e Veterano, tal qual documentos da SME.

As viagens continuaram ocorrendo através da teia de interdependência que envolvia as Prefeituras que possuíam a mesma política de administração que a Secretaria, a política de esquerda. Em vista disso, em 1998 a excursão foi a Córdoba, na Argentina, no qual as equipes campeãs jogaram uma partida amistosa no estádio Olímpico de Córdoba, como contou Fernando. O time vencedor da categoria Veterano jogou contra “um selecionado local, enquanto os vencedores da categoria principal enfrentarão o Belgrano, time da terceira divisão do futebol argentino”, de acordo com a reportagem da Zero Hora, de dezembro de 1998.

No ano seguinte, a viagem foi novamente a Montevidéu, no Uruguai, no qual as equipes campeãs enfrentaram “os campeões das ligas de bairros da capital uruguaia”, conforme matéria publicada no jornal Diário Oficial de Porto Alegre de novembro de 1999. Na edição de 2000, a excursão foi a Mar Del Plata, na Argentina, na qual a equipe principal jogou contra o Quilmes, um reconhecido clube de futebol argentino, como relatou Fernando. O professor complementa: “na Argentina, eles eram muito competitivos”, já que colocavam equipes consideradas fortes para disputar com os vencedores do Municipal.

Em 2001 a viagem foi para a cidade de São Paulo e além das equipes premiadas jogarem no “Pacaembu”, estádio pertencente à prefeitura da capital paulista, os jogadores destes times também ficaram alojados nesse local, segundo Fernando. Nas edições seguintes, as excursões foram a Blumenau, Santa Catarina, e a Caxias do Sul, Rio Grande Sul, sendo estas as últimas subsidiadas pelo Campeonato.

Em 2004 a viagem estava marcada para Dourados, Mato Grosso do Sul, mas de acordo com Fernando, ela foi cancelada em razão de que ambas as Prefeituras haviam perdido as eleições. No comunicado da Secretaria às equipes campeãs que informava o cancelamento desta premiação, encontra-se a justificativa:

Recebemos no início do mês em curso as considerações por parte do Governo de Dourados – MS e da Fundação de Esportes do Mato Grosso do Sul que devido a mudanças no quadro político na esfera Municipal e Estadual ficaram impossibilitados de receber a Delegação Esportiva de Porto Alegre para realizar os jogos de integração que estava previsto para dezembro.

Esse episódio corresponde ao término da relação entre os órgãos gestores das cidades parceiras, o que poderia ser visto como um rompimento na teia de interdependência, o que, de certa forma, acaba por ser um aspecto desestimulante em relação ao Municipal. Essa modificação na estrutura do evento - a exclusão da viagem como premiação, que se manteria dali em diante - desencadeou um desapontamento nos representantes do time campeão da categoria Principal da edição de 2004, o que fez com que os jogadores se recusaram a receber o troféu.

Segundo Fernando, na cerimônia da entrega das premiações de 2004, que ocorreu no Beira-Rio, os jogadores “viraram as costas, foram pro vestiário e deixaram o Prefeito com o troféu na mão”. Outra razão desse acontecimento foi o fato desse time ser considerado ‘de patrão’<sup>44</sup> e o dono da equipe, estando na arquibancada, avisou aos jogadores para não receberem a premiação devido ao cancelamento da excursão.

## 7.2 A ORGANIZAÇÃO DA SEGUNDA FASE

Na segunda fase do Municipal, no ano de 1998, a Secretaria muda o nome de alguns órgãos administradores: a Equipe de Eventos passa a ser chamada de Gerência de Eventos e o Setor de Campos de Várzea é promovido para Coordenação de Futebol. Além desses dois setores que constituíam a Comissão Organizadora do Campeonato nessa época, permaneceu também a Assessoria Comunitária e foi incluída a Assessoria Pedagógica na edição de 1998 da competição.

Em 2001 o Prefeito Tarso Genro (PT) foi eleito, mas renunciou em 2002 para concorrer ao Governo Estadual e assumiu o seu vice-Prefeito, João Verle, permanecendo até

---

<sup>44</sup> Time de patrão é quando a equipe é comandada por um traficante de drogas, abordarei sobre isso mais adiante.



2004 na gestão da Prefeitura. No ano de 2001 a Comissão Organizadora do Municipal permaneceu composta pela Gerência de Eventos, pela Coordenação de Futebol e também pela Gerência Pedagógica, nome alterado da Assessoria Pedagógica, saindo somente a Assessoria Comunitária da organização.

Em 2003, a Coordenação de Futebol é promovida a uma Gerência, a Gerência de Futebol, continuando na organização do Campeonato juntamente com as Gerências de Evento e Pedagógica. Além desses três órgãos administrativos da SME, há a inclusão dos “representantes eleitos pelas Ligas”, na Comissão Organizadora do Municipal, conforme o regulamento geral de 2003.

Em relação à criação de novas categorias do Campeonato, na edição de 1998 foi incluído um campeonato municipal para as crianças, o Varzinha, simultaneamente com o de ‘adultos’ (discorrerei sobre ele no próximo tópico). Apesar de em alguns documentos essa competição ser apresentada como uma categoria do Municipal - consta no projeto de 2000: “Esta competição contou, em sua última edição, com a participação de 123 equipes nas categorias adulto e veterano e 62 equipes nas categorias mirim e infantil (varzinha)” -, ela é tratada como um evento paralelo pelos meus colaboradores e por outros registros da SME.

Já na edição de 2001 do Campeonato há um acréscimo de mais categorias: a Sub-21 e a Feminino Livre (também abordarei no próximo tópico). De acordo com o projeto do Municipal de 2001 essa ampliação se dá devido à “uma demanda da comunidade futebolística porto-alegrense” e assim como o Varzinha, essas categorias estendem a rede de interdependências da competição abrangendo novos participantes.

Ainda assim, as categorias Principal e Veterano seguem sendo as mais reconhecidas no Municipal e as mais citadas nas minhas entrevistas, na qual passam a ser as que ganham destaque na minha pesquisa. Em se tratando da quantidade de equipes, jogadores e espectadores envolvidos no Campeonato em ambas as categorias, trago a tabela abaixo:

**Tabela 2 - Estatísticas do Municipal de 1998 a 2004**

<i>Edição</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
Número de equipes Principal	54	78	87	40	36	39	39
Número de jogadores Principal				880	900	975	975
Número de equipes Veterano	48	45	47	40	36	42	36
Número de jogadores Veterano				880	900	1.050	900
Número de jogadores total	2.040	2.500	2.680	2.552*	2.625*	2.910*	2.775*
Número de espectadores**	23.800	30.000	20.000	30.000	35.800	–	30.000
Público das ‘finais’***		2.500	3.000	1.800	1.000	1.000	2.000

Fonte: Dados retirados nos relatórios da competição.

\*A partir de 2001 são incluídas as categorias Sub-21 e Feminino Livre no cálculo de jogadores participantes no relatório do Campeonato.

\*\*O número de espectadores corresponde ao público envolvido em todos os jogos da competição com exceção das partidas finais.

\*\*\*Segundo a estimativa da Brigada Militar.

Nesse período da competição há um aumento no número de equipes participantes, na segunda fase, até o ano 2000 na categoria Principal. A partir de 2001 a quantidade de times diminui e se mantém similar até 2004. Já na categoria Veterano o número de equipes participantes oscila no decorrer dos anos.

Essa grande redução de equipes na categoria Principal em 2001 foi devido ao fato dos organizadores do Campeonato realizarem os “Jogos Seletivos Regionais” anteriormente a essa segunda fase. Nesses jogos seletivos as equipes campeãs e as vices das competições realizadas pelas Ligas disputavam as vagas, através das 16 regiões do Orçamento Participativo, para participar do Municipal, conforme o regulamento desta edição.

Em relação ao número de jogadores envolvidos ao Campeonato há um crescimento em ambas as categorias até a edição de 2000, diminuindo em 2001 e voltando a elevar de 2002 até 2004. Se somarmos aos jogadores das categorias Sub-21 e Feminino, nota-se que segue um aumento de participantes ao longo dos anos.

Outro dado conseguido nos documentos da Secretaria foi em relação ao número de espectadores e, em especial, ao público nas partidas finais. A quantidade de espectadores é bastante elevada, no qual nunca baixou de 20.000 pessoas em todos os jogos e de 1.000 pessoas na ‘final’, demonstrando o grande número de indivíduos que a competição reúne.

Todas essas informações demonstram a dimensão da teia de interdependência que o Campeonato abrangia, não sendo somente os jogadores e os responsáveis das equipes que

estavam envolvidos, mas também as suas famílias, os seus amigos ou conhecidos que assistiam as partidas de futebol. Desse modo, a teia dessa configuração aumentava consideravelmente ao passar dos anos, acarretando em mudanças na estrutura do Municipal.

Se a duração do Campeonato na fase da Secretaria se manteve a mesma que nos anos iniciais, por volta de dois meses, os locais dos jogos foram se alterando a cada ano. Mesmo assim, permaneceu com uma média de 12 campos utilizados por edição para as partidas das categorias Principal e Veterano, conforme os relatórios da competição. A forma como eram escolhidos esses campos conservou a mesma que a descrita na seção 64, como relataram meus entrevistados.

As partidas da categoria Principal continuaram a ocorrer aos domingos a partir das 14 horas até o final desse período, com a mesma duração: dois tempos de 45 minutos e dez minutos de intervalo. Já os jogos realizados pela categoria Veterano, até 1999 eram aos domingos pela manhã, iniciando às nove horas, do ano 2000 em diante as partidas passaram a ser executadas aos sábados a partir das 14 horas. O tempo dos jogos desta categoria também permaneceu o mesmo: dois períodos de 40 minutos com dez minutos de intervalo, como registrado nos relatórios.

A fórmula de disputa dos jogos das categorias Principal e Veterano foi se modificando nessa época, como não consegui encontrar os regulamentos da edição de 1998, 1999 e 2004, começo descrevendo a partir da edição do ano 2000. Nesta edição, a fase de classificação era realizada com jogos em que todas as equipes jogavam contra todas dentro da sua chave, classificando a primeira e as melhores segundas colocadas de cada chave até completar 32 times. A partir da segunda fase, os jogos eram disputados pela modalidade eliminatória simples, tal qual o regulamento do Municipal desta edição.

Em 2001, a fórmula de disputa perdurou praticamente a mesma, embora com uma diferença: foram para a segunda fase todas as primeiras e as segundas equipes colocadas das chaves. No ano seguinte voltou limitação das equipes que ficaram em segundo lugar nas chaves, sendo 24 times que passaram para a outra fase. Na segunda fase, havia jogos com o modelo eliminatório simples até restarem 12 times. Após, havia uma terceira fase onde as 12 equipes disputariam o título de campeão, como consta o regulamento.

Já em 2003, a primeira fase da fórmula de disputa seguiu classificando a primeira equipe colocada de cada chave e as melhores segundas colocadas, mas até completarem 16 times. Na fase seguinte, as partidas voltaram a ser pela modalidade eliminatória simples, havendo decisão por cobrança de pênaltis caso houvesse empate em qualquer jogo da competição, como aponta o regulamento do Campeonato de 2003.

Sobre as equipes, o regulamento foi mudando praticamente a cada ano em relação a quais seriam as participantes. Na categoria Principal do ano 2000, os componentes do Campeonato eram os times representantes das Ligas, de acordo com os critérios: as Ligas com menos de oito equipes possuíam o direito a uma vaga na competição e as Ligas com oito ou mais equipes, duas vagas; além dos quatro primeiros times colocados do Municipal do ano anterior.

Na edição de 2001, os times participantes correspondiam aos campeões e os vice-campeões dos jogos seletivos das 16 regiões do OP, conforme o regulamento. No ano seguinte os organizadores mantiveram essas partidas seletivas, mas aí passando para essa fase as equipes classificadas. Em 2003, foram alterados novamente os critérios, sendo os times integrantes os campeões dos campeonatos cadastrados pela SME, o campeão e o vice do Municipal do ano anterior, um representante da copa Paquetá e o campeão da Copa dos Campeões do mesmo ano.

Na categoria Veterano, nas edições de 2000 e de 2001 as equipes participantes eram as classificadas nos campeonatos cadastrados pela Secretaria e as quatro primeiras colocadas do Municipal do ano anterior. Já na edição de 2002 a alteração foi somente na diminuição dos quatro para os dois primeiros times colocados do Campeonato antecedente. E no ano seguinte, se mantiveram os dois primeiros colocados do ano anterior e o demais se modificou: também participariam as equipes classificadas nos campeonatos organizados pelas Ligas, respeitando os critérios de proporcionalidade, e o campeão da Copa dos Campeões de 2003.

Referente a composição das equipes, nas categorias Principal e Veterano a diferença dos campeonatos anteriores foi a possibilidade de substituir o jogador que já estava inscrito por outro, mas desde que ele não tivesse jogado ainda e nem apresentasse registro em outro time. Permanecia vetada a participação do atleta em uma equipe se já tivesse jogado anteriormente por outra, ocasionando a desclassificação de todo o time, conforme os regulamentos da Secretaria.

A idade estabelecida para os membros das equipes continuou a mesma nessa época: mínima de 16 anos na categoria Principal e mínima de 35 anos na Veterano. Também, a proibição da participação do jogador que possuía contrato vigente com clube filiado à CBF ou FGF se manteve no Campeonato, causando a eliminação sumária da equipe beneficiada caso se confirmasse, tal qual registro nos regulamentos.

Em relação à arbitragem, nesse período do Municipal a contratação permaneceu a mesma, pelo processo de licitação. A Secretaria assegurava que em cada partida haveria um

trio de árbitros e um mesário para conduzir os jogos e as despesas seriam a cargo dela, como apontado nos regulamentos da competição.

A Comissão Disciplinar também perdurou durante esses anos no Campeonato julgando a indisciplina das equipes e jogadores dentro da competição. Se no início do Campeonato a Comissão Disciplinar era formada apenas pelos professores, nos últimos anos dessa fase ela também foi composta por alguns representantes de Ligas. Segundo Fernando, “depois de um tempo eu quis democratizar e criei um conselho de representantes das Ligas”.

Os artigos referentes aos aspectos disciplinares seguiram praticamente os mesmos, assim como as agressões durante as partidas. Esse fato pode ser comprovado pela lista de punidos desses anos, no qual entre as edições de 1998 e 2004 nunca possuiu menos que 17 nomes registrados, chegando a 105 punidos por ano. Nesta lista, estavam aqueles que descumpriam os aspectos disciplinares do regulamento e ficavam suspensos pelo período correspondente ao tipo de indisciplina. A maioria dos punidos eram jogadores, mas também estavam apontados na lista: dirigentes de equipes, técnicos, massagistas, assim como os times inteiros, conforme os documentos da Secretaria.

Em se tratando ainda da violência, além da lista de punidos há outros documentos conseguidos pela SME que retratam as brigas que ocorriam nos campos. Uma delas foi na partida final da edição de 1998, em matéria publicada na Zero Hora de dezembro de 1998 consta: “teve lama, jogador perna-de-pau, confusão em campo, sopapos no juiz e até tiro para o alto para acalmar o rebuliço armado pelos perdedores”, referindo-se ao término da partida quando os policiais militares tiveram que dar um tiro para cima para dissipar a confusão.

No ano seguinte, entre os documentos da Comissão Organizadora há um relatando alguns acontecimentos negativos relativos a uma rodada do Campeonato: “três jogadores com fratura de perna, distúrbios generalizados, agressão aos árbitros, agressão aos jogadores e desordem nos campos causando apreensão na vizinhança”. Também, no jornal A Voz do Amador de 1999, está apontado que em uma partida do Municipal um árbitro foi agredido pela torcida e teve um dedo fraturado e em outro jogo, houve agressão a outro juiz e tentativa de invasão do vestiário.

Essa violência que vinha ocorrendo já não era decorrência somente do alto nível de tensão das partidas que ocorriam nos anos iniciais, conforme descreveram os meus colaboradores. Em vista disso, a Comissão Organizadora do Campeonato realizou na edição de 1999 um fórum com o tema “A Violência e o Futebol”. Segundo registro da SME, os objetivos desse fórum, entre outros, foram:

Discutir as diferenças sociais e seus reflexos no esporte, debater sobre as relações entre os diferentes segmentos envolvidos nestes eventos (agremiações, ligas, imprensa e Poder Público – SME, BM) e analisar a questão da violência no contexto social no mundo atual, dissimulando a questão da violência no futebol.

Fernando conta que neste fórum, que ocorreu no Ginásio de Esportes Arino Bernardino da Silva, localizado no Parque Ararigbóia, muitas pessoas estiveram presentes, entre elas, vários jogadores, dirigentes de equipes e jornalistas. De acordo com o professor, o convite à imprensa possuía uma finalidade:

Eu levei os meios de comunicação porque eu achava que a medida que a imprensa valoriza mais o fato quando dá uma briga na arquibancada, quando dá uma invasão de campo, quando dão o lado, quando acontece tal coisa do que o gol bonito, eles valorizam mais o cara que perdeu o pênalti, botou pra fora, do que o fez um gol no ângulo. Então eles também estimulam o cara querer aparecer no jornal, de dá aquele destaque, aquela ênfase pro negativo, que eu também acho que a imprensa tinha uma parcela de culpa.

Esses aspectos na fala do Fernando foram possíveis de serem observados em algumas reportagens adquiridas na Secretaria relacionadas ao Municipal. Nelas se nota uma ênfase em apontar os conflitos ocorridos nos jogos. Para ilustrar, trago a matéria publicada na página central do caderno de Esportes da Zero Hora de dezembro de 1998:

**Figura 4 - Reportagem publicada na Zero Hora em dezembro de 1998**



Fonte: Zero Hora, 1998.

Nesta matéria sobre a final do Campeonato, o destaque foi para a briga que ocorreu no término do jogo, no qual ocupa a maior parte da página, contendo ainda uma foto do momento da confusão. Abaixo, numa nota menor, o jornal comenta sobre a equipe campeã e o jogador destaque da partida, parecendo de menor importância e indo ao encontro da fala de Fernando.

Além dos meios de comunicação social serem cúmplices da violência, Fernando afirma que “os presidentes de Ligas também tinha uma parcela de culpa quando lá na Liga eles passavam a mão na cabeça e deixavam equipes infratoras e tal passar de fase, não excluíam jogadores”. O professor admitiu ainda que a Comissão Organizadora não cumpria o regulamento da competição e que desse modo, também estimulavam a violência.

Apesar de todas essas instituições possuírem parte de responsabilidade sobre a violência que vinha ocorrendo no Campeonato, a conclusão que se chegou no Fórum foi que “a violência não era no futebol, a violência tava começando a ser uma violência na sociedade e que aquilo refletia no futebol”, conforme Fernando. Essa opinião também foi consentida pela maioria dos meus entrevistados.

O grande fator responsável por essa violência que vinha de fora do futebol, que foi unânime nas entrevistas, foi o aumento de times patrocinados por traficantes de drogas. Se no início do Campeonato as equipes eram compostas por familiares, amigos, vizinhos, ao longo desse período, “começou a ter essa interferência que não era aquele time familiar com o supermercado da esquina, passou a ter uma interferência de alguém patrocinando o time pra ficar de bonzinho na comunidade e querer ganhar na marra as coisas”, como descreveu Fernando.

Conforme Renato, esses traficantes que bancam times de futebol “às vezes levam o negócio pra dentro do esporte, o negócio que eu digo a política do negócio deles pra dentro do esporte, se não ganha por bem, ganha por mal”. Osmar acrescenta: o Municipal se tornou violento “porque é uma disputa grande e todo mundo quer ganhar [...] então devido por trás do poder da droga, do poder do tráfico, às vezes amedrontando, eu mesmo já presenciei muitos que amedrontam árbitros”.

Devido ao desejo desses traficantes ‘donos’ de equipes de ‘ganharem a qualquer custo’ algumas consequências foram ocorrendo dentro da competição, como o ato relatado pelo Osmar de ameaçarem o árbitro. Fernando conta que nessa época também começou uma pressão sobre os professores da SME: uma “pressão extracampo, coisa que não é do futebol”.

Os professores quando iam aos campos acompanhar as partidas do Campeonato, recebiam algumas vezes ameaças desses times ‘de patrão’ e em vista disso, no final desse

período, eles decidiram não comparecer aos jogos das quartas de finais em diante, já que estes eram os mais tumultuosos. Mesmo assim, algumas vezes esses ‘donos’ de equipes ligavam para a Gerência de Futebol para ameaçar os organizadores da competição, como narrou Maurício.

Fora essas intimidações que vinham desses times ‘de patrão’ aos envolvidos do Municipal, ocorria também desavenças entre os jogadores dessas equipes pelos “desafetos que existem dentro dessas comunidades, que um guri trabalha pra um determinado cara, outro trabalha pra outro que são facção que não se cruzam”, como apontou César. Ivan complementa, dizendo que esses jogadores que atuavam nesses times eram “mais, assim, empolgados e ‘vamos resolver isso com fulano, com beltrano’ e quando vê tu tá com uma briga que nem era da praça, os caras trouxeram o enrosco lá de um bar que se encontraram, de uma boate, de uma coisa, de um ponto...”.

Desse modo, o final desse período foi marcado pela violência que acontecia tanto dentro do campo, durante as partidas do Municipal, quanto situações de violência extracampo entre os envolvidos. Esse fato pode ser explicado pela extensão da cadeia de interdependência que como abrangia os ‘donos’ de equipes e jogadores, conseqüentemente envolvia outras dimensões de suas vidas. Nesse caso, de acordo com os meus interlocutores, a ligação dessas pessoas com o tráfico de drogas repercutiu fortemente no futebol de várzea e, desse modo, no Campeonato também.

Citei neste tópico alguns resultados desse envolvimento dos times de futebol com o ‘mundo’ das drogas, principalmente a violência que desencadeou no Municipal. Falarei de outras implicações que ocorreram na configuração devido a essa mudança na composição das equipes posteriormente.

### 7.3 NOVAS CATEGORIAS

Nessa etapa do Municipal foram criadas novas categorias na competição: Infantil e Mirim, logo no início, Sub-21 e Feminino Livre, alguns anos depois, aumentando, assim, o número de pessoas participantes. Essas categorias não são tão comentadas entre os meus informantes, mas mesmo assim entendo que foram importantes de modo que ampliaram a teia de interdependência da configuração.

Um dos destaques da edição de 1998 foi a introdução do “Varzinha”, como é chamado o campeonato municipal para as ‘crianças’, conforme o projeto desta edição do Municipal: “Em 98 a SME realizará, paralelamente, ao campeonato de adultos, o campeonato de menores



nas categorias (infantil e mirim) – VARZINHA”. Essa competição era dirigida pelos mesmos organizadores das categorias dos ‘adultos’ e abaixo, trago como ela era conduzida.

Os participantes da competição Varzinha eram os “representantes dos campeonatos desenvolvidos pela SME”, conforme os regulamentos de 1998 a 2004, tanto na categoria Mirim quanto na Infantil. Os campeonatos realizados pela Secretaria, na primeira fase, correspondiam a dois: o programa regional Em Cada Campo uma Escolinha (ECCE) e o Jogando nas Praças, conforme o documento intitulado ‘Secretaria Municipal de Esportes lança Campeonato Municipal de Várzea’ da Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura do ano 2000.

Na categoria Infantil, a idade que os meninos participantes deveriam ter era 13 e 14 anos, podendo ser inscritos até cinco jogadores na equipe com 15 anos, e na Mirim, a idade exigida era 11 e 12 anos, também podendo inscrever até cinco com 13 anos, tal qual consta no regulamento da primeira edição do Varzinha. A partir da edição de 2000 há um aumento de um ano na idade dos meninos em ambas as categorias: na Infantil, os participantes deveriam ter 14 e 15 anos e na Mirim, 12 e 13 anos, permanecendo nesse formato até 2004.

Os jogos eram realizados aos sábados, iniciando a primeira partida às nove horas, conforme os regulamentos dessas sete edições. Esses jogos ocorriam em campos determinados pela SME “de acordo com a região, dentro do possível”, como consta até o regulamento de 2001<sup>45</sup>.

A duração das partidas do Varzinha, como registrado nos regulamentos, na categoria Infantil era de dois tempos de 30 minutos com dez minutos de intervalo entre eles, assim como na Mirim, mas com a diferença do tempo do jogo, que diminui para 25 minutos. Nesse período estudado, a única diferença da duração das partidas foi na categoria Mirim, no qual no ano de 2001 passa a ser 20 minutos antecedentemente as oitavas de final e na edição de 2003 antes das quartas de final, após permanecia 25 minutos.

Referente a fórmula de disputa das partidas do Varzinha, em 1998 a competição inicia com a modalidade eliminatória simples, de acordo com o regulamento desta edição. Já no ano 2000 há uma mudança desse modelo no regulamento, no qual o campeonato passa a ter duas fases: a fase classificatória, aonde as equipes jogam contra outras que estão dentro da sua chave, em turno único, e a segunda fase, que os jogos funcionavam pela modalidade eliminatória simples.

---

<sup>45</sup> A partir de 2002 cria-se um regulamento geral para todas as categorias do Campeonato e ao que se refere aos jogos, eles passam a ser “realizados nos campos determinados pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, de acordo com os grupos, divididos conforme tabelas”, tal qual o regulamento dessa mesma edição.

Na premiação do Varzinha, assim como a das categorias dos ‘adultos’, as quatro equipes primeiras colocadas ganhavam troféus e os jogadores delas recebiam medalhas. Os times campeão e vice-campeão de cada categoria recebiam fardamentos completos para os seus atletas. Também, havia um troféu disciplina para a equipe que apresentasse a melhor conduta durante a competição. E por último, como premiação para os campeões de ambas as categorias era presenteado uma excursão, outra similaridade com as categorias Principal e Veterano.

A premiação oferecida às categorias Mirim e Infantil foi a mesma durante as cinco primeiras edições, conforme os regulamentos desses anos. Já na edição de 2003 os troféus passaram a ser oferecidos somente às equipes campeãs e vice-campeãs, as demais gratificações permaneceram as mesmas.

As excursões premiadas pela Secretaria para o Varzinha possuíam a mesma finalidade das categorias dos ‘adultos’, tal qual os regulamentos, de realizar um intercâmbio esportivo e cultural, apesar das datas das viagens serem distintas. Os destinos das excursões também não foram os mesmos, embora em 1998 todas as categorias do Campeonato foram à Córdoba, Argentina, como consta na reportagem ‘Várzea em dia de decisão’ publicada na Zero Hora do dia seis de dezembro do mesmo ano. Nessa matéria ainda está registrado que os campeões da categoria Mirim e Infantil iriam participar dos torneios internacionais “Esperanza” e do “Hermandad Sub-15”, respectivamente.

Apesar de eu não conseguir encontrar dados sobre os locais de todas as viagens dos campeões do Varzinha realizadas nesse período, entre os documentos obtidos estão apontados: em 2000 a excursão foi a Montevideú/Uruguai; em 2003, a Caxias do Sul; e em 2004, a Bagé. Anteriormente ao passeio, era necessário os responsáveis dos meninos assinarem um termo de autorização.

O número de meninos participantes no Campeonato foi se alterando ao passar dos anos, iniciando com 32 equipes jogando em 1998, de acordo com documento adquirido na SME. No ano seguinte, conforme a publicação “Direto” da Coordenação de Comunicação Social, da Prefeitura, do ano 1999, a quantidade de times já obteve um aumento e assim se manteve nos demais anos com números parecidos. Para ilustrar trago uma tabela (o número de participantes do ano 2004 não foi encontrado):

**Tabela 3** - Número de equipes e jogadores participantes do Varzinha de 1999 a 2003

<i>Edição</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>
Número de equipes Infantil	36	35	32	36	36
Número de participantes Infantil		680	640	1080	900
Número de equipes Mirim	27	30	29	36	39
Número de participantes Mirim		550	580	1080	975

Fonte: Dados conseguidos em relatórios da Secretaria Municipal.

De acordo com o Projeto do Municipal de 1998, o Varzinha deveria seguir “os mesmos moldes e critérios da categoria adulto”, fato notável em alguns artigos de ambos os regulamentos. Entre as similaridades, encontram-se a mesma Comissão Organizadora, o caso do jogador não poder ter participado de outra ‘escolinha’, assim como não era possível estar inscrito em duas equipes, os jogos ocorrerem dentro das Regras Oficiais de Futebol de Campo e os aspectos disciplinares serem os mesmos.

Apesar dessas semelhanças com os jogos das categorias ‘adulto’, há os contrastes acentuados, entre eles estão: a contagem das edições, os regulamentos separados, assim como os relatórios, datas e locais diferentes dos jogos, a primeira fase da competição e a arbitragem. Sobre a distinção entre os dois campeonatos, dos ‘adultos’ e das ‘crianças’, Ronaldo afirma: “eles sempre foram separados [...] ele (o Varzinha) entrava de carona ali, mas é outro evento, nada a vê, são outras equipes, se tu olhar os nomes dos times tu vai ver que não são os mesmos”.

Como exemplo da divisão desses dois campeonatos vou utilizar a arbitragem, já que a “do Varzinha quem fazia eram alunos do nosso Curso de Arbitragem participativo. Nunca foi paga pela Secretaria, a arbitragem do Várzea sempre foi paga pela Secretaria”, segundo Ronaldo. Na primeira edição do Varzinha está registrado no regulamento que “cada escolinha deverá apresentar um árbitro que deverá participar da instrumentalização e nas rodadas atuará como árbitro e ou mesário”.

A partir do segundo ano do campeonato, os árbitros eram os participantes do “Curso de Arbitragem Comunitária”, permanecendo nesse modelo até 2004. Esse Curso foi desenvolvido para formar árbitros que apitassem as partidas do Varzinha. Conforme Paulo, ex-Gerente da Gerência de Futebol, a ideia surgiu dele quando ainda trabalhava com campeonatos internos das crianças e não havia árbitros para conduzir os jogos. Isso fez com que ele enviasse uma proposta de formação de árbitros, o que logo foi aprovada pelo Coordenador de Futebol e pela Secretaria.

Em 1999 Paulo começou a coordenar a parte técnica do Curso. De acordo com ele:

Foi um sucesso porque o Varzinha foi dirigido pelos árbitros do nosso Curso, o Curso que a gente fez. Então não o adulto, porque o adulto é mais difícil, mas as categorias de base dos campeonatos da Prefeitura até hoje são dirigidos por esses árbitros. Então é um Curso Comunitário, porque nós não cobramos nada dos alunos fazerem o Curso, em compensação a retribuição deles era dirigir os jogos como estágio naquele ano, porque todos os anos havia o curso. Então no ano do Curso, como a parte prática era o estágio, eles faziam dirigindo os jogos do campeonato Varzinha.

Por mais que eu consegui acesso a diversos documentos desta competição, a maioria deles a traz como um evento simultâneo ao Municipal, como a apresentação do projeto de 1999: “Destacamos, ainda, que paralelamente a esse evento, realizaremos o II Campeonato de Futebol Mirim e Infantil, denominado Varzinha”. Por esse motivo não abordarei mais sobre o Varzinha neste trabalho, visto que também foi o modo que este campeonato me foi apresentado pelos meus interlocutores. Como Ronaldo citou “parecido só o nome, ele é completamente diferente”.

Em 2001 novas categorias foram adicionadas ao Municipal: a Sub-21 e a Livre Feminino, mas assim como o Varzinha, não foram mencionadas quase nas entrevistas e encontrei poucos documentos a respeito. A inclusão dessas novas categorias está colocada como objetivo no projeto do Campeonato de 2001 e, desse modo, foi cumprido.

A Comissão Organizadora dessas duas categorias foi composta pela Gerência de Eventos e pela Coordenação de Futebol no primeiro ano, conforme regulamento de ambas as categorias do ano 2001. A partir de 2002, a organização também conta com a Gerência Pedagógica, tal qual regulamento geral do Campeonato.

Os participantes da primeira edição das categorias Sub-21 e Livre Feminino, e a edição de 2001 do Municipal, foram os times que se inscreveram na Secretaria, sem a necessidade de uma primeira fase da competição, conforme regulamentos de 2001. Já na segunda edição, consta no regulamento específico da categoria Sub-21: “Participam do Campeonato equipes classificadas nos campeonatos organizados pelas ligas, respeitando critérios de proporcionalidade no número de equipes participantes em cada liga”.

No ano de 2003, muda novamente o sistema de participação da categoria Juvenil, da mesma forma que era chamada a Sub-21: além das equipes integrantes serem as classificadas pelas Ligas, também eram as classificadas do campeonato “Jogando em Porto Alegre” (JPOA), que era organizado pela SME, ainda que continuando a respeitar o critério de proporcionalidade citado acima. Juntamente com estes, o time campeão e o vice-campeão do

Municipal de 2002 estavam automaticamente inscritos na edição de 2003. Não encontrei os regulamentos do ano de 2004 para comparar os dados.

Na categoria Feminino também houve modificações em relação às equipes participantes: na edição de 2002 do Municipal foram os times cadastrados na Secretaria que obedeciam a critérios estabelecidos pela Coordenação de Futebol, segundo o regulamento deste ano. E no ano seguinte, instituiu-se que seriam as equipes classificadas nos campeonatos organizados pelas Ligas, como na Sub-21, e o time campeão e o vice do Campeonato de 2002.

Os jogadores que poderiam ser inscritos na categoria Juvenil na edição de 2001 do Campeonato deveriam ter a idade mínima de 16 anos e serem nascidos até 1981, como consta no regulamento de 2001. No ano seguinte, a idade aumenta: os participantes eram os nascidos a partir de 1982, podendo ser incluídos até quatro jogadores do ano de 1981. Em 2003, diminui a idade novamente, constando no regulamento que os jogadores deveriam ser nascidos a partir de 1986. Já na categoria Feminino, as jogadoras deveriam ter a idade mínima de 15 anos nas três edições relatadas, conforme os regulamentos.

Os jogos da categoria Sub-21 eram realizados às sextas feiras, no primeiro ano, a partir das 19 horas e 45 minutos e aos sábados a partir das 18 horas, tal qual regulamento de 2001. No ano de 2002 e de 2003 as partidas passaram a ocorrer somente aos sábados, no mesmo horário da primeira edição. Os jogos duravam, nas duas primeiras edições, dois tempos de 40 minutos com dez minutos de intervalo e na terceira edição, diminuiu para dois tempos de 30 minutos, segundo os regulamentos da SME.

As partidas das meninas ocorriam aos domingos a partir das nove horas e 15 minutos nos anos de 2001 e 2002, já em 2003, os jogos foram antecipados para as nove horas, como consta nos regulamentos do Campeonato. A duração das partidas permaneceu a mesma nesses três anos: dois tempos de 30 minutos com dez minutos de intervalo.

Em ambas as categorias, os locais dos jogos eram “realizados nos campos determinados pela SME conforme tabela”, tal qual regulamentos da edição de 2001 do Municipal. A partir de 2002, com a criação do regulamento geral, os lugares das partidas também são definidos pela Secretaria e “de acordo com os grupos”, como apontado nos regulamentos de 2002 e 2003.

A fórmula de disputa dos jogos da categoria Juvenil e Feminino, na primeira edição, ocorreu de forma que todas as equipes jogaram contra todas dentro da sua chave, recebendo a seguinte pontuação por jogo: três pontos caso o time obtivesse a vitória, um ponto se as equipes empatassem e zero, se o time perdesse. A classificação se daria pelos critérios:

pontuação, confronto direto, saldo de gols, menor número de gols sofridos, menor número de cartões e sorteio.

No ano de 2002 a fórmula de disputa se modifica, passando a ter duas fases: a fase de classificação, no qual os times eram distribuídos em seis chaves de três equipes, jogando todas contra todas dentro da sua chave em turno único e classificavam a primeira e a segunda colocada de cada chave. E a segunda fase, os times eram repartidos em quatro chaves com três equipes classificando somente uma equipe de cada chave para a semifinal. As equipes vencedoras disputavam o título de campeã da edição de 2002 do Municipal, conforme ambos os regulamentos.

Na edição de 2003 continuam as disputas internas dentro das chaves, ainda divididas em três equipes, na fase de classificação, embora se classificavam os times que ficaram em primeiro lugar em cada chave e os melhores segundos colocados até completarem oito equipes. Na segunda fase os jogos passaram a ser pela modalidade eliminatória simples, tal qual regulamento da edição de 2003 do Campeonato.

A arbitragem das categorias Sub-21 e Feminino Livre eram idênticas às das categorias Principal e Veterano, na qual consta nos regulamentos de 2002 e 2003 que “em cada local haverá um trio de árbitros e um mesário para conduzir os jogos cujas despesas estarão a cargo da SME”. Se a arbitragem era a mesma das categorias mais antigas, a premiação já possuía um diferencial: as equipes campeãs das categorias Juvenil e Feminino não ganhavam a excursão.

Retirando o fato da viagem na premiação, os prêmios das categorias Juvenil e das meninas se assemelhavam os das categorias Principal e Veterano: as quatro primeiras equipes colocadas recebiam medalhas e os times campeão e vice-campeão ganhavam troféu e fardamentos completos para os seus jogadores. Além disso, o troféu disciplina também era premiado para as equipes de cada categoria que obtivessem melhores comportamentos durante o Campeonato, como registrado nos regulamentos de 2001, 2002 e 2003.

Referente ao número de participantes, na categoria Sub-21 houve um aumento das equipes e jogadores das edições de 2001 a 2004, conforme os relatórios destas edições do Municipal, já na categoria Feminino, a quantidade de times e jogadoras oscilou ao decorrer destes anos. Para mostrar os números de participantes de ambas as categorias, apresento a tabela abaixo:

**Tabela 4** - Número de equipes e jogadores participantes das categorias Sub-21 e Feminino Livre do Campeonato de 2001 a 2004

<i>Edição</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
Número de equipes Sub-21	16	18	21	24
Número de jogadores Sub-21	352	450	525	600
Número de equipes Feminino	20	15	18	12
Número de jogadores Feminino	440	375	360	300

Fonte: Informações adquiridas nos relatórios do Municipal.

Esse baixo número de times inscritos na categoria das meninas, segundo Ronaldo é porque “futebol feminino não vinga”. Os organizadores do Campeonato comentaram que sempre estimularam a participação feminina, “mas é um futebol que se ele não acontecer que nem aconteceu nos outros países, como Estados Unidos, ele partir do futebol escolar, do futebol universitário, ele não vai chegar, porque se ele depender de CBF, de Clube, nunca vai existir”, afirma Fernando. As frases dos professores suscitam à discussão de gênero, mas devido ao limite cronológico e do objetivo, não abordarei no trabalho.

Essas quatro novas categorias criadas nesse período investigado, Infantil, Mirim, Sub-21 e Feminino Livre, ainda que muito pouco relatadas nas entrevistas e em número inferiores entre os documentos encontrados na Secretaria, se destacam por expandir a rede de interdependências do Municipal. Desse modo, foi possível perceber um maior número de pessoas que estavam envolvidas com o Campeonato e conseqüentemente ele começa a obter uma maior visibilidade, um dos fatores responsáveis pelos caminhos que essa configuração seguiu.

#### 7.4 APOIOS E PATROCÍNIOS

Além do surgimento dessas categorias relatadas no tópico acima houve também outros ‘atores’ que foram acrescentados à teia de interdependência do Campeonato e que são de extrema importância para a compreensão dos acontecimentos dessa configuração: os apoiadores e os patrocinadores. Os apoiadores se apresentaram no início do Municipal conseguindo auxiliar os organizadores com materiais esportivos para as equipes, mas foi com a chegada dos patrocinadores que o Campeonato conseguiu um maior suporte financeiro e assim conseguiu diversos recursos, entre eles a transmissão das partidas finais na televisão.

Em 1997 o Campeonato inicia uma parceria com a DalPonte, empresa de material esportivo, que permanece como apoiador do evento até 2004, conforme os relatórios dessas

edições. No ano de 1998, a Courolândia-Courosporte, loja de calçados e confecções, também auxilia no apoio ficando até a edição do ano seguinte.

Em 1999, além dos apoiadores, há a inclusão do ‘patrocínio oficial’, como consta no projeto desta edição, no qual os organizadores do Municipal se propunham a dar à empresa ou instituição “um investimento especial na divulgação de sua imagem institucional e comercial junto a comunidade porto-alegrense”, perdurando até 2004. De acordo com o Fernando, a diferença entre o apoio e o patrocínio é que o “apoiador ele entra com apoio simbólico assim, dava umas bolas, dava um troféu e tal, o patrocínio é uma verba que vem e deposita no fundo”.

Como primeiro ‘patrocinador oficial’ do Campeonato associou o ‘Banrisul’, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., na edição de 1999, estando presente também nas edições de 2000 e de 2002. Segundo Fernando, quando o Banrisul começou a patrocinar o Grêmio e o Internacional, os dois maiores clubes esportivos do Estado, ele foi conversar com o presidente do Banco e questionou: “Como é que eles iam patrocinar duas grandes equipes de Porto Alegre, um banco que era do Estado, não ia patrocinar um campeonato amador da cidade de Porto Alegre?”, conseguindo, assim, o auxílio.

Em 2000 foi adicionado mais um patrocinador ao Municipal, a Paquetá Esportes, loja de artigos esportivos, permanecendo nessa e na edição seguinte. Fernando relatou como era a relação da SME com a Paquetá e como esta última se beneficiava:

A Paquetá mantinha um campeonato de várzea, bem no início da várzea, que era paralelo ao nosso. No primeiro semestre tinha a Paquetá, nós emprestavamos os campos pra Paquetá organizar o seu campeonato e a Paquetá patrocinava nosso campeonato no segundo semestre com material esportivo, com a rede de lojas distribuindo as bolas. A DalPonte levava a bola lá pra Paquetá, a equipe ganhava um ticket-bola e fazia o fluxo de loja que eles chamam, tu ia com ticket lá pra recolher a bola, mas aí tu chegava lá já comprava uma chuteira, o time já comprava o fardamento, já faziam um movimento na loja.

Em 2002 a Craque Esportes, estabelecimento que vende artigos esportivos, entra como patrocinador, permanecendo somente esta edição, e em 2003, a Unimed Porto Alegre, cooperativa que presta serviços de saúde, se compromete com o Campeonato deste ano e do seguinte. Fernando conta como conseguiu o patrocínio desta última: “Terminado a gestão do Banrisul, o Verle veio a ser prefeito e aí nós conseguimos o patrocínio com a Unimed, que também tava entrando pra patrocinar Grêmio e Inter, nós fomos com essa mesma conversa lá com a Unimed”, referindo-se a conversa com o presidente do Banrisul.



Os coordenadores do Municipal faziam esforços para conseguir esses patrocínios, Fernando relata que, apesar do Campeonato ser “um produto que a mídia queria comprar e os patrocinadores”, era necessário conhecer pessoas influentes. O professor descreve:

Na época eu era companheiro do presidente do Banrisul. Depois a Unimed, o irmão do professor Maurício era vice-presidente da Unimed e nos abriu um espaço: ‘Nos deixam apresentar?’ Se tu conseguir chegar lá na Petrobrás e apresentar um projeto desses, tu consegue o dinheiro, agora como é que tu vai chegar lá? Só chega quem fulano indica, quem o outro indica...eu conseguia chegar nesses caras.

Além desses patrocínios e apoiadores, em 2004 o Municipal contou com o apoio da TVCOM, emissora de televisão originada em Porto Alegre. Nesse período, além de contratar este canal de televisão pra realizar a filmagem das partidas finais, os organizadores do Campeonato iam todas as sextas-feiras participar de um programa, já que toda semana “a TVCOM fazia uma matériazinha em algum campo: ‘Ó professor, me diz um campo aí e tal’ e ia lá. Nós íamos lá no TVCOM Esportes, ia lá divulgar a abertura, divulgar a semifinal, divulgar a final lá”, conta Fernando.

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BM), corporação responsável pela segurança pública do Estado, apareceu como apoiador em algumas edições do Campeonato, conforme documentos da SME. Ainda que a organização do evento pedia auxílio à BM para os jogos, em alguns relatórios ela se encontra na parte dos ‘aspectos negativos’, geralmente recebendo críticas pela falta de policiamento.

Entre os comentários registrados nos relatórios do Campeonato sobre a Brigada Militar, encontram-se: “O policiamento solicitado para as rodadas do campeonato deixou a desejar, principalmente nas finais das categorias veterano e principal”, do ano de 2000, “não tivemos sucesso com a presença do efetivo solicitado à Brigada Militar durante as rodadas do campeonato e, principalmente, nas finais”, de 2001 e “a Brigada Militar se fez presente em alguns campos mas omissos na maioria das vezes”, em 2002.

Fernando relata que para conseguir policiamento para as partidas do Municipal era necessário ir falar com o Comandante da Brigada para explicar a situação dos jogos, “porque senão perigava não ir. Então a gente fazia os ofícios. Eles sempre estavam nas finais, agora durante o decorrer do Campeonato dificilmente tu conseguia”. O professor descreve que uma das explicações do Comandante da BM era que algumas vezes não possuía efetivo e não havia como deixar um ‘brigadiano’ fixo no evento.

Referente aos recursos conseguidos, na edição de 1998 do Municipal, os apoiadores contribuíram com 200 camisetas promocionais, dez fardamentos e 150 bolas oficiais de futebol da marca 'DalPonte', em contrapartida a SME realizou divulgação das empresas através de diversos materiais promocionais, de acordo com nota encontrada no relatório do evento de 1998. Os materiais utilizados foram faixas 'de rua', faixas institucionais para os locais dos jogos e 'busdoor'<sup>46</sup> com a inserção das logomarcas 'DalPonte' e 'Courolândia-Courosporte', tal qual o mesmo relatório.

No relatório da edição de 1999 do Municipal está registrada nos 'aspectos positivos' uma ampliação de investimento dos apoiadores e do patrocinador. Ademais dos materiais fornecidos pelos apoiadores citados acima, encontram-se no documento 'cronograma dos patrocinadores' de 1999 da SME os itens solicitados à eles: fardamentos, além dos da premiação para os árbitros comunitários, cartões amarelos e vermelhos, bandeirinhas para os árbitros auxiliares, faixas institucionais do patrocinador, redes, bombas de encher bola e bandeirinhas para a marcação do campo.

Na edição do Campeonato de 2000, além desses materiais requeridos pela Secretaria, foi acrescido aos patrocinadores o custeamento da contratação do ônibus para a viagem de premiação e a transmissão das partidas finais na rádio ou na televisão. No projeto comercial do Municipal desse ano consta uma estimativa de 67.500,00 reais de investimento dos patrocinadores e nos anos seguintes esse valor aumenta: em 2001 o orçamento é de 71.900,00 reais; em 2002, de 74.800,00 reais; em 2003, de 77.060,00 reais; com exceção de 2004, que diminui para 64.100,00 reais. Esses dados estão de acordo com apontamentos dos projetos comerciais destas edições.

No projeto do ano 2000 conseguido pela SME, e no das edições seguintes até 2004, também é possível observar o retorno que ela pretendia dar ao patrocinador oficial. A Secretaria prometia colocar a assinatura do patrocinador em todas as formas de divulgação, inserir a sua logomarca em todos os recursos promocionais, demonstrar seus produtos nos eventos e colocar faixas e placas no campo durante a filmagem das partidas finais.

---

<sup>46</sup> Anúncio publicitário localizado no lado externo dos ônibus.

**Figura 5** - Faixas dos patrocinadores e apoiadores no estádio São José na partida final do Municipal de 2002



Fonte: Arquivo da Gerência de Futebol.

Assim, com a introdução do patrocínio o Municipal passou a ter mais recursos, realizando uma maior divulgação e também a transmissão das partidas finais pela televisão. Sobre o televisionamento, Fernando relata: “Quando nós tínhamos esse patrocínio do Barrisul e Unimed nós incluímos no projeto o televisionamento do jogo final. Teve televisionamento pela Band, pela TVE, pela TVCOM. Então nós tivemos essas três (emissoras) aí que se revezavam”.

Em 1999 se deu a primeira transmissão da partida final da categoria Principal e da Veterano pela televisão, permanecendo até 2004 com essa exibição. Nessa mesma edição a Secretaria relata como aspecto positivo, também, o anúncio pago no jornal Correio do Povo do dia 27 de novembro de 1999, conforme relatório deste ano. A reportagem além de dar informações sobre as ‘finais’ do Campeonato, afirma que a transmissão seria ao vivo pela TVE-RS, emissora de televisão educativa do Rio Grande do Sul.

Os jornais foram uma importante ferramenta de divulgação do Municipal, no qual me deparei com várias reportagens do evento entre os documentos obtidos na Secretaria. Ivan comenta que um dos motivos que o Municipal começou a se propagar e a se destacar foi devido ao periódico A Voz do Amador, veículo de informação do meio esportivo de Porto Alegre.

A partir do ano de 1997 foram encontradas matérias sobre o Campeonato nos arquivos da SME nos seguintes meios de comunicação impressos: Porto Alegre Agora; Diário Oficial de Porto Alegre; Palavra do Povo; A Voz do Amador; A Voz da América; Zero Hora; Correio

do Povo; e Diário Gaúcho. Ademais dos jornais e televisão, Fernando conta que algumas vezes realizaram participações em programas da rádio Gaúcha, emissora de rádio brasileira sediada em Porto Alegre.

Os apoios e os patrocínios vêm a ser outros ‘atores’ interdependentes nessa configuração, já que forneciam a SME materiais para a competição e para a premiação, assim como custeavam a transmissão das partidas finais na televisão. Em contrapartida, a Secretaria realizava uma divulgação das empresas parceiras em diversos recursos promocionais. Todos esses acontecimentos que decorreram da inserção dos apoiadores e patrocinadores na configuração repercutiram em ações dos demais atores inseridos na teia de interdependência, como apresento agora.

## 7.5 CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO DA TEIA DE INTERDEPENDÊNCIA

Esse aumento da teia de interdependência na competição ocasionou em diversos episódios: uma maior divulgação e visibilidade do Municipal; o televisionamento dos jogos finais; e a realização das ‘finais’ em estádios profissionais. Essa fase do Campeonato é relatada pelos meus colaboradores como o momento em que houve um ‘crescimento’ no Municipal, o que deu origem a algumas mudanças no comportamento das pessoas inseridas nessa configuração.

Esse crescimento na competição começou a despertar ambição nos jogadores, nas equipes e nas Ligas. Segundo Ronaldo:

Começou a ficar muito interessante o Campeonato: As finais eram no estádio do São José, então pô, aí começou a ficar competitivo, aí todo mundo queria participar. Começou a sair na televisão e a gente começou a ter patrocínio, o Banrisul patrocinou, a Unimed patrocinou e aí foi um período que a gente teve que: ‘Opa, cresceu demais, nós vamos ter que dar uma segurada’. Porque aí quando cresce demais um evento desses, um campeonato desses, acontece que surgem outros interesses.

Ivan complementa: “o Campeonato de Várzea da maneira que ele começou a ser organizado, ele atingiu um nível de organização que ele chamou a atenção e disputar o Municipal ficou uma coisa muito valorizada [...] os caras passaram a dar muita importância pra ele”. Devido a esse grande anseio em participar do Campeonato, os dirigentes dos times começaram a pagar jogadores que possuíam uma melhor performance no campo para integrar a sua equipe.

Como narrado pela maioria dos meus entrevistados, pagar jogador ou dar a ele uma contribuição, como gasolina, comida ou bebida, para atuar na sua equipe não era incomum dentro do futebol de várzea. César afirma que esse ato do atleta receber dinheiro para jogar faz parte da ‘várzea’:

Ela (a várzea) ainda é pra alguns uma fonte de renda, pra aqueles que jogam, que tem uma qualidade acima dos outros, é uma fonte de renda. É até hoje, tem cara que sai aqui pra fora (interior do Estado) pra jogar amador, pra ganhar 400, 500 pila, tem cara aqui dentro de Porto Alegre que vai ali de manhã e joga por 70, 80 (reais) por um time e vem de tarde aqui (na Liga dele) e joga por mais 50 por outro, e assim, tem cara que tá sobrevivendo da várzea ainda.

Apesar de ser característico do futebol de várzea, o problema do jogador receber uma ajuda financeira, conforme os meus informantes, era o fato dele querer jogar em várias equipes ou atuar naquela que oferecesse um maior auxílio. Dessa forma o atleta não ficava vinculado a um time e às vezes não aparecia para jogar no meio das competições. Ivan descreve: “Não é que a gente (presidentes de Ligas) era contra, a gente achava que os caras que jogavam bem eles acabavam prejudicando, aqueles digamos ‘craques’, diferenciados da várzea, na hora H eles prejudicavam uma ou outra equipe, então isso a gente achava errado”.

Praticamente todos os presidentes de Ligas que eu conversei defendiam que era incorreto o atleta jogar em várias equipes. Um dos motivos desse pensamento era porque esses jogadores no meio dos campeonatos das Ligas deixavam os times incompletos e, muitas vezes, impossibilitava-os de atuar, fazendo com que os organizadores das competições tivessem despesas desnecessárias. César explica:

Isso aí (jogador não aparecer para atuar) inclui tudo: inclui custo de arbitragem, inclui custo de premiação, e aí então o que a gente tinha? Tinha muito W.O., W.O. era toda hora, porque o cara vinha: ‘Ah não, esse time aqui tomou cinco, eu não vou jogar mais aqui, eu vou jogar lá’ e assim ia. E o número de inscrição é limitado, o cara não tinha como inscrever mais (jogadores). Aí claro que pra ele que ganha um dinheirinho dele era bom, mas pra quem organiza os campeonatos e pra quem organiza as praças, aí ficava ruim, isso aí é um comprometimento.

Além de prejudicar os presidentes de Ligas como organizadores das competições, outra razão que eles não aprovavam o episódio dos jogadores atuarem em várias equipes era porque muitos também eram dirigentes de times. Dos meus depoentes, somente um presidente

não coordenou uma equipe durante algum período em que esteve na direção da sua Liga. Vicente, presidente da Liga de Futebol do Parque do Nabuco, afirma:

A gente como dirigente não gosta porque a gente investe em jogador o tempo todo, aí o que acontece? Aí ele pode jogar em outra equipe no Municipal, pronto, perdi o jogador e em duas semanas eu não faço time, então por isso que a gente acha errado isso aí. Pro jogador ele quer porque, assim, ele vai jogar aqui hoje, amanhã ele tá jogando em outro time ali, aí chega sábado ele vem de um outro jogo que ele jogou de manhã pra jogar no meu time de tarde, aí tu diz: ‘Bá, lá vem o fulano, legal que chegou’, ele já vem cansado. Então esse tipo de coisa que acontece, por isso que era bom jogar em um lugar só, essa que é a nossa ideia.

Os presidentes de Ligas reclamavam da organização da SME pela falta do cumprimento do artigo do regulamento que proibia a participação de um jogador que já tivesse atuado por outra equipe. Apesar dessa regra estar registrada desde os primeiros regulamentos da competição, os organizadores do Municipal admitiram que não havia uma fiscalização rigorosa.

Fernando conta que os funcionários da Secretaria sabiam da existência dos jogadores que atuavam em vários times e em diversas Ligas e que esse acontecido ajudava as equipes a se classificarem pro Campeonato, ainda que eles não impedissem isso na fase regional. O professor conta que na segunda fase os times “tinham que manter 70 por cento dos mesmos jogadores (dos campeonatos das Ligas), que também nós não íamos ali contar se ele tinha mexido, feito uma seleção da Liga. Por que eu digo quem fizer isso o outro ano não tem time”.

Como as equipes já sabiam dessa flexibilidade por parte da organização do Campeonato, os dirigentes com mais poder aquisitivo começaram a ‘montar’ os seus times selecionando os melhores jogadores das competições das Ligas para disputar o Municipal. Telmo completa: “A gente não podia qualificar mais o time porque antes de começar o Campeonato os caras pegavam os jogadores bons, fazem de propósito, pagam, dão dinheiro, tem times assim que eles dão dinheiro e eu não dou”.

Desse modo, as equipes em que havia os jogadores pagos, aqueles com melhor desempenho nas partidas, eram as que mais possuíam condições de serem campeãs do Municipal. Ivan declarou: “Aí quando chegava na hora de dar de frente com equipes que eram montadas por quem pagava jogador [...] aí complicava. Aí quando chegava na hora de disputar, sempre dava eles”, indicando que os jogos da competição ficaram desproporcionais.

Conforme os meus colaboradores, além dessa mudança nas equipes, outra decorrência do crescimento do Campeonato foi a realização de fraudes por parte de alguns presidentes de Ligas. Esses dirigentes começaram a falsificar documentos que eram encaminhados para Secretaria referentes as suas competições, de acordo com o Ivan, “os caras pegavam e mudavam tudo que tava na súmula, não mandavam as punições conforme orientação pra lá”, entre outras adulterações.

Os professores da Coordenação de Futebol quando iam acompanhar as competições das Ligas começaram a perceber que alguns presidentes enviavam para a segunda fase do Campeonato mais equipes que o regulamento determinava. Ronaldo exemplifica: “às vezes nos mandavam quatro equipes classificadas, que se tu tivesse 12 (times participando da Liga) tu tinha direito a quatro (vagas). Ia lá acompanhar o campeonato e tinham oito, eles mandavam a metade”. Os presidentes forjavam times que não existiam para as suas competições conseguirem mais vagas para a fase municipal.

Outra prática que alguns presidentes de Ligas também utilizavam, comentada pelos meus depoentes, era simular competições que nem chegavam a ser concretizadas. O nome dado a esses campeonatos falsos era ‘Ligas fantasmas’, que segundo Myskiw (2012, p. 35), são aquelas “que não executavam as competições e, mesmo assim, conseguiam as vagas para *o municipal*”. Maurício conta:

Aconteceram vários casos, um cara lá numa Liga da zona norte, se tivesse tantas equipes classificava dois pro Municipal. Ele nem teve campeonato, ele montou, ele, a mulher dele, a filha dele montaram tudo, montaram súmulas. Pra dar mais credibilidade, veracidade, àquelas súmulas derramavam café, pra fazer de conta que era na beirada do campo que eles tavam fazendo né.

Paralelamente a esses episódios, dentro da Coordenação de Futebol foi criado um banco de dados, que conforme Ronaldo, “tinha como objetivo mapear, por exemplo, quantas pessoas que participavam dos eventos da Secretaria [...] Quantos mil atletas de futebol têm? Que idade eles têm?”. Fernando descreve que a ideia surgiu dele, principalmente para saber em quantas equipes e Ligas os jogadores atuavam e em quantas Ligas os times participavam, já que pelos cálculos da Secretaria havia uma média de 20, 25 mil atletas envolvidos com o Campeonato, mas com o banco de dados foi possível constatar que esse número era menor devido à circulação de equipes e jogadores.

O banco de dados funcionava assim: depois que as Ligas entregavam as fichas de inscrição das equipes classificadas para a segunda fase com os nomes dos jogadores, as informações contidas nelas eram passadas para o banco de dados. De acordo com o Fernando:

Vinha ficha e nós cruzávamos os dados, aí pega a tua ficha, tu traz a ficha da tua equipe, pego a ficha da minha equipe, a gente cruza ali. E às vezes aparecia (um jogador) em dois times, mas aí pelo que ele jogava primeiro, ele é daquele que jogou primeiro. Se a equipe usar um jogador que, por exemplo, na primeira fase a equipe dele se desclassificou e ele ia lá e se oferecia, porque podia inscrever até as quartas de finais, então ele entrava em outra equipe. Aí quando o outro cara usava (outro time inscrevia o mesmo jogador), nós descobríamos né, aí a equipe perde os pontos e tal, é punida, quem usar pela segunda vez o mesmo jogador, mas com o banco de dados tu podia fazer isso.

No final desse período, esse banco de dados “se transformou numa ferramenta de fiscalização, porque começou a ficar muito interessante o Campeonato né” como contou Ronaldo. Os presidentes de Ligas acreditavam que os organizadores do Municipal deveriam controlar os jogadores que atuavam em outras equipes e em outras Ligas, “então esse banco de dados aí começou a servir pra isso: ‘Ah, tu joga num (time), não joga noutro’ e aí começou esse controle maior”, segundo Ronaldo.

Nesse momento, os presidentes daquelas competições consideradas mais organizadas, e que normalmente são aquelas “localizadas nos bairros mais centrais da cidade”, conforme Maurício, começaram a cobrar uma fiscalização por parte da Secretaria desses jogadores e times que infringiam as regras. Ronaldo completa:

A Secretaria nunca quis exercer esse controle, quem pediu isso foram as próprias Ligas, em reunião, que começaram a nos cobrar: ‘Mas espera aí professor, o cara jogou em três times e agora tá na final do Campeonato no quinto time que ele tá jogando’. Então cada time que ia perdendo, eles iam pegando os caras. Aí diziam: ‘Não, vocês tem que controlar isso’. Bom, aí pegamos o banco de dados que não era pra isso e começamos a exercer um controle meio furado, porque é muito difícil tu fazer um banco de dados perfeito.

Maurício comenta que apesar desses presidentes das Ligas ‘mais organizadas’<sup>47</sup> serem os que exigiam essa inspeção, não significava que eles não fraudavam documentos também. O professor afirma:

A gente sabe que essas Ligas mais organizadas, também eles (os presidentes) mandam. Elas são tão organizadas que a ‘falcatruagem’ que, tirar o nome do jogador, eles tiram o nome do jogador lá e nos mandam sem o nome do cara. Eles são bem organizados que fazem isso, não digo todos, mas alguns fazem. Eles, tipo assim, um jogador jogou numa Liga lá organizada, na hora de ir pro Municipal lá nos registros da Liga não aparece o nome desse jogador. Se nós formos olhar se ele jogou numa outra Liga, vai aparecer que ele não

---

<sup>47</sup> Ligas ‘mais organizadas’ é uma expressão utilizada pelos meus colaboradores.



jogou, não aparece, ele some, pra jogar numa outra equipe. Então antigamente era assim, acontecia isso, os caras não botavam... Teve uma Liga que foi campeã lá da região com sete jogadores, claro jogou 30, mas eles botaram só que sete, então todos os outros 23 poderiam jogar em outras equipes.

Todas essas ações efetivadas por esses presidentes de Ligas demonstram que muitos possuíam o objetivo de aproveitar o Municipal para ganhar vantagem na sua competição, já que “essas Ligas foram ficando mais comerciais, de maior interesse econômico”, de acordo com Ronaldo. O professor assegura que dessa forma os dirigentes conseguiam ter o monopólio dos times e dos jogadores, se estes atuassem no seu campeonato, não poderiam jogar em mais nenhum.

Ronaldo acredita que os presidentes de Ligas queriam ter o domínio sobre as equipes que participavam, “porque essas Ligas elas tem todo um aspecto romântico e bacana né, que é propiciar que todas as pessoas participem, mas na verdade essas Ligas tinham interesse econômico, utilizando o Campeonato pra ganhar dinheiro em cima disso”. Não que os organizadores dessas competições ganhassem muito dinheiro, como contou o professor, mas além da arrecadação da taxa de inscrição das equipes, os dirigentes começaram a cobrar multas por cada cartão que o jogador recebia, por exemplo.

Os professores, que sempre acompanhavam os campeonatos das Ligas, quando conversavam com as equipes e os jogadores escutavam, algumas vezes, reclamações pela alta taxa de inscrição cobrada pelos presidentes. Apesar dos funcionários da SME comentarem que os dirigentes conseguiam apoio financeiro com a Liga, a maioria dos meus entrevistados que organizam essas competições desmentiu.

Praticamente todos os presidentes que eu conversei relataram que não ganham dinheiro com a sua Liga, somente um admitiu que possui lucros, mas não com as taxas adquiridas do campeonato e sim, com a venda de bebidas, ‘churrasquinhos’ e realizações de eventos. Os demais alegaram que todo o valor recebido das taxas de inscrição, no qual estão cobrando atualmente entre 250 a 500 reais por equipe, são revertidos para a premiação dos times e para a manutenção dos locais das partidas. Segundo Samuel, “a gente organiza mais porque a gente gosta mesmo né e o que é arrecadado a gente compra premiação, faz as melhorias, paga o pessoal que trabalha conosco, arbitragem, rapaz pra limpar”.

Alguns presidentes reconheceram que recolhem, além da taxa de inscrição e de arbitragem, uma taxa de manutenção das equipes no dia em que acontece a partida para auxiliar na conservação do campo ou na limpeza do vestiário. Também, alguns citaram que, em suas competições, há cobranças de multas para punir algum jogador ou dirigente de time

como, por exemplo: o jogador que recebeu cartão amarelo ou vermelho; o jogador que entrou sem camisa em campo ou a retirou durante a partida; e o dirigente que não compareceu à reunião da Liga.

Conforme o trabalho de Myskiw, Mariante Neto e Stigger (2010), que também foi realizada na várzea de Porto Alegre, “foi observado em campos nos quais o presidente da liga é o *dono da copa*”<sup>48</sup> (p. 6), de forma que havia dirigentes que complementava suas rendas vendendo bebidas durante as partidas de suas competições. Myskiw (2012, p. 139), quando acompanhou uma Liga na sua pesquisa etnográfica, constatou que o dirigente deste campeonato ganhava dinheiro a partir da sua capacidade “em criar espaços de divertimento (bares, campeonatos, festas) nos quais ele comercializava produtos, sobretudo bebidas para a rede de relações estabelecidas a partir do futebol”.

Além de alguns presidentes ‘fazerem renda’ com suas Ligas através das estratégias citadas acima, também foi verificado por Myskiw (2012, p. 164) que um dirigente ao cobrar multas por cartões “estava interessado no dinheiro que poderia arrecadar dos times”. De forma que, apesar de nas minhas entrevistas a maioria dos dirigentes não confirmarem a obtenção de lucro financeiro com a sua Liga, com uma análise ‘de dentro’ da configuração, foi possível constatar esse fato.

Independente de ganhar dinheiro com as competições, os presidentes das Ligas nesse período começaram a demonstrar interesse em participar com mais intensidade da organização do Campeonato, conforme relato de alguns colaboradores. Em vista disso, de acordo com o Ivan, em 2003 durante uma reunião que antecedia o Municipal entre os professores da SME e os presidentes, Pinha, o responsável da época de uma Liga da região central, pediu a palavra e solicitou aos organizadores do Campeonato que os dirigentes das Ligas ajudassem na elaboração da segunda fase da competição.

Pinha alegou que o regulamento da fase municipal era muito diferente daqueles utilizados nas competições da fase regional, ainda mais que cada Liga possuía o seu e, como descreveu Ivan, “no fim das contas era o mesmo campeonato, se tu começava um campeonato lá na origem de classificatória e depois vinha pra outro, era o mesmo campeonato”. O Gerente declarou que a partir do ano seguinte eles conversariam, já que o Campeonato daquele ano já havia sido organizado.

Ivan apontou que Pinha também convidou os demais presidentes de Ligas presentes naquela reunião a organizarem uma Associação das Ligas, para que os dirigentes pudessem

---

<sup>48</sup> Grifos do autor.

ter “mais força de reivindicação tanto de manutenção dos campos, de um apoio logístico, coisas assim, como da elaboração do Campeonato em si”. Segundo a narrativa de Renato, os presidentes estavam empenhados em se unirem para que pudessem “ter alguém que gestionasse junto ao Poder Público em nome das Ligas [...] porque o que acontecia é o seguinte: vinha muita coisa de cima pra baixo na época do Fernando na primeira gestão”.

Dessa forma, foi criada a Uniligas, uma Associação de presidentes de Ligas formada inicialmente pelo Pinha e mais cinco dirigentes que administravam as competições mais organizadas. Nas primeiras reuniões da Uniligas os presidentes já articulavam um modo para supervisionar os jogadores que atuavam em várias Ligas, sendo esse outro objetivo dessa Associação, tal qual afirmou Ivan.

No ano seguinte, Pinha, que era jornalista, foi convidado por Fernando para trabalhar na Gerência de Futebol. Conforme Ivan, “foi uma jogada inteligente do Fernando, vendo que tava crescendo uma oposição tanto inteligente, tanto articulada, chamando os principais dirigentes de Ligas, eu não sei se foi essa a intenção do Fernando, mas tudo indica que foi isso que aconteceu”. Sendo assim, em 2004 Renato assumiu a presidência da Uniligas e por mais que neste ano o Gerente permitiu a ajuda dos dirigentes, ela nunca saiu do papel, como relataram os meus depoentes.

As únicas atividades realizadas pela Uniligas foram durante as reuniões em que os presidentes eram chamados para ajudar na elaboração do regulamento da segunda fase do Campeonato, além da conquista de encontros mais periódicos com os professores da Gerência. De acordo com Maurício, os dirigentes da Uniligas se articulavam e iam às reuniões quase que impondo as normas do regulamento, visto que essas “Ligas mais organizadas têm mais o dom da palavra”. Renato confirma dizendo que anteriormente a esses encontros “nós fazíamos uma reunião da Uniligas e combinávamos os pontos que nos interessavam, o que nós queríamos, o que tava bom, o que não tava e tal e nós íamos unidos pra reunião”.

Essas últimas atuações dos presidentes das Ligas demonstram que nessa época iniciou uma movimentação no equilíbrio de poder entre a Secretaria e as Ligas de um modo que o nível de poder dessas competições foi aumentando. Com o potencial de poder maior das Ligas, os presidentes começaram a conduzir os movimentos da Gerência, conseguindo assim, a participação na organização do Campeonato.

Como os professores da Secretaria necessitavam desses dirigentes para coordenar as competições na primeira fase, eles aceitaram produzir o regulamento do Municipal em conjunto com os presidentes. Conforme Ronaldo citou: “Nós também precisávamos que eles fizessem o campeonato deles se não, não tinha time pra jogar [...] tem que ter alguém que faça

isso na verdade, por que se fez esse formato de campeonato? Porque nós não tínhamos pernas pra fazer”.

Por conta da grande visibilidade que o Campeonato adquiriu, o final desse período foi marcado, então, pelo aumento da teia de interdependência do Municipal que desencadeou em várias ações dos participantes da competição, entre elas: os jogadores atuarem em várias equipes; alguns presidentes de Ligas fraudando documentos, assim como outros exigindo fiscalização da Secretaria. Em consequência dessas atividades que estavam ocorrendo, os dirigentes das competições mais organizadas formaram a Uniligas e requisitaram à Gerência o seu ingresso na organização da segunda fase do Campeonato, fazendo oscilar o equilíbrio de poder entre ambas as instituições.

## **8 A TROCA DE GERENTE (2005 A 2010)**

O ano 2005 foi demarcado pela mudança mais marcante na história do Campeonato, relatada pelos meus colaboradores, momento em que houve uma troca do Governo Municipal, do Secretário de Esportes e do Gerente de Futebol. Nesse período ocorreram diversas modificações na organização do Municipal, sendo a principal delas a participação dos presidentes de Ligas na sua administração, ocasionando no aumento do nível de poder das Ligas mais organizadas.

As consequências relacionadas a essa oscilação no equilíbrio de poder entre as Ligas e a Gerência de Futebol nessa época foram diversas, entre elas: as Ligas e as equipes que continuaram participando da competição foram, a maioria, as mais organizadas; ocorreu a saída de professores da Gerência na edição de 2010; foram efetivadas alterações na estrutura do Campeonato, conduzindo a uma lógica esportiva diferente do que vinha ocorrendo durante todos esses anos. Nessas edições foram incluídos aspectos que aproximavam o Campeonato do futebol profissional, o que, apesar de ter ‘organizado’ o Municipal, ocasionou diversas divergências entre os envolvidos.

### **8.1 A PRESENÇA DAS LIGAS NA ORGANIZAÇÃO DO MUNICIPAL**

Em 2005 há uma troca no Governo Municipal, saindo o Partido dos Trabalhadores (PT) pela primeira vez em todo o Campeonato e iniciando a gestão do Partido Popular Socialista (PPS). Essa gestão foi do Prefeito José Fogaça (2005-2008 PPS) que se manteve até 2010 (2009-2010 PMDB). A partir dessa mudança na Prefeitura o cargo de Secretário Municipal de Esportes foi assumido pelo Vereador João Bosco Vaz, que convidou o professor Paulo, que já fazia parte do quadro da SME, para ser o Gerente de Futebol.

De acordo com os professores entrevistados, antes do Secretário convidar Paulo, o cargo de Gerente foi oferecido aos professores da Gerência de Futebol, mas “por motivos diversos assim, ninguém quis”, conforme Maurício. Desse modo, Paulo assumiu como Gerente e continuou com a mesma equipe de professores, saindo somente o Fernando e o Mario do setor, já que, segundo Fernando, tanto ele “quanto o professor Mario tinha muito a cara e o jeito da outra administração e ele (Secretário) queria dá uma nova coisa e aí ele também atribuiu um pouco a nós a questão da indisciplina, do aumento das brigas”.

O novo Gerente veio com uma nova forma de conduzir o Municipal devido a sua vivência de muitos anos na área da organização esportiva e na arbitragem do futebol

profissional. Paulo narra que “aos poucos nós (da Gerência) fomos organizando o Campeonato, nós fomos criando nos moldes, porque a minha origem é a Federação Gaúcha de Futebol como árbitro, então nós tínhamos uma filosofia de pensamento de um futebol organizado”.

Os dirigentes das Ligas que começaram a frequentar a Gerência de Futebol para auxiliar na organização do Municipal no final da gestão do PT continuaram a participar das reuniões nessa época, as quais passaram a ocorrer mensalmente e a serem chamadas de Conselho Arbitral. Segundo Ivan:

Ele (Paulo) queria a participação sim, ele queria o pessoal das Ligas, como já tava, ele disse: ‘Eu não vou mudar o que já está, se vocês tão se reunindo, se vocês querem participar da elaboração do Campeonato, ótimo, podem vir’. E o Bosco também político e tal né, gostava do futebol, tava envolvido em todo o setor do esporte de Porto Alegre: ‘Traz esse povo todo pra cá’, claro político quer gente na volta dele né. Foi ele que botou o Paulo lá e disse: ‘Cara, leva todos esses caras pra lá’”.

Dessa maneira, além dos professores da Gerência de Futebol dirigirem o Campeonato, consta nos regulamentos desse período que as “Ligas Amadoras constituídas” também faziam parte da sua coordenação. Com os presidentes das Ligas na organização do Municipal, as suas vontades eram expostas e, muitas vezes, aprovadas pelo Gerente, ainda que prevaleciam as sugestões dos presidentes das Ligas mais organizadas. Ivan assegura: “O Paulo comprou a ideia da Uniligas [...] ele comprou a ideia de fazer o Campeonato junto, trazer os representantes das Ligas pra dentro da Gerência de Futebol e ali organizar um campeonato inteiro, único, centralizado”.

Assim, a Gerência de Futebol, além de administrar a segunda fase do Municipal, começou a participar ativamente na organização das competições das Ligas. Segundo Ivan, “o Paulo passou a gerenciar o futebol de várzea de uma maneira ampla, ele passou a acompanhar todos os detalhes de todos os campeonatos, nós éramos obrigados a levar tudo pra lá, então ele colocou os olhos em todas as praças”.

Se no início do Campeonato os professores da Secretaria iam às reuniões das Ligas, nesse período “ao invés de fazer uma reunião na Liga com todas as equipes, chegou num ponto que ficaram tantas Ligas, tantas exigências e tanta coisa pra gente fazer que a gente começou a fazer reuniões na Prefeitura com o presidente da Liga”, como apontou Ronaldo. Dessa forma, se anteriormente os funcionários da SME iam às sedes das competições da fase

regional do Municipal ensinar a fazer o regulamento, nessa fase eram nessas reuniões com os presidentes que se deliberava o regulamento de todo o Campeonato.

Paulo alega que quando ele assumiu a Gerência “cada Liga tinha seu regulamento específico e isso a nosso juízo era um descritório porque você traz pra disputar um campeonato municipal equipes com origens diferentes, com regulamentos diferentes”. Então, uma das primeiras mudanças que o novo Gerente realizou na competição foi a criação do “regulamento geral” que, segundo Paulo, “era um só, a gente fazia o regulamento junto com as Ligas e esse regulamento passava a valer já na parte classificatória, no início da competição, lá nas Ligas”.

A criação do regulamento geral, de acordo com os meus depoentes, foi muito importante para os presidentes de Ligas, sendo seguido por alguns até os dias atuais. Segundo os dirigentes de Ligas que foram por mim entrevistados, nas competições da fase classificatória os organizadores poderiam colocar um adendo a este regulamento, mas desde que os itens que não interferissem no geral. Renato exemplifica: “o nosso é 95% o regulamento do Municipal, aprovado pelas Ligas em reunião, só pequenas mudanças aqui internas, administrativas nossas aqui que nós cobramos cartão vermelho, nós fazemos algumas coisas assim pra botar as coisas nos ‘trilhos”.

Para a elaboração do regulamento geral, havia reuniões desde o início do ano com os presidentes das Ligas, nas quais eles votavam sobre os artigos que iriam ser utilizados nas competições. Paulo complementa:

O Campeonato iniciava em março, a primeira reunião das Ligas era em janeiro, fevereiro, então a gente fazia duas ou três reuniões antes do início do Campeonato exatamente pra discutirmos artigo por artigo do regulamento do Campeonato. Então eu fazia um esboço do regulamento com a experiência que eu trazia da Federação, os artigos em todos os aspectos, disciplinar, de organização, de inscrição, enfim, um regulamento bastante amplo e era discutido artigo por artigo com todos os presidentes das Ligas.

Nessas reuniões que eram realizadas na SME, o primeiro assunto a ser debatido era o regulamento e, de acordo com Ivan, “a gente lia todo o regulamento e sugestões eram colocadas e votadas”. A maioria dos presidentes alegou que o Gerente não impunha as regras do Campeonato, mas que todas as deliberações “sempre foi em conjunto com as Ligas”, tal qual afirmou Osmar. Renato acrescenta: “todo mundo tinha direito a opinião, era meio exaustivo aquilo, porque ele nunca deixou de construir aquele negócio junto assim sabe”.

Outra modificação que ocorreu em 2005 devido à entrada do novo Gerente foi no nome da competição, passando a ser chamada de “Campeonato Municipal de Futebol Amador” até 2010. Essa troca da palavra ‘várzea’ para ‘amador’ foi explicada pelo Paulo:

Se você vai num dicionário e analisar o que é várzea, a impressão que fica é que é uma coisa esculhambada, então houve, isso foi discutido nas Ligas, houve a ideia no sentido de ficaria melhor Campeonato Municipal Amador né, pra descaracterizar exatamente o termo várzea. [...] A ideia do nome na realidade não foi minha, surgiu na Liga, agora não lembro de quem foi, surgiu na reunião de Ligas né, porque a reunião da Liga era o meu braço forte, tu entende. Se surgisse uma ideia e a ideia era boa, a gente levava pras Ligas, não importa se a ideia fosse minha e a ideia surgiu.

Os meus entrevistados confirmaram que a troca do nome do Municipal foi uma decisão aprovada pela maioria dos presidentes de Ligas e dos professores da Gerência que estavam presentes em um dos ‘Conselho Arbitral’. Ronaldo relata que nesse momento todos estavam querendo deixar o Campeonato mais organizado, e a “gente tirou o nome de ‘várzea’, porque ‘várzea’ também é usado como um termo pejorativo: ‘ah, isso aqui tá uma várzea’”.

Também, nessa época, foi determinado aos presidentes que eles realizassem um registro das suas Ligas em cartório com estatuto. Renato descreveu que esse cadastramento oficial foi solicitado em uma reunião da Gerência com os dirigentes “para se saber o tamanho exato do futebol de Porto Alegre”. Já Ivan afirmou que “quem exigiu isso foi o departamento jurídico da Secretaria de Esportes, eles exigiram isso porque eles não iam mais lidar com as pessoas tão desorganizadas, tão fora de um mínimo de organização e de responsabilidade jurídica”. Conforme Paulo, o objetivo desse registro era constituir:

Uma Liga legal, ter inclusive responsabilidades perante a justiça. [...] Acontece que aparecia alguém lá e dizia: ‘Olha o campeão da minha Liga é fulano de tal’, mas digo: ‘Mas cadê o campeonato? Onde é que tá a tabela dos jogos que vocês fizeram?’, ‘Não, mas nós não temos, extraviou’. Então eu não podia enquanto Gerente de futebol aceitar inscrição pra disputar o Campeonato alguém que não tinha origem que nós pretendíamos que tivesse, ou seja, uma origem com regulamento, a origem dessa equipe classificada teria que vir de um torneio realizado pela Liga com tabela, com arbitragem, uma coisa palpável.

A partir do regulamento de 2006 até o de 2010 do Municipal encontra-se registrado no primeiro artigo a data do prazo final para a legalização das Ligas de cada ano, sendo que “a Liga que não cumprir este prazo perderá o direito de ter representantes no Municipal”. Nas edições de 2005 e de 2006 do Campeonato a data limite era o dia 31 de dezembro para que as



Ligas pudessem enviar equipes para o ano seguinte, a partir da edição de 2007, o prazo era dia 29 de maio para que pudessem participar da competição do mesmo ano.

Essa exigência de registrar as Ligas em cartório, de acordo com alguns colaboradores, começou a excluir aquelas competições que possuíam mais dificuldades já que “tinham Ligas que não tinham condições até de pagar os custos do cartório, tem Ligas que não tiveram condições de participar”, conforme Maurício. Ivan narrou que alguns presidentes das Ligas mais organizadas se ofereceram para ajudar aos que precisassem, mas acredita que muitos nunca chegaram a realizar o registro. O dirigente ainda explicou:

A maioria realmente não tinha condições e talvez não tivessem as pessoas interessadas ou não quisessem. Talvez alguns não queriam dividir aquele pseudo poder que eles teriam de comandar uma Liga. [...] Mas eu entendo que alguns realmente não tinham condições de tocar sozinho e talvez não tenham conseguido se acercar ou talvez não tenham querido se acercar das pessoas certas pra fazer todo o procedimento que deveria ser feito, e realmente não era fácil, não era fácil.

Ivan conta que para constituir juridicamente as Ligas era necessário possuir no mínimo quatro ou seis dirigentes, por isso ele acha que alguns não quiseram compartilhar a liderança da competição. Além disso, a execução desse cadastro oficial não era simples, segundo o presidente: “a gente correu atrás, a gente gastou, olha dá uma mão de obra e realmente as pessoas com mais dificuldades que fizeram foram auxiliadas”.

Dessa forma, se em 2005 foram encontradas nos documentos da SME apontando para 43 Ligas envolvidas no Municipal, em 2006 esse número decaiu para 30 competições participantes e nos anos seguintes diminuíram para 28, 27, 25, finalizando com 26 Ligas em 2010, conforme os relatórios dessas edições. Paulo explica:

Havia 40 e poucas Ligas, mas na realidade era um grupo de pessoas que se reunia e dizia que era uma Liga. [...] Se reunia um grupo de pessoas, faziam um time aí esse time queria jogar contra outro time, chamava outro time e diziam: ‘Olha, lá nós temos uma Liga’ e eram três, quatro times que jogavam entre si, mas não havia nada concreto. Nós reduzimos, é verdade, a 27 Ligas porque foram as Ligas que conseguiram se cadastrar, ter uma ata de fundação, ser registrada em cartório.

Humberto afirma que Paulo começou a organizar o Campeonato, mas na ‘várzea’ “é a desorganização que impera. Tu chega lá e pede pro cara: ‘Tu faz isso, registra tua Liga, tu vai no cartório, faz isso, faz aquilo’, o cara vai ter que gastar [...] Pra organizar o Clube de futebol é fácil tu arrumar dinheiro, agora pra organizar a Liga, não”. Ronaldo comentou que nesse

período começou um ‘engessamento’ no Municipal, visto que para participar “tu tem que tá muito organizado, tem que tá muito profissionalizado, tu tem que tá muito tudo pra poder... se não tu tá excluído. Então se excluiu muita gente. Tinha que ter estatutos, tinha que ter aquele negócio de cartório...”.

Outro momento importante dessa época foi o aumento do controle da indisciplina no Campeonato que veio da filosofia do novo Gerente juntamente com o anseio dos presidentes das Ligas. Segundo Paulo, o Municipal seguiu dentro de um controle rígido já que ele “entendia que o Campeonato precisava ter um controle sobre os atletas indisciplinados, porque se você não colocasse um freio na indisciplina poderíamos correr o risco de não conseguir terminar os campeonatos”.

Para ajudar nessa fiscalização, houve a inclusão dos presidentes de Ligas na Comissão Disciplinar do Campeonato. No início de 2005 há uma solicitação da Gerência para o Secretário para a constituição de uma Comissão Disciplinar, de acordo com documento da Secretaria, “para julgar as ocorrências do Campeonato. Tal comissão, a nosso juízo deverá ser formada por representantes da SME e das Ligas”.

No final da gerência de Fernando já havia a participação de alguns dirigentes na Comissão Disciplinar, mas nesse período “ela foi criada por decreto do Prefeito, onde os nomes dessas pessoas eram publicados no Diário Oficial do Município. Era uma Comissão legal constituída pelo Prefeito da cidade”, conforme narrou Paulo. O professor também explicou que essa Comissão era formada:

Por representantes da Gerência e representante das Ligas, os nomes eram escolhidos nessa reunião das Ligas. A gente fazia, alguém indicava, nós colocávamos em votação na reunião das Ligas e elas acordavam: ‘Olha, eu quero ser um representante da Comissão’, botava em votação e assim que se formava, bem democrático. E normalmente se candidatavam aqueles presidentes de Ligas com maior facilidade de entendimento, maior conhecimento de Legislação Esportiva porque pra julgar a infração nós nos baseávamos no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, as pessoas tinham que conhecer né. Tipo assim, dar um pontapé no adversário o código estabelece de jogada violenta, jogada violenta é de uma a quatro partidas de suspensão, aí a gente julgava a forma como foi dado o pontapé, entende, e aí julgava se era uma, se eram duas, se eram três ou se eram quatro partidas, então era uma coisa bem legal.

No ano de 2006, 2007 e 2008 a composição da Comissão Disciplinar contou com quatro funcionários da SME e três presidentes das Ligas, como consta nos relatórios do Municipal. Já em 2009 e 2010 a Comissão continuou com quatro representantes da Secretaria, mas aumentou o número de dirigentes das Ligas, sendo cinco indicados nestas duas edições.

Maurício descreve que entre os funcionários da Secretaria que compunham a Comissão Disciplinar do Campeonato havia alguns que também pertenciam a Federação Gaúcha de Futebol ou que já havia sido árbitros. De modo que o árbitro passou a ser o “principal elemento num jogo de futebol, qualquer atitude contrária ao árbitro o cara era suspenso vários meses. E esses presidentes das Ligas também não queriam bagunça na beirada do campo e suspendiam, então assim, a pena era muito grande”, como relatou o professor.

Se nos anos anteriores constava no regulamento que o julgamento da Comissão Disciplinar era fundamentado no Código Brasileiro Disciplinar de Futebol (CBDF), mas não era cumprido, nessa época se inverte a situação, já que dessa vez o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) é rigorosamente seguido, ainda que sem constar no regulamento. A maioria dos presidentes das Ligas entrevistados aprovou essa conduta do novo Gerente, Ivan relata: "Isso era bom no lado do Paulo porque o CBJD não tem como mexer né, tu pegava um acontecimento lá na Liga, um caso de agressão, de ofensa e tal, tu julgava a luz do que tá escrito ali”.

A Comissão Disciplinar passou a julgar além dos casos disciplinares da fase municipal, a auxiliar também as Ligas na fase classificatória do Campeonato, como descreveu Maurício: “Se acontecesse alguma coisa na fase preliminar, a Liga mandava uma cartinha dizendo: ‘Olha, suspendemos o jogador tal’ aí vinha pra cá (Gerência). Se a Liga se apertasse lá na hora do julgamento, aqui a SME mesmo confirmava aquela situação da Liga”. Telmo complementa:

A gente (presidentes de Ligas) fazia um ofício em nome dos infratores, essas coisas, e passava pra eles lá (Gerência). Aí o que eles diziam? ‘Tudo que acontecer no campeonato de vocês, no primeiro semestre, nós estamos de olho, se o presidente da Liga não conseguir, a gente vai tomar providência. O atleta, as condutas das equipes também, a Liga tem que resolver’. Primeiro tem a Liga, aí se a Liga botar num ofício: ‘Nós não temos competência pra resolver esse assunto’, aí eles (Comissão Disciplinar) resolviam lá, eles têm equipe de jurados, votação, as coisas deles lá pro julgamento. Eu acho que isso aí foi muito bom, então eles nos vigiavam de lá e qualquer coisa que nós sentíssemos acuados, a gente ia lá neles.

Assim, a Comissão Disciplinar examinava os documentos de todas as competições da primeira fase que eram encaminhados para a Gerência, não atuando somente na segunda fase do Campeonato. Como descreveu Ivan, “ela (a Comissão) funcionava desde o início do ano enquanto rolava os campeonatos regionais, então nós tínhamos que julgar os casos dos campeonatos regionais e eles iam aos montes pra lá, os casos iam pra lá, dava trabalho”.

Para realizar os julgamentos das indisciplinas do Municipal, primeiramente as súmulas das partidas chegavam à Gerência de Futebol nas segundas-feiras e a Comissão Disciplinar se reunia todas às terças-feiras para analisá-las. Paulo contou: “Destá forma que a gente fazia, o jogador era expulso no domingo e na terça feira já era julgado, entende, já sabia quantos jogos ia ficar fora”. Ivan colabora:

Toda a súmula era aberta e examinada, tinha um jogador expulso na hora o Paulo pegava o telefone, ligava pro diretor de árbitro e pedia pra explicar o porquê da expulsão desse jogador, porquê a gente precisava aplicar a punição. [...] O Paulo passava toda segunda-feira olhando súmula por súmula, o estagiário fazia isso, qualquer coisa anotada ou qualquer coisa marcada era lida. Quando nós (membros da Comissão Disciplinar) chegávamos lá o Paulo tava com as súmulas grampeadas com o relatório. Toda súmula que tinha acontecimento, expulsão, ela tinha um relatório acoplado, o relato do que aconteceu no entendimento dele, relator.

Referente aos aspectos disciplinares que consta nos regulamentos dessas edições do Campeonato, ainda que permaneceram vários artigos dos anos anteriores, a modificação mais marcante foi a proibição da participação nas competições das Ligas, além dos campeonatos da Secretaria, quando a equipe ou o jogador fosse punido. Cito como exemplo o artigo 50 do regulamento de 2005: “A equipe que abandonar o Campeonato ficará excluída, em 2006, de todas as competições oficiais das Ligas e da SME”.

Outra alteração nos artigos disciplinares foi na suspensão automática que o jogador sofria ao receber um cartão vermelho, nesse período do Campeonato além do cartão vermelho, o atleta também seria suspenso se fosse advertido com três cartões amarelos. Ademais, foi adicionado o artigo: “O atleta suspenso terá direito a constituir defesa em julgamento, sendo que a falta de representante ou do próprio réu, implica em julgamento a revelia, sem direito de recurso”.

Segundo Samuel, “a Comissão Disciplinar era tipo um Tribunal que julgava os casos, as súmulas, as expulsões e punições e tal”, no qual as pessoas podiam chamar um advogado para se defender. Ronaldo relata:

Eu tive que me debater com advogados, os caras de terno e gravata, ‘olha isso aqui é uma Comissão Disciplinar interna de um campeonato, isso não é um... não é aqui’. ‘Então vou entrar na justiça’, ‘o senhor entra na justiça’. Teve um cara que veio cinco vezes falar comigo, como se eu fosse um promotor de justiça: ‘não sou ninguém cara, nós estamos organizando um campeonato, foi combinado que se o cara bater no juiz, ele fica um ano sem jogar e deu, isso é uma combinação interna, não é um processo judicial na justiça esportiva, não’, aí tem promotor, inclusive são caras que são

promotores, são juízes, são advogados mesmo, de verdade, que compõem um Tribunal né de Justiça Esportiva, mas nós não. O Paulo até isso criou né, no mesmo formato, só que eu era o juiz, ele era o promotor (risos).

Toda edição do Municipal, nesses anos, aumentava um ou outro aspecto disciplinar no regulamento, de acordo com Ivan: “todo o Campeonato tu te deparava com um ou mais fatores que não tava escrito, ‘e agora? Não tá no papel’, ‘vamos botar’ e a gente colocava. Porque às vezes tu não tinha como julgar e tu não tinha pra onde correr”. Prova disso é o artigo que condena a agressão física à arbitragem: primeiramente somente o agressor é punido e proibido de atuar na fase municipal, como consta no regulamento de 2005. Em 2009 o agressor não poderia competir nas Ligas também e em 2010 está registrado no regulamento que a violência ao árbitro por dois ou mais atletas ou dirigentes suspenderia todos que assinaram a súmula da partida.

Com essa rigidez no controle disciplinar, o banco de dados, que já estava sendo solicitado pelos presidentes das Ligas mais organizadas nos anos anteriores para vigiar os jogadores que estavam atuando em várias equipes e Ligas, começou a ser bastante utilizado nessa etapa do Municipal. Segundo os professores da Gerência, aumentou muito o trabalho deles nessa época por causa da conferência de dados, já que “nós tínhamos que cadastrar todas as equipes, nos dava um trabalho monstruoso, tudo pra exercer controle”, de acordo com o Ronaldo.

Os presidentes das Ligas gostaram dessa inspeção que a Gerência iniciou fortemente com o banco de dados, na qual após eles passarem as fichas de inscrições para a Gerência e os professores cadastrarem, “o programa ele era estabelecido pra quando aparecesse o mesmo nome e o mesmo RG (registro geral), ele acusar. Aí os dois dirigentes das Ligas eram informados: ‘Olha tu tem um jogador que tá jogando em outra Liga’”, como relatou Ivan. Telmo também comenta que esse processo foi muito útil para os presidentes, uma vez que:

Tudo ia pro banco de dados da Prefeitura, aí tem um jogador na minha Liga que tá punido dois anos, tu tá fazendo teu campeonato lá, aí eu te digo: ‘Ah fulano de tal jogou na Liga tal, esse cara fez isso, isso e aquilo, ele tá dois anos punidos’. Aí tu vai puxar na Secretaria, no banco de dados, sai tudo e eu achei muito bacana essa evolução que teve também de ir tudo pro banco de dados.

Desse modo, com essa fiscalização rigorosa dos professores da Gerência e da Comissão Disciplinar, a lista de punidos, que nas edições anteriores do Campeonato não havia passado de 105 nomes registrados por ano, em 2005 passou a contar com 861 punidos,

diminuindo nos anos seguintes, mas nunca com um número inferior a 287 por edição, conforme os documentos da SME. Ronaldo conta que era “uma listra astronômica [...] virou só em papel nosso trabalho, ficou só burocracia. E aí fazia uma lista de punidos que passava por ti, passava pro outro pra conferir bem e tal, o outro tinha que publicar na *internet* e aí tinha reunião pra julgar o recurso”.

Telmo descreve que todo ano no início das competições a Secretaria entregava a lista de punidos para os presidentes das Ligas, de modo que eles poderiam controlar: “então todas as Ligas pegavam (a lista), aí vinham pra minha Liga aqui todos os nomes. Aí já chegou cara aqui punido: ‘Como é que é teu nome? Da tua identidade aqui’, aí eu conferia”. Essa lista que passou a ser utilizada em todas as competições das Ligas também foi aprovada pela maioria dos presidentes entrevistados, como narrou Vicente, “eu acho que era justo, era justo, a pessoa fez, tem que pagar né”.

Os meus colaboradores alegaram que nessa fase a violência que vinha ocorrendo nas edições anteriores do Campeonato diminuiu, “os jogadores sabiam que se tivessem um comportamento violento, inadequado, estariam afastados do Campeonato. [...] E a lista era cumprida, jogador que estava naquela lista não jogava. Melhorou, mas olha, do dia pra noite”, de acordo com Paulo. Renato corrobora:

Com o Paulo deu uma melhoria assim de 200%, nós estávamos num regime de ‘terra de ninguém’, nós retomamos o controle. Chegamos a ter uma lista com 800 punidos, jogadores que queriam dar no árbitro, que faziam patifaria, que se agarrava ‘a soco’, fazia negócio e que não eram punidos anteriormente e com o Paulo tudo isso foi, ele tinha um controle rígido.

Em todas essas edições do Municipal, nota-se nos seus relatórios que o cumprimento das punições está presente nos aspectos positivos da competição, no qual a Comissão Disciplinar ganha destaque. Conforme esses relatórios, a partir do ano 2006: “A Comissão Disciplinar do Campeonato, mais uma vez, foi uma das principais responsáveis pelo bom andamento da competição”.

Paulo alega que a ideia do controle na disciplina foi elaborada juntamente com os dirigentes nas reuniões, uma vez que “as Ligas também, os presidentes das Ligas entendiam que devia ter sido feito dessa forma pra poder coibir, porque os presidentes das Ligas também encontravam uma certa dificuldade em conduzir os jogos lá nas Ligas, na fase regional”. Renato conta que os jogadores participantes das competições não queriam seguir o

regulamento, eles estavam sempre tentando burlá-lo e que “se a gente não impõem e não os pune, eles fazem o que eles bem entendem”.

Então, essa rigidez na disciplina e no regulamento auxiliava os presidentes das Ligas, pois, segundo Ivan, “a várzea é altamente insegura, tu não tem nenhuma garantia de que tu não vai tomar uma surra, então a gente entendia que quanto mais organizado fosse, pra nós seria melhor. [...] O que nos garante o controle da situação é o regulamento”. Os dirigentes defendiam que quanto mais rigoroso o regulamento, mais fácil seria a sua coordenação frente às equipes, assim como o amparo da Secretaria. Douglas, presidente da Liga de Futebol do Parque Burle Marx, justifica:

Quando a Secretaria segurava as broncas, era Secretaria, era mais fácil nessas partes que as Ligas acham dificuldade, por quê? Partiria da Secretaria e não da Liga, que agora que nem eles fazem a Liga é independente, quer dizer que a Liga é que tem que fazer, aí a primeira coisa vem a pressão, vem pra cima da gente, da Liga. Quando era com a Prefeitura, com a Secretaria lá: ‘olha eu não tenho nada que ver com isso, tá aqui a súmula, tá indo pra lá, a Secretaria que vai resolver o teu problema, eu aqui não posso fazer nada’. Aí tu tirava um pouquinho da reta.

Maurício descreve que a Gerência de Futebol geralmente apoiava as Ligas quando elas aplicavam as punições que aconteciam nas suas competições, “então as Liga mais organizadas se sentiam mais protegidas no tempo do Paulo”. Ivan confirma: “O respaldo que nós tínhamos pra manter a galera ali controlada, era: ‘qualquer coisa a gente leva pra Gerência’, como a punição. [...] No momento em que tira um pouco o respaldo da Gerência sobre o teu campeonato, o respeito cai um pouco”.

Como as deliberações do Municipal eram decididas em conjunto com os dirigentes de Ligas, é possível suspeitar que essa rigidez na competição originava principalmente dos presidentes, ainda mais que algumas sugestões surgiram deles, como relatou César: “a gente tentou de uma forma fazer uma coisa assim pra vincular mais os atletas junto às equipes. [...] Na realidade não foi dele (Paulo), na realidade essa ideia aí partiu de mim e outros dirigentes, a gente trocou uma ideia e botamos pra frente isso aí”. Vicente complementa afirmando que “nós criamos uma regra: o jogador jogar numa única praça”. Quando perguntei quem era o ‘nós’, Vicente garantiu que era a maioria dos dirigentes das Ligas.

Essas citações dos presidentes vão ao encontro do que o Ronaldo acredita: que esse controle intensificado no Municipal procedeu dos dirigentes, que já vinha desde o final da gestão do Fernando. O professor argumenta:

Tem coisas que não é o Paulo, começou com as Ligas engessando [...] com interesse de dominar: ‘Se tu esculhambar na minha Liga eu te mando lá pra Secretaria e tu não joga nem aqui nem no Parcão, nem na Redenção e não joga em lugar nenhum’. E não jogava mesmo, nós publicávamos na página da *internet* e todas as Ligas tinham aquela lista. Então o cara tava ali, o cara bagunçou na Liga do seu Pedro, lá no parque Chico Mendes, ele não jogava aqui na Redenção. Pô, tu imagina o poder que o cara tinha, era um poder de controle muito grande. O cara se inscreveu num time aqui no Parque Chico Mendes, deu W.O., não apareceu pra jogar, tá punido, ele não jogava mais em Porto Alegre em lugar nenhum. Então a quem interessava isso? Aos jogadores, as pessoas que estão ali pra se divertir? Não, interessava a quem tinha interesse em controlar, então esse controle partiu das Ligas. E aí o Paulo entra com essa mesma filosofia, aí fechou todas né, potencializou mais ainda isso aí.

Os presidentes que já vinham querendo possuir o domínio das equipes participantes nas edições anteriores do Campeonato, aproveitaram a entrada do novo Gerente para concretizar esse desejo. Ronaldo afirma que os dirigentes queriam esse controle porque “quanto mais fechado, mais regrado, mais apertado, mais na mão elas tinham as equipes, então ‘tu joga na minha Liga, tu não joga mais em lugar nenhum’”.

Durante as entrevistas com os presidentes de Ligas pude notar em algumas de suas falas o interesse nesse comando sob as equipes e jogadores. Percebi isso quando, por exemplo, Telmo comentou sobre o regulamento: “tu tem que tirar da ideia o que tu vai fazer pra ter os clubes mais ‘na mão’”. Em se tratando ainda do regulamento, Ivan argumentou que ele “passou a ser uma arma pros presidentes de Ligas”, no qual os jogadores encontravam-se atrelados às competições. E também, Osmar descreveu que para lidar com os times era necessário “ter o poder na mão [...] o futebol ele tem que ser tratado como trabalho, patrão e empregado, tem que ser dessa forma e fazer valer o regulamento”.

Nesse momento, Ronaldo comenta que o Campeonato, que iniciou da participação ativa da população, alterou o seu propósito original:

Ao invés de ser uma coisa assim, de nós potencializarmos o trabalho da comunidade, eles fazerem tudo, a coisa participativa e tal, acabou que a gente virou uma entidade organizadora como uma Federação, que não era esse o objetivo. O nosso objetivo era fazer uma coisa tipo OP: ‘O que tu quer na tua rua? Tu quer água, luz, etc.?’ , ‘Ah eu quero água, ah lá eu quero uma escola’, então vamos atender a comunidade. Acabou que nós nos transformamos numa entidade similar a uma Federação, mas não porque a gente, ‘ah vamos puxar tudo pra cá e vamos controlar’, não, eles pediram que isso acontecesse e a gente (da Gerência de Futebol) não se deu conta disso, no meu entender. A coisa pegou um rumo que não era... Ao invés da gente ir lá e participar com os caras, ajudar as Ligas e tal, nós viramos um órgão controlador.



Alguns presidentes de Ligas e o Paulo acreditam que o Campeonato nesses anos foi muito bem sucedido e o ex-Gerente afirma que “o nosso sucesso lá foi exatamente em função dessa parceria que nós realizamos, principalmente com as Ligas”. Acontece que as Ligas participantes dessa época foram as que conseguiram acompanhar o formato rígido que o Municipal havia se convertido, ainda mais que nas reuniões com a Gerência eram os presidentes daquelas Ligas mais organizadas quem expunham as suas ideias.

Apesar de a maior parte dos meus depoentes afirmarem que no Conselho Arbitral todos os presidentes eram escutados, percebi na fala dos dirigentes daquelas Ligas com mais dificuldades na administração das suas competições<sup>49</sup> que eles não expressavam as suas opiniões. Como exemplo, apresento duas citações desses presidentes: “quem menos fala em reunião sou eu, é muito difícil eu falar, eu só fico escutando, [...] só falo se pedem pra eu falar se não, eu não falo” (Telmo); “eu sempre fui mais de escutar e ver o que é certo e o que me servia né” (Osmar).

Dessa forma os dirigentes das Ligas mais organizadas dominavam as discussões do Conselho Arbitral e o que ocorria nessas reuniões era que “cada um (presidente) puxava pro seu lado”, conforme Humberto. Maurício ainda defende que as Ligas “organizadas queriam trabalhar só com as organizadas e os outros que caem fora. Se não tem condições de tá organizado, então cai fora”.

Quando perguntei aos presidentes se esse modelo inflexível do Municipal não excluía as Ligas com mais dificuldades, alguns responderam que era necessário que as competições possuíssem um mínimo de organização para que se acaso desse algum problema durante as partidas, a segurança da Liga era o regulamento. Já Renato respondeu: “vamos nivelar por baixo então? [...] Isso aí é o contrário do que tu diz, não é excludente, isso eleva, faz com que eles (presidentes com mais dificuldades) saiam daquela modorra, daquele estado de inércia e se elevem pra ficar a altura dos outros (mais organizados)”.

Dessa forma, esse período foi caracterizado pelo aumento do nível de poder dessas Ligas mais organizadas, já que elas começaram a dominar as reuniões da Gerência de Futebol e conseguiram orientar a organização do Municipal conforme os seus interesses. Ronaldo comenta sobre esse comando das Ligas:

Foi um processo inverso, a coisa era de baixo pra cima, começou a ficar de cima pra baixo e nós (da Gerência), nesse processo, inicialmente não nos demos conta. Nós achamos: ‘Não, os caras querem organizar, vamos fazer um negócio bem organizadinho, bacana e tal’. Até o Paulo acreditou nisso

---

<sup>49</sup> Conforme me informaram os meus colaboradores.

no início, mas depois ficou muito na cara que nós viramos reféns dos presidentes de Ligas, tu entendeu. Aí tu vai brigar com o cara do Parcão: ‘Não tá ruim a tua Liga’, mas ele tá aqui representando 15 equipes do Parcão, não sei quantas mil pessoas, o cara fica como poderoso, ele era o presidente da Liga, ele tinha o monopólio daquela região, daquela turma toda, tem mais ou a mesma influência que nós.

Se no final da gestão do Fernando já havia começado uma oscilação no equilíbrio de poder entre a Secretaria e as Ligas, no início dessas edições do Municipal esse movimento no equilíbrio de poder amplia entre essas instituições interdependentes. Durante esses anos os presidentes das competições mais organizadas eram quem possuíam maiores possibilidades para conduzir as ações da Gerência, assim como a direção que a configuração seguiu.

Os dirigentes das Ligas logo que conseguiram o consentimento do novo Gerente entraram fortemente na administração do Campeonato, participando das reuniões na Gerência e da elaboração da competição. Assim, em conjunto com os professores da Gerência realizaram algumas alterações no Municipal: a criação do regulamento geral, que valia desde a fase regional da competição; a mudança no nome do Campeonato, trocando a palavra ‘várzea’ para ‘amador’; a exigência do registro em cartório das Ligas, sendo excluídas várias Ligas que possuíam mais dificuldades de organização, a partir dos novos critérios.

Também nessa época os presidentes das Ligas mais organizadas participaram como membros da Comissão Disciplinar julgando os aspectos disciplinares das duas fases do Campeonato. Essa Comissão foi responsável pelo controle rígido da indisciplina na competição, na qual a lista de punidos aumentou consideravelmente e a violência diminuiu.

Essa participação ativa dos presidentes de Ligas na coordenação do Municipal foi aprovada por praticamente todos os dirigentes que eu entrevistei, eles afirmaram que a competição ficou mais organizada nessa etapa. Embora esses presidentes possuíam esse objetivo, foi possível observar que eles também tinham seus interesses próprios e se sentiam mais protegidos com a Gerência zelando as suas competições.

As Ligas mais organizadas, então, estando dentro da organização do Campeonato começaram a ter as suas sugestões escutadas e executadas nas reuniões da Gerência, ampliando o seu potencial de poder. O equilíbrio de poder entre as Ligas e a Gerência de Futebol oscila nesse período do Municipal, de modo que os presidentes das Ligas mais organizadas guiavam os movimentos da configuração como almejavam.

## 8.2 AS EQUIPES PARTICIPANTES

Essa mudança no equilíbrio de poder entre a Gerência de Futebol e as Ligas repercutiu bastante nas equipes participantes do Municipal, que durante essas edições ficaram com menor grau de poder dentro da configuração. Se antes a Gerência discutia os artigos do regulamento com os times, nessa época eles somente recebiam as normas prontas. Assim, a SME continuou oferecendo uma estrutura para as equipes a fim de dirigi-las ao cumprimento do regulamento.

Os Congressos Técnicos permaneceram durante esses anos do Campeonato, sendo realizados anteriormente ao início da fase municipal e durante esta fase com as equipes que se classificavam. Geralmente eram efetuados de três a quatro Congressos Técnicos por edição do Campeonato, conforme Paulo, para que em cada etapa, classificatória ou semifinal, por exemplo, fossem sorteadas as chaves em que os times ficariam e elaboradas as tabelas de jogos, como confirmam os documentos da Gerência.

Nesses Congressos, os professores levavam uma tabela planejada para a realização do sorteio das chaves. Esse sorteio seguia o critério de evitar colocar na mesma chave times da mesma Liga, assim como equipes consideradas ‘fortes’. Paulo explica:

Pra sortear o número um e o número dois da chave a gente pegava os campeões das Ligas. O campeão da Liga obrigatoriamente teria que assumir o número um ou número dois da chave, por que? Porque se tu foi campeão da Liga teoricamente tu é um time bom, então tu não pode colocar quatro campeões numa mesma chave e quatro vices na outra, ou então, terceiro e quarto lugar da Liga aí tu colocava todos eles juntos, aí ficava uma chave fraca.

Os Congressos Técnicos eram realizados somente com as equipes, sem a presença dos dirigentes de Ligas como nas edições passadas, e Paulo comenta que era indispensável que todos os times comparecessem “porque no Congresso Técnico a gente relembra artigo por artigo do regulamento do Campeonato”. Como nesse período do Municipal as Ligas também participavam da elaboração do regulamento, juntamente com a Secretaria elas conseguiam conduzir os movimentos das equipes para a direção que cobiçavam.

Ainda que as equipes já possuíam um menor nível de poder que a SME e as Ligas dentro da cadeia de interdependência do Campeonato, nesses anos ele diminuiu principalmente em relação às competições da primeira fase. Segundo Ronaldo, “as equipes ficaram reféns das Ligas”, de modo que os presidentes ajudaram a tornar rigoroso o regulamento e os times teriam que cumpri-lo ou, caso contrário, eles seriam punidos e excluídos de todas as competições.

Apesar do Paulo acreditar que “as equipes passaram a se organizar de uma forma mais contundente” nessa etapa do Municipal, ele assegura que houve também uma diminuição no número de times participantes. Conforme o ex-Gerente, “alguns times que não conseguiram acompanhar a organização acabaram ficando fora”. Maurício acrescenta afirmando “que as equipes que sobreviveram ao campeonato são as equipes que eram mais organizadas”, aquelas que possuíam maior poder aquisitivo e jogavam nas Ligas mais organizadas.

Dessa forma, os times passaram a exercer cada vez menos influência na organização do Campeonato devido ao seu pequeno grau de poder dentro da configuração. Ainda assim, a Gerência de Futebol continuou apresentando alguns mecanismos de controle para que as equipes seguissem cumprindo as regras da competição. Entre eles, encontra-se a ‘abertura oficial’, que prosseguiu nessas edições.

O evento de abertura na edição de 2005 ocorreu no parque Ramiro Souto, conforme documentos da SME, com as seguintes atividades: a apresentação do Campeonato; o hasteamento das bandeiras simultaneamente com o hino nacional tocado pela Brigada Militar; as palavras pronunciadas do Prefeito da cidade e do Secretário Adjunto da Secretaria de Esportes; e a partida inaugural entre duas equipes da categoria Livre, como foi nomeada a categoria Principal nessa época. A partir de 2006 consta nos registros da Gerência a realização da ‘abertura oficial’ no início da segunda fase do Municipal, mas sem a confirmação da ocorrência de uma solenidade similar a da edição de 2005.

O cerimonial de encerramento do Campeonato continuou ocorrendo nesse período, no qual seguia o determinado roteiro: primeiramente o locutor narrava algumas informações do Campeonato, os dados de cada edição, e apresentava as autoridades presentes, o Prefeito e o Secretário de Esportes; após, era realizada a partida final da competição; finalizando a cerimônia com a entrega da premiação, segundo os documentos adquiridos. Este evento de encerramento também permaneceu sendo realizado em estádios profissionais nesses anos.

Em 2005 as partidas finais das categorias Livre e Veterano aconteceram no Estádio Passo d’Areia do Esporte Clube São José, já em 2006 a cerimônia de encerramento do Municipal passou a ser no estádio Estrelão do Esporte Clube Cruzeiro<sup>50</sup> até o ano de 2009. Neste último ano somente a categoria Veterano realizou o cerimonial no “Estrelão”, na categoria Livre ele sucedeu no estádio Passo d’Areia, conforme documentos da Gerência de Futebol.

---

<sup>50</sup> O Esporte Clube Cruzeiro é um clube de futebol com a sede localizada atualmente na cidade de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul.

Em 2010 também se dividiram os locais das partidas finais do Campeonato: na série A das categorias Livre e Veterano o jogo ocorreu no estádio do Parque Esportivo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)<sup>51</sup>; na série B da categoria Livre foi no parque Ararigóia; e na série B da categoria Veterano, no Parcão (explicarei mais adiante sobre esta divisão das séries A e B). Esses novos lugares das cerimônias finais do Municipal demonstram que a cadeia de interdependência da competição continuava se ampliando durante essa etapa.

Durante o cerimonial, após a partida final, o Secretário de Esportes realizava um breve discurso e então ocorria a entrega da premiação para as equipes, de acordo com os documentos da Gerência. Nessas edições a quantidade de prêmios distribuídos diminuiu, permanecendo somente os troféus para o goleador, para o goleiro menos vazado e para as três equipes melhores colocadas, as medalhas para os jogadores destes times e os fardamentos para os atletas das equipes finalistas.

Se anteriormente a premiação oferecida na fase municipal era descrita no regulamento, a partir da edição de 2005 do Municipal encontra-se registrado no artigo da premiação: “Na 1ª. Etapa (Classificatória) cada Liga estabelecerá os prêmios que farão jus os vencedores. Na 2ª. Etapa (Municipal) a SME estabelecerá os referidos prêmios”. Paulo descreve que o decréscimo nos prêmios foi devido à dificuldade financeira que a Secretaria de Esportes possuía, “então a premiação era uma premiação, pelas características do Campeonato Municipal, assim um pouco fragilizada”.

Para conseguir melhores troféus para as equipes, a Gerência de Futebol buscava patrocinadores, de forma que eles continuaram a atuar na teia de interdependência refletindo nos demais atores da configuração. Paulo relata que conseguia auxílio por possuir contatos com as pessoas envolvidas com o futebol: “Nós conseguimos, através exatamente dessas relações que nós tínhamos na área do futebol, buscar patrocínio. Não apenas troféus pra premiação, mas pra arbitragem muitas vezes, enfim o que precisasse a gente buscava”.

O número de patrocinadores aumentou em relação aos anos anteriores do Municipal, ainda que modificando um ou outro em cada edição neste período. Em relação a essas trocas de empresas que apoiavam a competição Paulo conta que “isso é normal, o faturamento das empresas anualmente muda né”, então quando ele e os outros professores pediam auxílio e não conseguiam, já procuravam um outro parceiro.

---

<sup>51</sup> Instituição de ensino superior privada localizada nas cidades de Porto Alegre e Viamão.

Em 2005 os patrocinadores foram: as empresas Palácio dos Esportes/Lusbal, participando até a edição de 2008; Verano Artigos Esportivos, a Unimed Porto Alegre e o jornal A Voz do Amador, estes permanecendo até 2010; o clube de futebol São José, nessa e na edição de 2009; e a Brigada Militar, que continuou apoiando durante todos esses anos. No ano seguinte, as empresas Multisom, Brasil Telecom, Casa de Carnes Moacir e Mac's Áureo patrocinaram a competição juntamente com o clube de futebol Cruzeiro, que perdurou até a edição de 2009, e a Federação Gaúcha de Futebol, esta última ficando até 2010 no auxílio da competição.

Em 2008 entrou a loja Piazza como patrocinador, em 2009 o Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul (SAFERGS) iniciou a assistência ao Campeonato (até a edição seguinte), e em 2010 o jornal Diário Gaúcho também apoiou a competição. Nessa época do Municipal as partidas finais não foram mais transmitidas pela televisão, ainda que constava no projeto comercial de 2005. No relatório deste ano e das edições seguintes não foi mais mencionado o recurso da transmissão pela televisão ou rádio.

Mesmo que o Campeonato durante esses anos contou com um menor número de premiação e os jogos finais não foram mais televisionados, ele continuou sendo visado nessa época pelas equipes. Mesmo assim, pela rigidez nas normas da competição as equipes que conseguiram continuar participando, assim como as Ligas, foram na sua grande parte as que foram capazes de obedecer às novas exigências, o que ocorreu também, devido à diminuição no nível de poder dos times.

### 8.3 AS RELAÇÕES DENTRO DA GERÊNCIA

As mudanças de gestores na Secretaria de Esportes e a forma como foi administrado o Municipal nesse período ocasionaram alguns conflitos entre os professores e o novo Gerente. Os professores não concordavam com o excesso de controle que estava sendo realizado na competição, assim como o demasiado tempo investido nela enquanto os outros projetos recebiam cada vez menos atenção.

Em relação aos órgãos administradores da Secretaria Municipal de Esportes, nesses anos a Gerência de Futebol foi quem ficou com o comando do Municipal, ainda que com auxílio de outros departamentos. Informação que pode ser confirmada nos relatórios da competição: “A equipe da Gerência de Futebol, que com o apoio dos demais setores da SME teve a responsabilidade de promover, organizar e coordenar o campeonato deste ano”.

Para a organização dos diversos projetos que a Gerência de Futebol coordenava e principalmente para resolver algumas questões do Municipal, todas as segundas-feiras à tarde havia reuniões com os professores, como indicou Paulo. Nessas reuniões, segundo o ex-Gerente, era realizado “o plano de trabalho da semana dos professores e funcionava. [...] O que a gente planejava na segunda-feira, acontecia no decorrer da semana”. Nos outros dias da semana os professores se dividiam entre visitar os locais onde ocorriam os projetos e estar na Gerência de Futebol para atender as pessoas que iam solicitar informações.

A relação que Paulo possuía com os professores, de acordo com Maurício, “era mais de cima pra baixo assim, por mais que ele diga assim: ‘Não, era uma equipe e tal’, hierarquicamente ele era o Gerente de Futebol, partia dele as coisas”. Ronaldo concorda afirmando que as propostas do Municipal não eram discutidas com os demais funcionários da Gerência, mas que as decisões procediam dele e principalmente dos presidentes das Ligas.

Nos anos de 2006 a 2009 consta nos relatórios destas edições do Campeonato a atuação, além do Gerente, de cinco professores na organização da competição, contando ainda com uma média de dois estagiários durante esses anos. Em 2010 esse número de professores se altera, constando no relatório a presença de um professor, um funcionário e três estagiários. Essa diminuição de professores se deu devido a um afastamento dos professores da Gerência de Futebol neste último ano, já que aconteceram alguns desentendimentos entre eles e Paulo.

A mudança de Gerente e a continuação dos mesmos professores na Gerência acarretou em algumas divergências de opiniões entre eles. Como relatou Paulo, “houve desentendimentos lá na Gerência de Futebol exatamente por filosofias diferentes de entendimentos de como o Campeonato deveria ser conduzido”. Um dos exemplos citados pelo ex-Gerente foi em relação à introdução do controle dos cartões amarelos que os professores defendiam que não era necessário e que nunca havia sido realizado no Campeonato.

Outra resistência dos professores foi em relação ao aumento do trabalho em relação às demandas do Municipal, mas que era principalmente para fiscalizar os jogadores da competição. De acordo com o Ronaldo “nós éramos lá quatro, cinco professores pra atender a cidade inteira né, então tu imagina que a gente passava a maior parte do tempo exercendo controles: ‘Quantos cartões amarelos?’ Se o cara jogou em dois, três times”. Esse trabalho todo ocorria dentro da Gerência de modo que eles não conseguiam mais fazer as visitas que realizavam às comunidades.

Os professores também afirmaram que Paulo dava preferência para o Campeonato e o trabalho realizado por eles na maior parte do tempo era em função da competição, deixando os outros projetos um pouco de lado. Maurício explica:

O Campeonato ficou difícil o controle porque, por exemplo, quando as equipes se inscreviam dava uma relação lá de 20 inscritos, nós tínhamos que pegar cada nome do atleta, alfabeticamente pegar o nome do cara e olhar na lista ver se aquele atleta não tava suspenso. Então assim, aí tu multiplica por 48 equipes, por 50 equipes, então dava um trabalho muito grande. Então assim, o número de pessoas que era envolvida na várzea na Gerência era muito grande né, o trabalho era muito grande em função só da várzea e a Gerência de Futebol é muito maior, tem uma série de outros projetos que eram relegados a um segundo plano.

Dessa forma, Ronaldo narrou que “a gente muitas vezes teve discussões lá com ele de não aceitar certas coisas e outras aceitar. [...] Teve muitos conflitos”. Com isso, quando mudou o Secretário, ingressando José Edgar Meurer em 2009, o professor e seus colegas foram até ele e pediram para não trabalhar mais com o Gerente. Ronaldo descreve:

Teve um período que eu me retirei e os colegas todos, éramos cinco, nós cinco resolvemos que nós não iríamos mais trabalhar com ele na Gerência de Futebol. Fomos até o Secretário, Edgar, e avisamos. O Paulo era uma pessoa muito difícil de trabalhar, como profissional ele tinha muitas qualidades, ele era muito organizado e tal, mas era uma pessoa bem difícil. [...] Ele ficou na mão desse fórum dos presidentes de Ligas, se perdeu tanto que nós pedimos pra sair. Eu pedi pra sair: ‘Não, eu não brinco mais’ e aí todo mundo: ‘Não, nós também não’. Aí o que aconteceu? Ficamos um período nós tratando de todos os outros projetos da Gerência e ele ficou com o Municipal.

Assim, no final dessa época há um rompimento na cadeia de interdependência da configuração com a saída dos professores, visto que eles foram trabalhar em outros projetos, saindo da gestão do Campeonato. Mesmo com esse rompimento entre os professores e o Gerente, a organização da competição não sofreu alterações. Esse fato ocorreu devido ao Gerente possuir um maior nível de poder dentro da administração do Municipal, conseguindo manter a sua estrutura como ele, juntamente com os presidentes de Ligas, acreditava ser a correta.

#### 8.4 AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DA SEGUNDA FASE

Nesse período, houve diversas mudanças na organização da segunda fase do Campeonato devido à entrada do novo Gerente na Gerência de Futebol e do aumento do nível de poder das Ligas mais organizadas. Algumas delas já foram mencionadas no início deste capítulo, neste tópico descrevo algumas das outras alterações que ocorreram nas regras da competição nesse período.



As modificações nas categorias do Campeonato foram pequenas, na qual permaneceram as categorias: Veterano e Principal, nesta etapa chamada categoria Livre Masculino, a Feminino Livre e as do campeonato Varzinha, Infantil e Mirim. As alterações referentes às categorias foram a inclusão em 2005 da Pré-mirim no Varzinha e a saída da Juvenil nesse mesmo ano.

Em 2009 as categorias Livre e Veterano foram disputadas em duas séries cada para deixar mais equilibrado o Campeonato, como consta no projeto comercial da competição desta edição: “Neste ano, como forma de valorizar e qualificar ainda mais o campeonato, as equipes (em ambas as categorias) serão divididas em dois grupos (séries): Série A e Série B”. Paulo conta que essa divisão foi realizada já que existia “muitas equipes e havia uma certa disparidade das equipes, então, isso tudo foi definido em reunião das Ligas né, pra ter mais equilíbrio, jogos mais emocionantes, ficou bem legal”.

Como já havia relatado, vou continuar trazendo dados somente das categorias Livre e Veterano por serem tratadas como as principais da competição pelos meus colaboradores. Para demonstrar a quantidade de equipes e jogadores participantes dessas duas categorias nessas edições do Municipal, ilustro com a tabela abaixo:

**Tabela 5 - Estatísticas do Municipal de 2005 a 2010**

<i>Edição</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Número de equipes Livre	75	58	54	59	54	58
Número de jogadores Livre	1875	1450	1350	930	1670	1624
Número de equipes Veterano	30	26	32	32	31	31
Número de jogadores Veterano	750	650	800	960	1050	868

Fonte: Informações conseguidas nos relatórios da Gerência de Futebol.

Em comparação com os anos anteriores, nota-se um aumento considerável no número de jogadores e de equipes na categoria Livre. Acredito que esse episódio aconteceu visto que o critério de participação se alterou a partir da edição de 2005 (falarei sobre isto em seguida), havendo mais vagas para os representantes das Ligas. Na categoria Veterano essa situação se inverte: baixando a quantidade de times envolvidos em todos os anos e de atletas participantes de 2005 a 2007.

Nessas edições, o número de equipes envolvidas se manteve similar em ambas as categorias, exceto na categoria Livre da edição de 2005. Destaco aqui a diminuição na quantidade de times e atletas, principalmente na categoria Livre, do ano 2005 para 2006. Esse

fato se deu devido ao menor número de Ligas participantes nesta última edição, e consequentemente menos representantes enviados para o Municipal, assim como o trabalho rigoroso da Comissão Disciplinar que puniu muitas equipes e jogadores na edição de 2005, conforme Maurício.

Em relação ao número de jogadores das edições seguintes, os números se diferem ao decorrer dos anos. Enquanto na categoria Veterano a quantidade de jogadores vai crescendo até a edição de 2009 do Municipal, na categoria Livre há um decréscimo de atletas até 2008, alterando esse quadro em 2009 e voltando a diminuir em 2010. Essa diminuição no número de jogadores da categoria Livre ao passar das edições do Campeonato também foi justificada pelas diversas punições sofridas por eles, conforme os meus colaboradores indicaram.

Nessa época do Campeonato não foi possível encontrar as estatísticas referentes aos espectadores que acompanhavam os jogos e ao público das partidas finais. Mesmo assim, através dessa tabela é possível analisar que – no que se refere ao número de equipes e jogadores - a cadeia de interdependência da competição encontrava-se extensa, entretanto não esquecendo que as equipes que permaneceram nessa etapa foram as mais organizadas, dentro dos novos critérios.

Sobre as modificações no modo como o Campeonato foi administrado, primeiramente destaco a duração da competição na fase municipal que passou a ocorrer no período de três meses, iniciando final de agosto ou início de setembro nesses anos, como consta nos relatórios da SME. Esse aumento na duração da segunda fase do Municipal provavelmente está relacionado ao acréscimo na quantidade de partidas dessa época, pois se a média do número de partidas entre os anos 1998 a 2004 eram 80 jogos por edição na categoria Livre e 67 jogos na categoria Veterano, nas edições de 2005 a 2010 a média ficou em 173 partidas por ano na categoria Livre e 94, na Veterano.

Os campos para a realização das partidas da segunda fase do Campeonato também sofreram alterações, aumentando a quantidade de locais utilizados – consta nos relatórios uma média de 15 campos por edição. Ademais, foi adotado um novo método de escolha para os lugares dos jogos da competição: a regionalização dos campos, de um modo que as partidas abrangessem várias regiões da cidade. De acordo com o Paulo:

Nós analisávamos em primeiro lugar as condições dos campos e em segundo lugar a regionalização dos jogos, porque se os campos principais estavam centralizados, por exemplo, aqui no centro da capital, nós não podíamos fazer só no centro, porque a zona sul precisava. Então a gente contemplava assim um campo na zona sul, um campo na zona leste, um na zona norte, outro aqui no Parcão, mas sempre priorizava as condições técnicas.

De fato, é possível observar nos relatórios do Municipal a variedade de regiões em que os jogos da segunda fase da competição eram realizados: Noroeste, Medianeira, Partenon, Norte, Sul, Extremo Sul, Lomba do Pinheiro, Parque dos Maias e Centro, esta última ainda sendo o local mais utilizado para as partidas. Além dessa divisão dos jogos por região, houve também a criação de um rodízio de campos para que as equipes participantes em cada jogo atuassem em campos diferentes.

O rodízio dos campos foi elaborado, segundo Paulo, “pra dar oportunidade das comunidades se conhecerem, socializar ideias, socializar locais, entende, era uma forma de desenvolvimento do futebol”. Esse rodízio também seguia o critério dos jogos serem realizados em regiões próximas, ou seja, se as equipes jogassem a primeira partida na zona sul, as outras não seriam em campos da zona norte, por exemplo. Paulo explica como funcionava a escolha dos locais dos jogos:

A gente levava isso pro sorteio, só que quando a gente ia pro sorteio já ia com a tabela pronta: bom o número um da chave A vai jogar na Redenção, Parcão, Alim Pedro e Mascarenhas de Moraes, era só aqui (campos de regiões próximas). Bom, a chave dois: o número um da chave dois joga Redenção, Tristeza, Lomba do Pinheiro e Partenon, entende, não era deslocamento extremo, a gente fazia uma regionalização dos campos, embora fosse rodízio.

Referente aos dias em que as partidas da fase municipal aconteciam nesses anos, elas continuaram sendo efetuadas aos domingos na categoria Livre e aos sábados na categoria Veteranos, conforme os projetos do Campeonato dessas edições. Nos anos anteriores da competição, os dias e os horários dos jogos constavam no regulamento, a partir de 2005 essa informação foi retirada das regras do Municipal. Assim como os dias da semana em que ocorriam as partidas, o tempo de duração delas também permaneceu o mesmo nas categorias Livre e Veterano nessa época, tais quais os regulamentos da competição.

Outra mudança ocorrida na administração do Campeonato foi relacionada à fórmula de disputa dos jogos desse período, ficando mais elaborada e ocasionando um maior número de jogos na competição. Na edição de 2005 a categoria Livre foi dividida em várias etapas, tal qual documento da SME: primeiramente as equipes eram distribuídas em dez chaves mediante sorteio, jogando todos os times contra todos dentro da mesma chave, classificando os dois primeiros colocados de cada chave; após, eram formadas quatro chaves com cinco equipes também disputando entre elas até classificarem o primeiro de cada; em seguida eram

constituídas duas chaves de duas equipes no qual era realizada uma partida em cada chave; no final, os perdedores desta última etapa disputavam o terceiro lugar e os vencedores participavam das ‘finais’.

Na edição de 2005 da categoria Veterano, conforme documentos da Gerência, primeiro era realizado um sorteio entre as equipes para distribuí-las em quatro chaves, na qual jogavam todas contra todas dentro da mesma chave até que classificavam os dois primeiros colocados de cada. Após, eram formadas duas chaves com quatro times, disputando entre eles na mesma chave e passando para a etapa seguinte os dois melhores posicionados de cada. Depois, eram compostas duas chaves com duas equipes, seguindo os mesmos critérios da categoria Livre até as partidas ‘finais’.

No ano seguinte não encontrei nenhum documento que se referia à fórmula de disputa desta edição, já que esta informação também havia sido removida do regulamento nessa época. Em 2007, a fórmula de disputa mudou em relação a 2005 em ambas as categorias, na Livre: as equipes eram divididas em chaves de quatro times, na qual todas disputavam entre eles na mesma chave até ficarem os dois primeiros colocados de cada e os melhores terceiros até completar 32 equipes; na próxima etapa, os times eram divididos em oito chaves com o mesmo funcionamento, classificando os dois melhores posicionados de cada chave; depois, eram realizadas oito chaves com duas equipes com uma partida que definia quem passava para outra etapa; nas quartas de final eram constituídas quatro chaves com duas equipes e o vencedor de cada jogo passava para outra etapa que eram as semifinais, duas chaves com duas equipes e as finais, na qual os perdedores da última etapa disputavam o terceiro lugar e os vencedores, o primeiro.

Já na categoria Veterano, as equipes começavam formando chaves de quatro times disputando entre eles até se classificarem os dois primeiros colocados de cada chave e os melhores terceiros até completarem 16 equipes. Nas oitavas de final, eram formadas quatro chaves com quatro times jogando entre eles até passarem os dois melhores de cada. Nas quartas de final: duas chaves com quatro equipes, os dois primeiros de cada chave passavam para a etapa seguinte que eram as semifinais e funcionava igualmente a categoria Livre, de acordo com documentos da Secretaria de Esportes.

Nos anos seguintes não foram localizados documentos que abordassem a fórmula de disputa dessas edições, entretanto com os modelos que trouxe de duas edições é possível perceber o quão confuso o sistema de disputas entre as equipes se tornou em relação aos anos anteriores. A partir do ano 2009, com a divisão em duas séries em cada categoria, é possível imaginar que aumentou ainda mais a complexidade da fórmula de disputa.

Em se tratando das equipes participantes da fase municipal, na edição de 2005 do Campeonato foi estabelecido que seriam as classificadas das Ligas em ambas as categorias seguindo o critério: as competições que possuíam até seis equipes participantes poderiam enviar um time; aquelas com sete até dez equipes, encaminhavam dois representantes; e as Ligas que possuíam acima de dez times, três representantes. A partir da edição de 2008 há uma modificação nesse padrão: as Ligas com sete até nove equipes poderiam enviar dois classificados, assim como acima de nove times mandavam três representantes, perseverando desse modo até a edição de 2010, conforme os regulamentos da Gerência.

Para compor as equipes, houve algumas alterações no Campeonato: na edição de 2005 apesar de ser vetada a participação do jogador em duas equipes na fase classificatória, na fase municipal aquele que estivesse inscrito em dois ou mais times poderia optar por um, sendo permitida a sua substituição na inscrição, como aponta o regulamento deste ano. Já no ano seguinte, o atleta que assinasse a súmula por duas ou mais equipes em ambas as fases seria eliminado da competição, permanecendo esta regra nas edições posteriores. Foi acrescido nas normas de 2007 a proibição, além da segunda fase, também nos campeonatos promovidos pelas Ligas e pela SME, como registrado nos regulamentos.

As outras diferenças dos anos anteriores: a partir da edição de 2006 as equipes que permitissem jogadores que já havia atuado em outros times perderiam seis pontos na tabela de classificação, não sendo mais eliminadas como nas edições passadas. Além disso, desde 2005 as equipes poderiam inscrever até três, e depois da edição de 2007 até cinco, novos atletas que participaram de equipes da própria Liga que não foram classificadas para a fase municipal, conforme os regulamentos.

A idade determinada para os participantes das equipes disputarem o Municipal na categoria Veterano também é alterada nesse período, aumentando a idade mínima de 35 para 38 anos, ainda que os times poderiam inscrever até cinco jogadores que possuíssem de 35 a 37 anos, tais quais os regulamentos da competição. Já a idade estabelecida na categoria Livre permaneceu a mesma: o jogador deveria possuir a mínima de 16 anos.

Apesar de que na edição de 2005 os atletas só pudessem jogar em uma categoria do Campeonato, no ano seguinte foi determinado que eles poderiam atuar em duas, “desde que seja na mesma equipe e na mesma Liga”, como aponta os regulamentos. Praticamente o único artigo conservado do regulamento relacionado à composição das equipes nestas edições que foi este: “Todo jogador que possuir contrato vigente com clube filiado à Federação Gaúcha de Futebol ou à C.B.F., não poderá participar do Campeonato”, de acordo com os regulamentos destes anos.

Em se tratando da arbitragem, a sua contratação para a segunda fase do Campeonato continuou pelo processo de licitação nessa época, no qual Paulo assegurou que o pessoal da Gerência de Futebol não se envolvia. A partir do momento em que passavam o nome da empresa vencedora para a Gerência era quando começava o contato com ela, no qual o Gerente estabelecia algumas normas com o responsável pela empresa.

Paulo afirmou que realizava reuniões anteriormente ao início da fase municipal com os árbitros para explicar o funcionamento da competição e também exigir que eles não se atrasassem para as partidas, pois conforme o ex-Gerente, “os árbitros muitas vezes, como os times, chegavam atrasados. Essa foi a grande diferença do Campeonato: um campeonato que não tava organizado passamos a fazer um campeonato organizado”. Paulo garantiu que os árbitros se adequaram a esse novo formato do Campeonato, até porque aqueles não chegassem aos jogos no horário marcado, eram impedidos de apitar.

Esse período, então, foi caracterizado pelas maiores mudanças realizadas na coordenação da segunda fase do Campeonato, visto que as ideias surgiram do novo Gerente e dos presidentes das Ligas mais organizadas. Entre as alterações na organização da competição, destacam-se: a divisão em duas séries nas categorias Livre e Veterano, regionalização dos campos, o aumento na duração da competição, assim como no número de jogos e a fórmula de disputa.

## 8.5 A LÓGICA ESPORTIVA NO PERÍODO DA GERÊNCIA DE PAULO

Nesse período, os meus colaboradores comentaram que o Campeonato começou a possuir várias similaridades ao futebol profissional e, de acordo com Maurício, “no período do Paulo (a competição) saiu da várzea e foi pra um, a gente chamava entre nós, chamávamos como se fosse uma ‘Federaçãozinha’ aqui”. Ronaldo confirma essa afirmação justificando que era o “formato que ele (Paulo) tava acostumado a trabalhar [...] se transformou numa Federação que é da onde ele veio, tu entende, ele veio do alto rendimento, ele era um árbitro de futebol profissional da Federação Gaúcha de Futebol, é o que ele sabe fazer”.

Se nos regulamentos das edições anteriores do Municipal havia um artigo que constava: “Os jogos transcorrerão dentro das Regras Oficiais de Futebol de Campo e o que dispuser os regulamentos específicos”, a partir de 2006 as regras além de seguir as ‘oficiais de futebol de campo’ e do próprio regulamento, também deveriam cumprir as “normas da Federação Gaúcha de Futebol, C.B.F., F.I.F.A”. Paulo comenta que a modificação desse artigo possuía uma finalidade:

Porque alguma coisa podia fugir do regulamento que nós estávamos elaborando e aí o que fazer? Não, aí nós vamos seguir o que a FIFA diz. Nenhum caso fugiu do nosso regulamento, na realidade aquilo ali foi uma forma da Gerência se preservar do Campeonato. Porque assim, é uma forma de se precaver num caso omissivo, por exemplo, de como resolver. Se precisasse você buscaria lá na FIFA, na CBF, na Federação que aí seria o limite máximo.

De um lado, essa mudança na estrutura do Campeonato foi bem vista pelos envolvidos, exemplifico com descrições de alguns presidentes de Ligas: “Nós achamos naquele momento que era interessante pra organizar melhor a várzea e tal, pra ter um pouquinho mais de rigidez na disciplina e a gente até achou que foi um bom momento” (César). Ivan corrobora: “boa parte dele, a questão disciplinar, por exemplo, e organizacional veio muito do profissionalismo que o Paulo conhecia e colocou. E todos ganharam, porque as Ligas passaram a contar com um regulamento quase profissional”.

Por outro lado, Humberto narra que o Paulo “foi o melhor Gerente que a Secretaria teve, mas em matéria de disciplina, porque ele não apoiava nada de indisciplina. [...] Agora no meu modo de ver as coisas ele introduziu muita coisa do profissional na várzea e isso não pode acontecer”. Ronaldo cita que esse novo formato que o novo Gerente estava implantando era devido a sua trajetória:

Como ele era um cara de Federação e ele não tinha esse conhecimento de várzea que a gente teve, eu me criei jogando futebol de várzea e trabalhando desde antes da Secretaria na várzea, o Paulo é um cara que vem do profissional, ele vem do futebol alto rendimento, é outra lógica. Tu tens instrumentos que te deixam fazer esse controle todo, bota um cara que não tá inscrito, tu multa um clube em não sei quantos mil reais, tu tira pontos do cara, aí tem advogado, tem Tribunal, tem tudo, tem a estrutura que a Secretaria não tinha.

Os professores alegavam que o Gerente não conhecia a ‘várzea’, pois além da sua experiência profissional não ser no futebol de várzea, ele não realizava muitas visitas aos campos durante o Campeonato. Conforme Maurício, o Paulo frequentava alguns locais onde sucediam as partidas da competição, “mas ele ia só nos campos centrais, ele ia no Parcão, na Redenção, no Ararigbóia e no Tamandaré se era o caso, então assim, ia pra campo? Claro que ia, mas somente nos campos centrais nas Ligas mais organizadas”.

Essa postura adotada pelo novo Gerente, segundo Ronaldo, era contrária a do Fernando, visto que este foi um gestor que “ia pra rua, conhecia tudo. Eu também, nós

fazíamos um trabalho comunitário, o Paulo fazia um trabalho de Gabinete, de organização, de Federação, muito bem feito pra Federação, não pra um trabalho popular assim”. Os professores relataram que a administração do Paulo excluía as Ligas e as equipes com mais dificuldades, como apontou Maurício:

(O Paulo) tava fora do contexto da várzea. Então vou trabalhar só com aqueles organizados? E é muito fácil trabalhar com os organizados, agora será que os organizados são os que mais precisam? Certamente não. Nós temos que trabalhar sim com aqueles desorganizados. Dá mais trabalho? Dá, porque o cara não sabe ler, o cara não sabe interpretar um regulamento, mora lá na periferia onde o traficante que é o dono do time tá ameaçando o juiz, então é complicado assim.

Esse afastamento de algumas equipes ‘menos organizadas’ pelo excesso de burocracia também foi registrado por Spaggiari (2015) na Copa Kaiser de Futebol Amador, em São Paulo, ainda que essa competição não era organizada por Órgãos Públicos. O autor apontou que além dos times necessitarem de numerosos documentos para realização da inscrição, eles precisavam “ter CNPJ e registro em cartório, ser filiados à Federação Paulista de Futebol (FPF) como agremiações amadoras” (SPAGGIARI, 2015, p. 104).

Apesar da intenção do Gerente em deixar o Municipal mais organizado e disciplinado de modo que “ele quis e implantou a regra do futebol profissional no futebol de várzea”, como contou Ivan, havia episódios que não era incomum ocorrer no ‘mundo’ da várzea de Porto Alegre. Por mais rigoroso que o Campeonato havia se tornado nessa época, ainda assim aconteciam eventos em que os presidentes não cumpriam as normas da competição nas suas próprias Ligas ou realizavam fraudes nos seus documentos.

Um dos exemplos desses descumprimentos das regras foi narrado por Maurício: após a saída do Paulo da Gerência, um dirigente de uma Liga que possuía mais dificuldade na administração contou aos professores que ele falsificava as súmulas da sua competição quando o Paulo ainda era o Gerente. Fernando também descreveu esse episódio:

O cara (presidente de Liga) veio aqui (na Gerência): ‘Nós fazíamos a súmula em casa, fazíamos os jogos sem súmula’. Aí depois eles juntavam a mãe, a noiva, a mulher, a esposa, tudo na mesa do café e diziam: ‘Esse jogo foi três a um, quem é que fez os gols? Ah, o centroavante fez um, o zagueiro fez outro’ e montavam uma súmula ‘fria’ e traziam pra ele (Paulo) aqui e ele aceitava. Jogavam um pouco de café em cima da súmula, farelo de pão ali, traziam aquilo manuseado, sentavam numa mesa e faziam todas as súmulas do campeonato. Veio aqui e nos contou depois: ‘Ah eles queriam súmulas, nós trouxemos as súmulas’.



Maurício acredita que esse fato sucedia, apesar do controle rígido desse período, porque o Gerente e os professores “ficavam muito aqui dentro (da Gerência) e não sabiam o que acontecia lá (nas competições da primeira fase). Porque ele (Paulo) não tava lá nas reuniões das Ligas, não tava nas beiradas dos campos, lá na periferia pra ver o que tava acontecendo”. Vicente concorda, afirmando que a Comissão Disciplinar do Campeonato “não via o jogo, só ia pela súmula” e muitas vezes ela não era verídica.

O Paulo considerava que os presidentes de Ligas possuíam uma boa organização nas suas competições, mas o que ocorria de verdade, de acordo com o César, é que a maioria das Ligas era desorganizada e entre as desordens que decorriam: era “questão de entrega de ficha, aí jogador jogava e não tava na súmula, não tava na ficha de inscrição, aí os caras diziam que não jogavam”. Ivan corrobora:

Tinha cara (presidente de Liga) que ele mesmo dizia: ‘Ah, eu faço as minhas coisas (documentos) no papel de pão, na coxa num papel de pão’. Realmente às vezes o cara não tinha nem interesse, nem estudo, nem interesse em fazer tudo aquilo, porque pôxa, dava trabalho. Eu ia pra casa de noite, chegava do trabalho e me sentava, a minha mesa era cheia de papel. Pôxa, verificar tudo aquilo, dados por dados, pra ti poder... então claro que alguns não faziam.

Quando perguntei aos presidentes de Ligas que eu entrevistei se eles realizavam alguma flexibilidade em relação a dar alguma chance às equipes ou aos jogadores participantes da sua competição, quase todos me responderam que não. Telmo foi o único que descreveu que sempre apoiou uma ou outra equipe quando precisava de ajuda, como, por exemplo, inscrever novos times depois de ter encerrado o prazo da inscrição. Segundo o presidente, “a gente tem que ter (flexibilidade), um dirigente de futebol que não tiver um jogo de cintura de levar os participantes, assim, se quebra”.

Em relação a esse fato, Myskiw (2012) abordou no seu trabalho a negociação dos ‘acertos’ que ele observou numa Liga ‘de vila’ de Porto Alegre – tratada por mim no capítulo seis –, no qual o presidente da Liga precisava ‘saber levá-los’ para conseguir conduzir a sua competição. O autor também descreveu outros episódios de ‘desvios’ das regras, mas dessa vez notados numa Liga considerada ‘exemplar’, demonstrando que a flexibilidade nas normas estava presente em distintas Ligas de Porto Alegre.

Ainda que os presidentes de Ligas concordassem com as regras do Campeonato discutidas na Gerência de Futebol e prometiam executá-las, nem todos conseguiam desempenhá-las na prática. De acordo com o César, a forma como foi conduzido o Municipal nessa época foi a que ele considera a mais apropriada, “mas desde que as Ligas se

comprometessem em cumprir com sua parte. Como eles (dirigentes) não tem condições, eles não tem estrutura...”.

Além das dificuldades internas que os presidentes das Ligas possuíam, havia outro fator que induzia esses dirigentes a falsificar documentos ou a descumprir alguma regra: a pressão de alguns times ou jogadores. Ivan comenta que já soube casos de presidentes de Ligas que não enviaram nomes de jogadores para serem punidos, porque “foi ameaçado, se acovardou e não mandou. Eu nunca deixei de mandar, fui ameaçado, mas não deixei de mandar”.

Muitos dos dirigentes de Ligas moravam na comunidade onde também viviam os participantes da sua competição e essa proximidade com eles os intimidava, pois se algum jogador mais violento fosse punido ou se sentisse prejudicado de alguma forma, como relatou César, o presidente “corre risco até de vida, porque os caras prometem te matar, prometem te atirar... Então, os presidentes de Ligas ficam acuados de chegar lá e cumprir com as regras que a Prefeitura quer”. Assim, para se preservarem os dirigentes adulteravam alguns documentos, como explicou César:

Ele (presidente de Liga) até ia lá na Secretaria, participava das reuniões e assinava que ele ia cumprir, só que quando ele chegava lá nos campos dele, se ele quisesse cumprir aquilo ali, ele ia fazer o quê? Ele ia expor a vida dele, porque tem pessoas que a vida do ser humano não vale nada, então o que acontecia? Eles chegavam lá, quando eram acuados eles passavam ‘errorex’ (corretivo líquido) em cima do nome das pessoas, eles viravam borra de café, eles faziam duas súmulas.

Essas ameaças não aconteciam somente com os presidentes de Ligas, mas também com os árbitros das partidas, fazendo com que eles muitas vezes alterassem a súmula dos jogos. De acordo com Maurício, “o árbitro ele mora na periferia também junto com os caras. Muitas vezes o árbitro botava na súmula lá que foi agredido e tal, depois no dia seguinte ele vinha aqui (na Gerência) dizendo que ele tinha se enganado, que ele tropeçou e caiu sozinho”.

Osmar conta que já presenciou muitos jogadores amedrontando árbitros, ameaçando verbalmente e mostrando armas para que eles apitassem o jogo de modo que favorecesse a equipe destes jogadores. César também descreveu um episódio de um juiz que recebeu duas súmulas para apitar em uma Liga: a que era encaminhada para a Gerência estava em branco para ele assinar, sem punições, e na outra era registrado o que realmente acontecia durante a partida, mas esta ficava com as equipes. O presidente ainda complementou:

Porque que o cara fazia isso aí, o árbitro? O cara chegava lá, que mandava na área lá, e dizia: ‘Aqui dentro tu vai apitar, tu vai sair daqui, nós vamos te pegar e vamos te levar até lá na avenida lá embaixo. Lá tu vai pegar o teu ônibus e ir embora, ninguém vai encostar um dedo em ti, só que tem que fazer o que nós queremos aqui dentro, porque se não tu não tem garantia nenhuma de sair daqui vivo’.

Dessa forma, como essas ameaças, tanto para presidentes de Ligas quanto para árbitros, ocorriam eventualmente durante as partidas das competições, como meus colaboradores informaram, muitos dos documentos que chegavam à Gerência de Futebol não eram fidedignos. Além disso, esses documentos adulterados eram enviados por alguns presidentes de Ligas que não possuíam condições ou interesse, como também relatou meus depoentes, em cumprir as regras impostas.

Sendo assim, no final da administração do Paulo, o Gerente começou a perceber que a organização que ele queria passar para o Municipal não estava sendo atingida, segundo César. O presidente explica o porquê não foi possível inserir uma estrutura do futebol profissional na várzea:

O futebol profissional é muita gente envolvida e são equipes de futebol, são clubes, não é aqui que tu que monta um time que banca tudo. O profissional é diferente, é uma empresa, é um clube, então tem uma estrutura por trás e a várzea não é. A várzea é dois, três que seguram o ‘rojão’ (os obstáculos) e dois, três não conseguem segurar porque é muita gente. Aí não tem como tu coibir do cara jogar aqui, jogar ali, muitas vezes o cara é um cara que ganha um dinheirinho quer ir lá jogar por 100, por 50 pila, aí ele diz pra ti que não joga, mas vai lá e joga, entendeu, não tem como tu coibir.

Apesar da maior parte dos meus entrevistados presidentes de Ligas afirmarem que o Paulo “foi a melhor coisa que aconteceu” para o Municipal (Renato) e também “revolucionou o futebol da Secretaria” (Telmo), alguns deles confessaram que era difícil o Campeonato funcionar nesse modelo rígido que ele havia se estabelecido. Humberto alega que a “várzea é uma coisa, profissional já é diferente. [...] Ele (Paulo) foi ótimo pra disciplina, ele puniu, se tinham 1000 atletas ele puniu 400, 40%. Então nessa parte pra mim da arbitragem foi excelente, agora pro Campeonato em si, pro regulamento, não”.

Na Copa Kaiser a comissão organizadora também era bastante elogiada pelas equipes participantes, sendo um dos motivos o ‘fazer cumprir’ o regulamento (SPAGGIARI, 2015), lembrando que nesta competição participavam os times ‘mais organizados’. As equipes passaram a investir cada vez mais nas suas composições e “frente a esse elevado e crescente conjunto de gastos, o tema mais abordado em torno da Copa Kaiser nos últimos anos tem sido

a profissionalização de certos aspectos do futebol de várzea” (SPAGGIARI, 2015, p. 106-107).

Ainda que Spaggiari (2015) não aprofundou o tema da inserção de elementos do futebol profissional no futebol de várzea, Myskiw (2012) conseguiu analisar as disputas que apareceram entre uma organização “mais próxima do profissional” e “a várzea não é o profissional” no Municipal. Em relação à primeira discussão “trata-se de uma categoria nativa que compreende os esforços baseados no distanciamento das *pressões* externas, com vistas a consolidar o funcionamento do circuito a partir das lógicas que lhe seriam próprias”<sup>52</sup> (MYSKIW, 2012, p. 127), contrapondo a lógica refletida nos anos anteriores do Campeonato (já debatida no capítulo seis).

Pimenta (2009) também observou no seu trabalho algumas reuniões para a discussão do regulamento do campeonato de futebol amador “Projeto Futebol Participativo”, envolvendo representantes de equipes e coordenadores, estes funcionários da Prefeitura de Recife. Nesses encontros, não era incomum haver conflitos provocados pelas divergências de opiniões, revelando “uma ambiguidade presente no campeonato que por um lado visa fortalecer o futebol amador como prática lúdica, e por outro, a aproximação com o futebol profissional” (PIMENTA, 2009, p. 93).

Se no Municipal as discussões entre as lógicas esportivas eram entre os dirigentes das Ligas e também entre os professores da Gerência, no “Projeto Futebol Participativo” elas eram entre os representantes das equipes e os coordenadores da Prefeitura. Os representantes das equipes buscavam “aprovar um regulamento que possibilite organizar seus times dentro dos limites impostos pelo caráter amador dos seus times” (PIMENTA, 2009, p. 93), já os representantes da Prefeitura procuravam inserir um modelo de futebol aproximado do futebol profissional, “evidenciado no tipo de regulamento aprovado e também na determinação de seguir as regras do *Football Association*” (PIMENTA, 2009, p. 93).

Assim como no Projeto Futebol Participativo, nesses anos do Campeonato, as regras também eram guiadas pelas ‘oficiais’ com “um fluxo de ações era intensamente fundamentado na crença de que os campeonatos deveriam funcionar como um espaço particular, distante das coisas que não eram “do futebol”” (MYSKIW, 2012, p. 168). Por mais que o ‘fazer cumprir’ o regulamento dava credibilidade ao Municipal, Myskiw (2012, p. 169) aponta que o ‘saber levar’ faz parte de uma organização ‘varzeana’:

---

<sup>52</sup> Grifo do autor.

Já que ela parece ser resultado de uma construção que envolve, ou melhor, trabalha com as diferenças (mesmo nas periferias) das condições concretas da vida na cidade, das fases das competições e, é claro, da trajetória de circulação (em distintos regimes de valor) dos sujeitos envolvidos na organização.

Em se tratando da questão disciplinar, embora ela tenha sido a mais aplaudida nessa época pelos participantes do Campeonato, também foi discutida por alguns dos meus depoentes. César relata que houve “uns casos muito rudes na parte disciplinar lá da Secretaria”, assim como “muitos (participantes) consideravam pesadas as punições, porque eles achavam injusto aquela comparação de um jogador profissional pra um jogador de várzea que muitas vezes no calor de uma discussão recebia uma pena pesada”, como destacou Ivan.

Maurício ainda descreveu que depois de um período, ele e os outros professores descobriram que as punições aplicadas na competição, que eram julgadas pelo CBJD, estavam incorretas, pois seguiam as normas do futebol profissional. O professor complementa: “Estudando um pouquinho mais eu vi que em se tratar de atleta amador essa pena é reduzida à metade, então a gente tava aplicando a pena errada, porque tava no modelo da Federação, assim”.

Embora esse novo formato do Municipal foi aprovado e inclusive solicitado por alguns presidentes de Ligas, foi possível observar quantas discussões estiveram presentes nessa época por ter sido inserido o modelo do futebol profissional numa competição de futebol de várzea. De acordo com Humberto, a “várzea é uma coisa e profissional é outra muito diferente, como é que tu vai introduzir o profissional na várzea? Não tem condições, não tem, esse Campeonato é feito com as mínimas condições, os campos tudo esburacado...”.

Sendo assim, durante essas edições o Municipal apresentou características do futebol profissional introduzidas tanto pelo novo Gerente quanto pelos presidentes daquelas Ligas mais organizadas. Ainda que o objetivo era organizar a competição, algumas Ligas não conseguiram (ou não queriam) cumprir com as normas do Campeonato devido a algumas dificuldades internas e às ameaças que recebiam de alguns dos seus participantes.

## 9 O RETORNO À VÁRZEA (2011 A 2014)

No ano de 2011 é substituído novamente o Gerente de Futebol, voltando Fernando na coordenação do Municipal. Aos poucos, a maneira como era conduzida a competição nos anos iniciais volta a ser seguida, de forma que passa a não haver mais um controle rígido no Campeonato e os presidentes de Ligas não participam mais de sua elaboração, diminuindo, assim, o grau de poder das Ligas mais organizadas.

Nestas edições, a violência que já ocorria no Municipal devido ao fato de muitas equipes serem dirigidas por patrões de tráfico, se acentua. Em vista disso, as Ligas foram paralisando as competições da categoria Livre, assim como a Secretaria de Esportes também decide suspender esta categoria, a partir de 2014, devido a um homicídio de um torcedor durante uma partida de futebol do Campeonato.

### 9.1 A AUTONOMIA DAS LIGAS

Nesse período não há mudança no Governo Municipal, no início de 2010 o até então vice-Prefeito José Fortunati (2010 – atualmente PDT) assumiu a Prefeitura, quando Fogaça renunciou ao cargo para concorrer ao Governo Estadual, permanecendo durante todos esse anos. O Secretário de Esportes também continuou o mesmo nessa época, José Edgar Meurer, a única alteração foi no posto de Gerente de Futebol, retornando Fernando.

De acordo com o Paulo, a sua saída da Gerência de Futebol foi em razão de ele ter recebido “um convite pra ser Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA)<sup>53</sup>. Lá em 2011 eu recebi o convite porque o Secretário de Esportes, o João Bosco Vaz, assumiu a SECOPA, aí ele me convidou”. Os professores, que estavam trabalhando com os outros projetos da Gerência de Futebol, foram convidados pelo Secretário a assumir o cargo de Gerente, mas novamente ninguém aceitou.

Dessa forma, os professores pediram para o Secretário chamar o Fernando para coordenar a Gerência, como contou Ronaldo, para que eles retomassem a administração do Campeonato de uma forma mais flexível. Fernando descreveu que não queria voltar a ser o Gerente de Futebol, mas como o Secretário e os professores haviam pedido, ele retornou com a condição que os professores voltassem a trabalhar com ele.

---

<sup>53</sup> A SECOPA é o órgão central de planejamento, coordenação, articulação, gerenciamento e controle da preparação do município de Porto Alegre para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Informação disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/governo\\_municipal](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/governo_municipal)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Sendo assim, nesse primeiro momento a estrutura da competição permaneceu a mesma, de modo que o regulamento de 2011 continuou praticamente idêntico ao da edição passada. Como relatou Ronaldo:

Continuamos tudo igual, depois que tu cria uma 'lei', pra ti dizer: 'não vale mais' aí fica difícil né. Então o que o Fernando sempre quis, até pelo jeitão dele, era uma coisa mais solta. Como é uma várzea mesmo, aí já botamos o nome de volta de "várzea" e já começamos a tirar algumas punições que tinham. Começamos a querer mudar né, mas isso a 'pau e corda', nessas reuniões de Ligas a gente não conseguia muita coisa e nós estávamos com o Fernando, porque essa era nossa ideia, a gente já tinha se dado conta disso. E aí foi tentando retroceder no bom sentido, retroceder como uma coisa mais 'light', mais várzea e aí tivemos bastante dificuldades.

Conforme mencionou o professor, uma das primeiras alterações realizadas nessas edições foi no nome da competição, voltando a ser denominada "Campeonato Municipal de Futebol de Várzea". César narra como foi essa troca do 'amador' por 'várzea' no nome: "O Fernando, como tradicionalmente já tinha botado Campeonato de Várzea, voltou com a 'várzea' entendeu, mas também não foi questão de: 'vai ser várzea porque eu quero que seja várzea', a gente discutiu e todo mundo aceitou".

Em 2012 aparecem algumas alterações no regulamento do Campeonato, principalmente em relação aos aspectos disciplinares, uma delas foi a retirada da suspensão automática do jogador que recebeu três cartões amarelos nas partidas da competição. Segundo Fernando, a redução das punições foi realizada no início desse período devido ao fato de que elas estavam seguindo as normas do futebol profissional e "os jogadores não são profissionais, eles são amadores". O ex-Gerente ainda afirmou:

Eu comecei a reduzir tudo pela metade e aí começou a crítica. Eles estavam acostumados com aquele rigor e aí eles deram uma esculhambada: 'Ah, voltou o Fernando a coisa agora afrouxou', mas não, eu tentei... Até foi um erro estratégico porque eu achei que eles perderam um pouco a consciência. Eles estavam na 'lei do chicote' e aí tu tirou o chicote, eles 'ah, agora pode tudo' e não podia.

Outra modificação no regulamento de 2012 foi referente a Comissão Disciplinar, onde está registrado que durante a fase classificatória "as Ligas deverão constituir suas Comissões Disciplinares para julgar todos os fatos ocorridos durante a realização dos campeonatos, casos mais graves poderão ser enviadas para avaliação da Comissão Disciplinar da SME". Aos poucos, a Gerência de Futebol foi concedendo outra vez a autonomia para as Ligas

organizarem as suas competições na primeira fase do Municipal e retomando a coordenação exclusiva na sua segunda fase.

Na composição da Comissão Disciplinar, ainda que ela seguiu nos primeiros anos com a participação de alguns dirigentes das Ligas, foi diminuindo o número de presidentes representantes de 2011 a 2013, conforme relatórios destas edições. Ivan comenta que apesar de continuar existindo a Comissão, ela já não realizava os julgamentos como era no tempo do Paulo: “Eles (da Gerência de Futebol) até continuaram com a Comissão, a Comissão estava ativa, só que já não tava com aquele pique, não tava”.

Em 2014, a Comissão Disciplinar passou a atuar somente na fase municipal do Campeonato e sem a presença dos dirigentes de Ligas na sua constituição. Esta edição foi marcada por uma grande mudança no regulamento, no qual foram removidos todos os artigos que envolviam as Ligas, inclusive as excluindo da organização da segunda fase da competição, conforme o primeiro artigo do regulamento da edição de 2014.

O Conselho Arbitral também foi sendo retirado aos poucos durante esses anos, visto que, segundo Fernando, nessas reuniões os presidentes de Ligas elaboravam e decidiam as regras do Municipal em favor deles. O ex-Gerente alegou:

Eu quis ficar do lado das equipes, o que eu fiz? No primeiro ano eu fiz as reuniões mensais, no segundo ano eu fiz só quatro reuniões, em 2014 eu fiz duas, uma pra definir a entrada do Campeonato e uma pra eles entregarem a documentação, e depois eu fiz com os presidentes das equipes, que aí eu matei o Conselho Arbitral dele (Paulo). Matei porque o seguinte: os caras estavam querendo mandar em mim, não: ‘em mim não vão mandar, porque eu sou o Poder Público, eu sou pago pra fazer e eu tenho responsabilidade. Eu tenho que fazer e eu sei como é que se faz, eu fiz por 20 anos, então não é vocês que vão me ensinar agora, eu sei, tô aqui, não cai de pára-quadras’. Então eu fui esvaziando esse Conselho Arbitral deles tanto que agora se ajeitaram.

Ivan conta que ao decorrer destas edições, os dirigentes foram percebendo que a Gerência de Futebol não queria mais se envolver com as competições da primeira fase, assim como também almejava coordenar a fase municipal sem os presidentes:

Então eles começaram a desestimular e o objetivo começou a ser atingido que era não mais assumir os campeonatos de vilas e fazer o Campeonato Municipal, tirar o poder dos presidentes de Ligas e começar a fazer o Campeonato do jeito que eles queriam fazer, direcionado por eles e acabou. Tanto que isso logo se concretizou: Chegou há dois anos atrás (2014), nos chamaram lá na Gerência e quando chegamos, eles colocaram o regulamento no projetor e simplesmente leram o regulamento e já nos entregaram pronto. E a gente: ‘Tá, mas...’. ‘Não, esse ano, a partir de agora, vai ser diferente. A



partir de agora o regulamento vai ser esse aqui, nós vamos aceitar alguma sugestão, vamos discutir alguma outra coisa, mas vai ser assim’.

Além de o regulamento ser elaborado somente pelos professores da Secretaria, ele também passou a ser exigido apenas na fase municipal. Os presidentes das Ligas receberam da Gerência, em 2014, as “Diretrizes para as Ligas”, as quais eles deveriam seguir para produzirem os seus regulamentos, como indicou o documento: “Nesta Etapa Classificatória as Ligas tem autonomia para realizarem seus campeonatos, elaborando seus Regulamentos Específicos [...]”. Douglas confirma: “Todas as Ligas tem que ter o regulamento interno, todas, a Secretaria manda só uma diretriz pra gente se basear nisso aqui. Então pelos artigos eu vou indo e faço os artigos da minha Liga”.

Uma das outras mudanças desses anos foi a suspensão da utilização do banco de dados, já que não funcionava do modo como deveria pelo fato de alguns presidentes de Ligas não entregarem as fichas de inscrição das equipes nos prazos, como apontou Fernando. Essa decisão por parte da Gerência, conforme Fernando, “foi a ‘gota d’água’, aí eles (presidentes de Ligas) se revoltaram contra mim: ‘Não, isso aqui virou uma esculhambação, um retrocesso e tal’”.

A maioria dos presidentes de Ligas que eu entrevistei não aprovou as alterações que estavam ocorrendo no Municipal nessa época, já que, conforme Renato, “tudo que tinha de bom (na competição) do Paulo o Fernando extinguiu”. Ivan acredita que os professores da Gerência “começaram a fazer um desmanche daquilo que a gente tinha feito porque eles estavam considerando que os presidentes de Ligas tinham muito poder e aquilo que os dirigentes de Ligas fizeram tava dando muito trabalho pra Gerência de Futebol”.

Fernando descreve que essas reclamações dos dirigentes ocorriam (e ainda ocorrem) devido ao fato que eles preferiam o modo como estava sendo conduzido o Campeonato nas edições anteriores, “porque os times ficavam atrelados a eles, não podiam jogar na outra (Liga), todo o dinheiro daqueles times eram pra eles, eles coordenavam”. Já o Gerente e os professores eram simpatizantes daqueles “jogadores que ganhavam um dinheirinho, trabalhava numa equipe aqui, trabalhava numa outra lá”, tal qual comentou Maurício.

Além disso, o Gerente possuía o interesse de agregar aquelas Ligas com mais dificuldades que deixaram de participar da competição por diversos motivos, entre eles, por não terem conseguido se registrar em cartório. Essa obrigação do ‘registro oficial’ das Ligas também foi retirado do regulamento de 2014, pois, de acordo com Maurício, “nós (da Gerência) não podemos tratar igualmente os desiguais, entendeu, então tem algumas coisas

que a gente não pode exigir de algumas Ligas, pra algumas a gente até poderia, elas iam cumprir”.

Desse modo, houve um descontentamento por parte dos dirigentes daquelas Ligas mais organizadas nessa época, o que muitos descreveram como um ‘retrocesso’ no Municipal. Renato conta que a competição “voltou às velhas práticas, tudo que o Paulo tinha feito foi praticamente anulado e voltou a acontecer exatamente tudo aquilo que aconteceu anteriormente”, referindo-se a violência nas partidas de futebol da competição.

Ivan também ficou desapontado com as alterações na estrutura do Campeonato, alegando que o Fernando “voltou desconstruindo aquilo que a gente tinha construído ao longo de todo o período do Paulo. Pôxa, seis anos trabalhando juntos, fazendo toda uma construção do Campeonato que tava respeitado, que tava funcionando bem”. Douglas do mesmo modo opinou:

Eu acho que isso aí é uma coisa que a Secretaria não deveria ter feito, Liga independente. O que a Secretaria quer fazer? A Liga independente cada Liga faz seu campeonato do jeito que achar melhor. Eu acho que o que é feito dentro das Ligas tem que ser apoiado pela Secretaria, mas não, a Secretaria cortou isso aí, então cada Liga faz o que achar que é bom pra ele e pro campeonato. [...] Então hoje em dia a Secretaria tirou os compromissos dela fora, deixaram tudo com as Ligas.

Esse período foi demarcado, então, pela movimentação novamente no equilíbrio de poder entre a Secretaria e as Ligas. Através dessas mudanças na estrutura e nas normas da competição realizadas pela Gerência, o nível de poder das Ligas diminuiu, principalmente o das mais organizadas, já que elas não participavam mais da organização da fase municipal do Campeonato e não conseguiam conduzir a competição como aspiravam.

Por outro lado, com esse afastamento dos presidentes das Ligas na coordenação da segunda fase do Municipal houve um aumento no grau de poder da Gerência, de forma que os professores orientavam a competição conforme os seus interesses. Entretanto, ainda que diminui o grau de poder das Ligas, elas também possuíam influência na configuração, já que a Secretaria continuava precisando dos presidentes para a realização dos campeonatos na primeira fase.

Nas reuniões com as Ligas, os professores da Gerência tentavam argumentar com os presidentes o motivo dessas decisões adotadas por eles, ainda que se deparavam com muita resistência dos dirigentes. Fernando descreveu que explicava que ele “fazia aquilo que chamavam antigamente do ‘bom poder’: tu vai lá e vê a realidade, vivencia tudo. Eu saí

daquela realidade, eu jogava futebol de várzea. [...] Então eu sei o que é bom e como Poder Público eu procurei fazer o melhor”.

Em uma das reuniões com os presidentes de Ligas, quando os dirigentes exigiram um maior controle das regras do Campeonato ao Gerente, ele resolveu apontar as pendências que as competições da primeira fase possuíam:

Aí eu trouxe a pastinha pra cá (na Gerência): ‘todas as 23 Ligas, todas têm problemas. Aqui não entregou a ficha até agora, a outra Liga aqui era pra ser só 25 jogadores, tem aqui 29 jogadores. [...] Essa Liga aqui registrou em cartório, mas já ta vencido aqui, nunca foi refeito. Essa Liga aqui tem o estatuto, mas não faz eleição da diretoria há dez anos, tá com a mesma diretoria. Todos têm alguma confusão aqui, então ninguém aqui pode falar nada ou todos vão ser excluídos do campeonato por esse e esse problema’. Aí eles ‘baixaram a bola’.

Apesar da maioria dos presidentes de Ligas que eu entrevistei não concordar com essa nova forma que o Campeonato foi conduzido nessas edições, alguns compreenderam que era inviável a Gerência realizar um controle rígido sem que as Ligas fizessem a parte delas. Segundo César, “eles (da Gerência) não tinham estrutura porque as Ligas não ofereciam estrutura pra eles. As Ligas não faziam um troço organizado lá na nascente dos campeonatos, aí não tem como organizar lá na frente”.

Os presidentes de Ligas sabiam que havia aqueles que não cumpriam com os acordos realizados na Gerência de Futebol como, por exemplo, alguns dirigentes que não puniam jogadores por serem seus amigos ou para não se incomodarem com aqueles mais violentos. Outro exemplo foi citado por Douglas:

É que tinha Liga muito desorganizada, aquelas Ligas desorganizadas o que faziam? Chegava no prazo aqui de entregar a papelada lá na Secretaria, não entregavam, aí a Secretaria não tinha controle de um jogador tá jogando na minha Liga ou jogando na tua Liga. Então ficava aquele impasse, aí os caras (presidentes) vinham reclamar: ‘Pô o cara jogou na minha Liga, jogou na tua Liga’, os caras não tinham controle, então isso aí que eles (da Gerência) acabaram com isso aí. [...] Chegava tudo atrapalhado, tinham times lá que apareciam que nem existia no campeonato deles lá, eles botavam os ‘fantasmas’ lá pra ter vaga no Municipal. Os próprios diretores de Ligas esculhambaram as coisas também.

Os professores da Gerência asseguravam que não havia condições de manter uma estrutura profissional no Campeonato e alguns presidentes de Ligas conseguiram compreender. De modo que, durante esses anos, a flexibilidade na administração das normas

do Municipal que havia nos anos iniciais voltou a existir na competição. Segundo Maurício, “eu acho que agora a gente tá revertendo, a gente tá tentando voltar pra várzea”.

Nessas edições, portanto, ocorreu uma diminuição no nível de poder das Ligas, já que os seus presidentes aos poucos foram sendo afastados da organização do Campeonato, fazendo com que houvesse uma oscilação no equilíbrio de poder entre a SME e as Ligas. Os professores da Gerência, que por sua vez aumentou o seu grau de poder, realizaram modificações na estrutura do Municipal para que ele voltasse a ser coordenado com um menor rigor nas suas regras.

## 9.2 A SUSPENSÃO DA CATEGORIA LIVRE

Uma das mudanças bastante marcante ocorrida na composição do Municipal nessas edições foi a interrupção da categoria Livre em 2014. Esse fato foi justificado pelos meus colaboradores pela violência que vinha ocorrendo nas partidas de futebol da competição, que não era somente de dentro, mas também de fora dos campos. A ocorrência de uma morte em um desses jogos foi o fator decisivo que levou a Secretaria de Esportes a suspender esta categoria do Campeonato por tempo indeterminado.

No capítulo sete havia relatado que a violência que estava acontecendo nos jogos estava relacionada com a extensão da cadeia de interdependência do Campeonato que envolvia outras dimensões da vida dos seus participantes, principalmente a conexão de muitos com o tráfico de drogas. Durante os anos seguintes, esse envolvimento de algumas equipes com o mundo das drogas foi se acentuando e cada vez mais repercutindo no futebol, como relataram os meus colaboradores.

No período em que o Paulo era Gerente, os meus entrevistados descreveram que a violência durante as partidas do Municipal diminuiu, ainda que ela não deixou de acontecer. Paulo comentou que casos de brigas entre jogadores ocorriam regularmente na competição, mas que era uma “rivalidade normal [...]. O que não é normal, aí sim, uma briga campal, uma briga onde torcida pula alambrado, porque nossos campos eram com alambrados, e ocorreu uma ou duas vezes onde a torcida se envolveu e deu confusões”.

Além das brigas de dentro do campo entre os jogadores pertencentes a times ‘de padrão’, as torcidas dessas equipes também levavam as suas desavenças para as partidas. Humberto acredita que “o problema não são os dois times, bem dizer, o problema é a torcida”, que é a responsável por diversos eventos violentos sucedidos no Campeonato. Maurício conta um episódio de violência que envolveu a torcida: “Uma vez teve um jogo que teve um tiroteio

entre as torcidas lá no campo do Cruzeiro, duas equipes de patrões tirotearam no campo do Cruzeiro”.

Ronaldo acredita que a razão desses conflitos não eram as brigas ‘campais’, “porque eram traficantes, não era dentro do campo, não era violência no jogo, o contexto mudou, o tráfico entrou muito forte. Como a violência agora, se a gente dobra a esquina e é assaltado, foi ficando assim, cada vez pior”. Os presidentes das Ligas que eu conversei também concordaram com os professores da Gerência, afirmando que “a violência vem mais de fora, é rusga, eles não se dão, um pertence a uma facção, outro pertence a outra e quando se encontram né...” (Humberto). Ivan corrobora:

O que realmente começou a degradingolar na várzea, principalmente dentro da categoria Livre, foi o aumento dos pontos de tráfico de drogas. É aqueles ‘gurizões’ que trabalhando com o tráfico já colocavam uma arma na cintura e enfrentavam qualquer um. Então eles passaram a ser mais homens, eles passaram a ser quadrilheiros e ao mesmo tempo eles eram jogadores de futebol, então eles se achavam no direito de peitar qualquer um, brigar com qualquer um. [...] São pessoas ‘de vila’, é o pessoal das comunidades mais humildes que tem todo aquele imbróglio do tráfico, da violência, da criminalidade, então obviamente aquilo começou a se transferir cada vez mais para o campo de futebol, para as praças. E foi aí que a coisa ficou perigosa, não teve a ver com regulamento, as punições.

Nessas edições, os tumultos criados tanto por integrantes das equipes, quanto pelas torcidas aumentaram durante os jogos do Municipal em ambas as fases, conforme os meus depoentes. Com essa violência intensificando, os presidentes de Ligas começaram a encerrar a categoria Livre nas suas competições, pois, como contou Douglas, “é muita encrenca, é muita bronca, aí eles (participantes das equipes) trazem os problemas deles pra beira de campo. [...] A gurizada começa a querer brigar com eles, aí começa aquelas rixas entre eles, aí eu parei, aí quase todas as Ligas pararam”. Ivan descreveu como foi o encerramento da sua Liga:

Eu fui um dos primeiros a parar, em 2011, eu não agüentei mais, aconteceu tanta coisa naquele campeonato (da sua Liga deste ano) que não deu mais, não deu. O que aconteceu na minha praça foram coisas muito graves que os caras não entendiam como eu suportava aquilo, como é que eu segurei por tanto tempo um campeonato com enfretamento de equipes violentas, então era muito complicado, já houve batalhas campais ali, entendeu. [...] Era em todos os lugares, o pessoal viu que a coisa tava realmente complicada quando a minha Liga ‘explodiu’ (parou de realizar a categoria Livre), aí as outras Ligas começaram a parar.

Em novembro de 2013 ocorreu um episódio que foi determinante para a Secretaria decidir suspender também a categoria Livre na fase municipal: o homicídio de um torcedor durante uma partida do Campeonato no Parque Ararigbóia. Segundo Vicente, esse acontecimento “não teve nada a ver com o futebol, mas o entorno que é muito forte também. [...] A pessoa tava na arquibancada e quem veio pra matar chamou a pessoa lá na rua, ela foi ali no portão, o cara matou e foi embora. Deu uma repercussão grande”. Fernando também comentou esse incidente:

O que aconteceu no Ararigbóia são aquelas questões de ‘acerto’: Ia jogar times de duas regiões que estão em conflito. Aí um cara que tava ‘prometido’ por uma dessas gangues aí tava na arquibancada atrás no Ararigbóia, onde tava lotado, e alguém ligou: ‘Ó sabe aquele cara, tá aqui’. Aí chegou um carro e umas duas motos e chamaram o cara. O cara saiu da arquibancada, quando chegou na rua, com duas armas na mão, o cara tomou uns oito tiros ali fora. Claro, eu tenho que parar o jogo e aí foi constatado nesse momento em que deu um ‘zum’ (confusão) na arquibancada, tinha no mínimo uns dez, 20 armados ali. Porque assim ó: o policial vai lá se farda e joga, o brigadiano vai lá e joga, o carteiro vai lá e joga, agora o bandido ele vai lá jogar, mas ele leva as ferramentas de trabalho dele pra beira do campo. Então a gente já proibia levar mochila e tudo pra dentro do campo, mas na torcida não tinha como controlar.

Diante desta tragédia, os professores da Gerência reuniram-se com o Secretário de Esportes para tratarem sobre os rumos que o Municipal deveria seguir, principalmente relacionados com o evento transcrito. Nesta reunião, “ficou definido que a Categoria Livre ficará suspensa por tempo indeterminado em função da violência que vem ocorrendo nos campos de futebol”, como aponta o documento ‘Comunicado Várzea’ de 2013.

Fernando citou que essa decisão foi adotada em razão de “como Poder Público se tu promove um evento, não pode botar em risco as pessoas que tão participando do evento, os que tão jogando, os que tão assistindo e as pessoas no entorno”. Ronaldo também assinalou os motivos de suspender a categoria Livre:

A violência, o esforço que a Secretaria tava tendo tanto com recursos materiais, humanos, porque professor como nós é caro pra tá atendendo traficantes, nós temos que ta atendendo a população de Porto Alegre, não meia dúzia de traficantes, então essa argumentação que a gente teve com o Secretário. Eu fui uma das pessoas que ‘bati o pé’ muito com isso, porque eu trabalhei muito com as crianças né. Eu dizia: ‘Gente nós estamos pagando’, nós pagávamos essa arbitragem, era uma fortuna, entendeu, no segundo semestre, aí jogava os times ‘de patrão’ e os caras vinham de carro, os caras tinham mais dinheiro que nós e nós estávamos pagando. Nós tínhamos que pagar pras crianças então, aí não tinha merenda pras nossas crianças. Então nós começamos a nos dar conta que a gente tava trabalhando não mais pra

população carente, nós estávamos trabalhando na verdade pra traficantes, aí era um esforço muito grande pro tamanho da Secretaria né e a morte é só uma consequência, porque era bem pior que isso.

A maioria dos presidentes de Ligas apoiou a deliberação da SME, ainda que com tristeza, pois, de acordo com Samuel, “a Prefeitura paga arbitragem, disponibiliza funcionário pra trabalhar no campo, marca os campos, organiza tudo, o pessoal só vem jogar e não valorizava isso. [...] Acho que foi correto porque eles (times) não sabem se comportar, entende”. Renato concordou, dizendo que aprovou a suspensão “porque o ‘calcanhar de Aquiles’ hoje da sociedade em geral é a falta de segurança, então isso não é culpa da Prefeitura, isso é culpa da sociedade como um todo, mas eu aplaudi que se parasse o Municipal porque tava demais a coisa (a violência)”.

No ano seguinte, a Gerência de Futebol realizou um fórum para discutir a violência no futebol, chamado ‘A Banalização da Violência’, no qual foram convidados o comandante geral da BM e do Chefe de Polícia, promotores, delegados, árbitros, jogadores profissionais e jornalistas<sup>54</sup>. O fórum possuía a finalidade de realizar um debate com os convidados para que eles expusessem “seus pontos de vista para ajudar-nos a solucionar, minimizar o problema em pauta: “A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA” e suas consequências no futebol de várzea de Porto Alegre”, conforme documento da Secretaria.

Apesar dos esforços da Gerência em encontrar soluções para combater a violência, em 2014 também ocorreu um episódio lamentável no parque Gaelzer durante uma partida de futebol da Liga, registrado no jornal Diário Gaúcho do dia 13 de maio deste ano: “Atiradores teriam chegado ao local, [...] em um carro e uma moto. Pelo menos um homem teria se encostado no alambrado do campo de futebol e atirado contra o público, que estava de costas para ele”. Fernando relatou que esse tiroteio aconteceu “no dia das mães, cheio de carrinho de nenê e mãe passeando com as crianças no *playground*”. César explicou o ocorrido:

Esse tiroteio foi o seguinte, tava uma equipe jogando no parque Gaelzer, mas não teve nada a ver com o futebol. [...] Eles até nem jogavam, só que os caras brigaram lá e o cara prometeu que ia pegar os guris e os guris acharam que o cara tava só ‘contando’. E aí eles foram no Parque, durante uma partida de futebol. Eles sabiam que os caras iam tudo tá reunido no Parque porque tinha jogo da equipe deles lá, entendeu. Aquilo ali se fosse numa pracinha que eles fossem ali jogar um basquete, se fosse brincar, eles iam chegar lá e atirar, não tinha nada a ver com o futebol, não foi problema do futebol.

---

<sup>54</sup> Informação disponível em: <<http://jornalavozdoamador.blogspot.com.br/2014/02/seminario-para-discutir-violencia-no.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

Os professores da Gerência de Futebol alegaram que pretendem voltar a organizar a categoria Livre na fase municipal, até porque “o Poder Público tem a obrigação de organizar esses campeonatos, [...] mas acredito também que é o momento deles refletirem, saberem: ‘Olha, não tá acontecendo porque tá muito violento, quem sabe então vamos dar uma acalmada’”, como narrou Maurício. O professor ainda complementou:

Eu acho que a gente tem que dá um apoio pra essa comunidade, nós teríamos que voltar a fazer essa categoria Livre, né. Eu acho que o futebol é uma ferramenta que pode servir pra educação, pode ser péssimo também pra educar as crianças e tal, mas ele pode servir, eu acredito nessa ferramenta. A Secretaria eu acho que assim, a própria cidade tá muito violenta né, nunca teve tão violenta, não sei como é que seria um Municipal Livre nessa conjuntura, não sei como é que é, mas eu acho que a gente tem a obrigação assim enquanto Poder Público de atender as comunidades de periferia. Pra mim não é só pelo trabalho, porque é um compromisso que eu acho que nós temos que ter de atender, né. Claro, que a gente tá lá na base, lá trabalhando com as crianças e tal pra tentar quando chegar na categoria Livre lá, eles estejam melhor preparado assim, mas também nós temos que atender o pessoal que tá lá. Eu não sei o que a gurizada com 20 e poucos anos tá fazendo no domingo de tarde, assim, não sei o que eles tão fazendo né, quem sabe a gente não teria que tá atendendo essas crianças.

Essa suspensão por tempo indeterminado da categoria Livre no Municipal foi consequência da violência que ocorria em diversas partidas de futebol da competição, envolvendo tanto jogadores quanto torcedores. Esse fato demonstra a ampliação na cadeia de interdependência do Campeonato que não abrange os seus participantes somente como jogadores, dirigentes ou torcedores, mas também se expande para as particularidades de suas vidas. Neste caso, muitos deles estavam relacionados com o tráfico de drogas.



## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo este trabalho discorrendo sobre a heterogeneidade do esporte e sobre os diferentes tipos de ‘futebóis’, para, então, chegar no futebol de várzea. Na contextualização tento definir essa prática esportiva através de características encontradas em pesquisas, no entanto, após este estudo, acredito que o futebol de várzea não seja tão simples de explicar e classificar.

Busquei informações de alguns campeonatos existentes em distintos lugares do país e, apesar de não ter conseguido dialogar muito com o meu trabalho (devido a diferentes olhares para os estudos), esses já apontavam uma grande diversidade na forma que o futebol de várzea é praticado e conduzido. Especificamente no ‘Municipal da Várzea’ de Porto Alegre, já havia sido identificadas divergências internas na lógica esportiva desta competição.

Desse modo, fiquei interessada em compreender esse campeonato como uma configuração, para que eu pudesse analisar a cadeia de interdependências desde o princípio do Municipal e a sua relação com as mudanças ocorridas no evento. Para isso, realizei as seguintes perguntas: **Como, no processo histórico do Campeonato de Várzea de Porto Alegre (1993 a 2014), esse evento vem se desenvolvendo através da cadeia de interdependências entre os seus diferentes participantes? Quais foram as mudanças ocorridas no Municipal da Várzea ocasionadas por essa cadeia de interdependências?**

Também, as controvérsias apontadas na lógica esportiva do Campeonato me instigaram a questionar: **Como os participantes do Campeonato vêm lidando com as divergências nas lógicas esportivas adotadas desde o seu surgimento, mas, mesmo assim, sendo capazes de conduzi-lo até os dias atuais?**

Para desenvolver a minha pesquisa, primeiramente eu executei um ‘olhar configuracional’ à competição. Após, como procedimento metodológico utilizei a pesquisa histórica, realizando entrevistas semiestruturadas e consulta em documentos escritos.

Para responder as minhas perguntas, eu comecei analisando o início do Municipal e as relações de interdependência que foram se desenvolvendo entre os seus ‘atores’. O Campeonato foi uma política que iniciou na da Gestão Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), que possuía como objetivo a participação da população na organização da sua primeira fase. Desde o princípio, foram observados interesses, negociações e disputas no interior da cadeia de interdependência do Municipal, principalmente entre a Prefeitura e as Ligas Amadoras de Futebol.

Nos anos iniciais dessa competição, as relações entre os seus envolvidos foram se consolidando. Entre a Prefeitura e as Ligas não havia grandes oscilações no equilíbrio de poder, já em relação às equipes, a Secretaria dos Esportes possuía o potencial de poder maior, conduzindo os seus movimentos. Os jogadores e os árbitros também possuíam um pequeno grau de poder na teia de interdependências, ainda que foram responsáveis por orientar ações dentro da configuração.

A cadeia de interdependências foi aumentando nesse período, ocasionando em modificações na estrutura do Campeonato, como na duração da competição e nos locais em que as partidas eram realizadas. Nessa fase, um dos destaques da extensão da teia de interdependências foi a associação com órgãos gestores de outras cidades que possuíam a mesma administração, voltada para a política de esquerda, que a Prefeitura. Essa relação ocasionou em viagens como uma das premiações para os vencedores.

Em se tratando da lógica esportiva que era utilizada durante esses primeiros anos, encontrei uma contradição entre o regulamento ‘rigoroso’, a maneira como eram administradas as regras e as formas de organização. O Gerente, que possuía um alto nível de poder dentro da configuração, ‘manipulava’ as normas para auxiliar as Ligas que precisavam de flexibilização. Porém, essa flexibilidade no cumprimento das regras incomodava alguns presidentes de Ligas.

Nos anos seguintes, a cadeia de interdependência continuou ampliando. Nessa época, além de o Campeonato possuir cada vez mais participantes e torcedores, foram incluídos à competição: novas categorias, campos profissionais para a realização das partidas finais, apoiadores e patrocinadores. Através destes dois últimos ‘atores’ interdependentes, o Municipal conseguiu um maior recurso financeiro e passou a transmitir os jogos ‘finais’ pela televisão.

A violência durante as partidas do Campeonato, que nos anos anteriores era considerada como ‘parte’ desse contexto, nessa fase aumentou devido também à extensão da teia de interdependência. Algumas equipes começaram a ser comandadas por traficantes de drogas, de maneira que o modo de vida desses dirigentes de times e dos jogadores envolvidos com esse meio passaram a interferir no futebol.

Esse período foi denominado pelos meus colaboradores como o ‘crescimento’ do Campeonato, que resultou, além de modificações na sua estrutura, em diversos interesses e, assim, atitudes dos participantes do evento. Entre as ações que passaram a ocorrer, estão: equipes que pagavam jogadores para montar times ‘fortes’, presidentes de Ligas que falsificavam documentos e a utilização do banco de dados para fiscalizar equipes e jogadores.

Com todos esses episódios acontecendo, no final dessa época alguns presidentes de Ligas - daquelas consideradas mais organizadas - pediram aos coordenadores do Campeonato para participar da organização da sua segunda fase, fundando a Uniligas. Neste momento, iniciou uma movimentação no equilíbrio de poder entre a SME e as Ligas, aumentando o nível de poder destas últimas.

Em 2005 foi o ano em que houve as mudanças mais significativas do Municipal, já que ocorreu a troca do Governo Municipal e, conseqüentemente, do Secretário de Esportes e do Gerente de Futebol. O novo Gerente possuía uma vivência na organização esportiva do futebol profissional e, juntamente com os presidentes das Ligas ‘ditas’ mais organizadas, começou a administrar o Campeonato de uma forma mais rígida e pautada pela lógica do futebol profissional.

Nesse período, além de os presidentes de Ligas participarem da coordenação da segunda fase do Municipal, a Gerência de Futebol passou a acompanhar as competições da primeira fase também. De forma que, nesses anos, há um crescimento no nível de poder das Ligas ‘mais organizadas’, fazendo oscilar o equilíbrio de poder entre as Ligas e a Secretaria de Esportes. Essas Ligas começaram a conduzir a competição conforme os seus interesses.

As modificações realizadas no Campeonato devido a essa movimentação no equilíbrio de poder foram: no nome do evento, trocando a palavra ‘várzea’ por ‘amador’, a criação do regulamento geral, assim como do Conselho Arbitral, a exigência das Ligas se registrarem em cartório, o aumento do controle da indisciplina e a fiscalização rigorosa através do banco de dados. Essas alterações, no entanto, resultaram na exclusão de várias Ligas e equipes que não conseguiram acompanhar as novas determinações, conduziram a saída de professores da Gerência, e levaram a mudanças na estrutura da competição e na lógica esportiva empregada.

Durante essas edições do Municipal foram incluídas particularidades do futebol profissional, como, por exemplo, as normas que guiavam a competição: além das regras oficiais exigia-se obediência às regras da FGF, CBF, FIFA e CBJD. Ainda que muitos presidentes de Ligas aprovassem esse novo formato da competição, ele ocasionou várias divergências, pois, segundo alguns participantes, não condizia com o contexto da ‘várzea’. Havia muitas Ligas que tinham dificuldades em administrar seus campeonatos nessas condições e, ainda, algumas sofriam pressões da comunidade.

Em 2011, quando o primeiro Gerente retorna a coordenação do Campeonato é que esse quadro é alterado: o modo como era comandado o Municipal nos anos iniciais volta a ser adotado, não havendo mais um controle rígido na sua organização. Aos poucos, a Gerência de Futebol vai concedendo autonomia às Ligas e as excluindo da organização da segunda fase da

competição. Dessa forma, diminui o nível de poder das Ligas, ocorrendo novamente uma movimentação no equilíbrio de poder entre elas e a SME.

O fato que chamou a atenção nesse período foi a suspensão da categoria Livre do Campeonato, que aconteceu devido ao aumento da violência que procedia das equipes dirigidas pelos chamados patrões de tráfico. Esse episódio evidencia a ampliação da teia de interdependência do evento, já que ela se estendia a outras dimensões das vidas dos participantes.

Diante desses resultados encontrados na minha pesquisa, me resta fazer algumas considerações. Em relação à cadeia de interdependência do Municipal, foi possível observar o quão ela foi crescendo ao decorrer dos anos, assim como envolvendo os mais variados ‘atores’ interdependentes. Devido a essa dimensão da teia de interdependência que o Campeonato possuiu, acabei limitando o meu olhar para as relações que foram determinantes para provocar as mudanças mais marcantes do evento.

Ademais, como os meus entrevistados foram os funcionários da Secretaria de Esportes e os dirigentes de Ligas, as disputas que mais apareceram foram entre essas duas instituições. Se fossem entrevistados outros participantes, como jogadores e árbitros (que era o meu plano inicial), é provável que aparecessem outros interesses e disputas, assim como poderia surgir a relação desses participantes com as modificações ocorridas na competição.

Mesmo com essa limitação na análise da cadeia de interdependências, acredito que as relações que eu consegui analisar foram suficientes para demonstrar a sua influência nas mudanças na organização do Municipal e na lógica do futebol ali praticado. As modificações mais relevantes ocorreram na troca de partido político e, assim, do Gerente de Futebol, aspecto que modificou a gestão interna da competição em conjunto com as Ligas mais organizadas.

Em se tratando das divergências nas lógicas esportivas, apareceram dois momentos bastante distintos e que estiveram fortemente vinculados com o Gerente de Futebol. Se por um lado Fernando flexibilizava as regras da competição para abranger os mais diversos participantes, por outro, Paulo acreditava que as normas deveriam ser rígidas, assim como no futebol profissional, para que o Campeonato adquirisse credibilidade.

Este período em que o Paulo esteve na coordenação do Municipal foi elogiado por todos os presidentes das Ligas que eu entrevistei, os quais defenderam uma melhora na organização e na disciplina dos participantes. Mesmo assim, alguns abordaram a dificuldade que algumas Ligas tinham em cumprir todas as exigências impostas.

Nessa fase, foi constatada uma diminuição acentuada de Ligas e, desse modo, de equipes participantes: em 2005 havia 43 Ligas participando da competição, já nos anos seguintes permaneceu uma média de 27 Ligas por edição. Através desses dados (e dos diversos outros que expus no texto), é possível fazermos uma reflexão: O que é fazer política pública no esporte no/para o lazer? Ser rígido no cumprimento das regras, conduzindo à exclusão de eventuais participantes, ou flexibilizá-las e, assim, oferecer o acesso ao esporte a um maior número de pessoas?

Essa pergunta me leva a perceber que o futebol de várzea é bastante diversificado, o que se manifesta em diferentes contextos. Isso tanto em relação às normas seguidas pelos participantes, mas também aos significados atribuídos ao futebol por essas pessoas. Através deste trabalho foi possível observar que essa heterogeneidade existe inclusive no interior de uma única competição, o que acaba por trazer reflexos no que se refere às políticas públicas de esporte e de lazer.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 7, n. 2, p. 62-68, 1986.

BROHM, Jean-Marie. Sociología política del deporte. *In*: PARTIZANS: deporte, cultura y represión. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

CAMPEONATO municipal de futebol de várzea: diretrizes legais para as vítimas. 2014.

Disponível em:

<[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sme/usu\\_doc/18\\_03\\_14\\_diretrizes\\_gerais\\_para\\_as\\_ligas.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sme/usu_doc/18_03_14_diretrizes_gerais_para_as_ligas.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. **Uma geografia do futebol amador: espaços de representação do futebol amazonense a partir do “Peladão”**. 2009. 366 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DAMO, Arlei Sander. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 129-156, maio/ago. 2003.

DUNNING, Eric. As ligações sociais e a violência no desporto. *In*: Elias, Norbert; Dunning, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992. p. 327-354.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1 - uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Ensaio sobre o desporto e a violência. *In*: Elias, Norbert; Dunning, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992, p. 223-256.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FEDERAÇÃO fala em Copa São Paulo: Itaipava nega desistência. Disponível em:

<<http://papodevarzea.blogosfera.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GEBARA, Ademir. Fontes históricas e oralidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 133-154, set./dez. 2004.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Esporte moderno: memória e história. **Lecturas: Educación Física y Deportes Revista Digital**, Buenos Aires, n. 77, out. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd77/esporte.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico. *In*: Goellner, Silvana V.; Jaeger, A. A. **Garimpendo memórias**: esporte, educação física, lazer e dança. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

GRELE, Ronald J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. *In*: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p 267- 277.

GUEDES, Simoni Lahud. Que “povo brasileiro” no campo de futebol? **Revista Electrónica Razón y Palabra**, n. 69, p. 2, 1998.

GUTTMAN, Allen. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15-25.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. Tombamento do Parque do Povo: futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 175-184, 1996.

MARCASSA, Luciana. Educação Física em face do projeto de modernização do Brasil (1900-1930): as histórias que se contam. **Revista Pensar a Prática**, v. 3, p.82-95, jul./jun. 1999/2000.

MARIANTE NETO, Flávio Py. **Da academia de boxe ao boxe da academia**: um estudo etnográfico. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARINHO, Inezil Penna. **História geral da educação física**. São Paulo: Cia. Brasil, 1980.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Esporte: um fenômeno heterogêneo na sociedade contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 225-242, set./dez. 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. Várzeas, operários e futebol: uma outra geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 84-92, 2009.

MAZO, Janice Zarpellon *et al.* Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modo de usar. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, 21 ago. 2010.

MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas**. São Paulo: IBRASA, 1999.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do Esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010.

MYSKIW, Mauro. **Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre**. 2012. 415 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MYSKIW, Mauro; MARIANTE NETO, Flávio Py; STIGGER, Marco Paulo. Trabalhadores da várzea: Notas etnográficas sobre apropriação dos espaços de lazer para o trabalho. *In*: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2010, Itajaí. **Anais...** 2010.

MYSKIW, Mauro; STIGGER, Marco Paulo. O futebol “de várzea” é “uma várzea”!? Etnografia da organização no circuito municipal de Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 445-469, abr./jun. 2014a.

MYSKIW, Mauro; STIGGER, Marco Paulo. Lazer e identidades: Retratos etnográficos num circuito de futebol. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 68-84, jan./abr. 2014b.

MYSKIW, Mauro; MARIANTE NETO, Flávio Py; STIGGER, Marco Paulo. Jogando com as violências no esporte de lazer: Notas etnográficas sobre o ‘guri’ e o ‘nego véio da várzea’. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 889-902, out./dez. 2015.

NUNES, Paulo Andre. **Inscrições para o Peladão começam em 1º de julho**. Disponível em: <[http://acritica.uol.com.br/craque/PELADAO\\_0\\_1378062205.html](http://acritica.uol.com.br/craque/PELADAO_0_1378062205.html)>. Acesso em: 8 jul. 2015.

PACHECO, Ariane Corrêa. **“É lazer, tudo bem, mas é sério”**: o cotidiano de uma equipe master feminina de voleibol. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PIMENTA, Rosângela Duarte. **Desvendando o Jogo: futebol amador e pelada na cidade e no sertão**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PORTO ALEGRE. Lei nº 7330, de 05 de outubro de 1993. Cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SM, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Porto Alegre**, Porto Alegre, p. 99, 06 out. 1993. Disponível em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo\\_municipal/usu\\_doc/normas\\_de\\_criacao-sme.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo_municipal/usu_doc/normas_de_criacao-sme.pdf)>. Acesso em: 2016.

RIGO, Luiz Carlos; JAHNECKA, Luciano; SILVA, Inácio Crochemore da. Notas etnográficas sobre o futebol de várzea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 155-179, jul./set. 2010.



SANTOS, Hamilton Toldo dos. **A democratização do esporte e lazer em Porto Alegre: um estudo das Políticas Públicas no período de 1989 a 2000.** 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SILVA, Luis Henrique Rolim; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. O uso das fontes orais nas pesquisas em história do esporte: memórias da “Corrida do fogo simbólico”. **Cinergis**, v. 14, n. 3, p. 166-171, jul./set. 2013.

SPAGGIARI, Enrico. **Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana.** 2015. 470 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação física, esporte e diversidade.** Campinas: Autores Associados, 2005.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico.** Campinas: Autores Associados, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano. **Movimento**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 52-66, 1997.

ZAMBELLI, Túlio Mateus. **Significados da natação para praticantes máster de um clube cidade de Porto Alegre: um estudo etnográfico.** 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Mariane Goettert Martins, mestranda do curso de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o/a convido a participar como voluntário/a do estudo intitulado “Campeonato Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre: uma abordagem histórica (1993-2014)”. A pesquisa será por mim desenvolvida, sob a responsabilidade do Professor Doutor Marco Paulo Stigger.

Essa pesquisa tem por objetivo descrever de que forma o Campeonato Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre vêm se constituindo um fenômeno social e cultural da cidade, no que se refere às relações entre as suas diferentes instituições participantes e os seus reflexos nas lógicas esportivas adotadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa realizarei entrevistas com pessoas que participam/participaram da história do Municipal da Várzea, principalmente aquelas que estão/estiveram relacionadas com a sua organização, sendo você uma delas. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Uma versão será encaminhada para que você possa ler, realizar ajustes e - se for o caso - aprovar o conteúdo.

Antes de concordar em participar da pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento, as quais estão de acordo com a Resolução nº 466, de 12/12/2012, que trata de aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. Os pesquisadores deverão esclarecer todas as suas dúvidas antes de iniciar a pesquisa e mesmo que já tenha dado a sua autorização, você tem o direito de desistir de participar do estudo a qualquer momento.

Vale ressaltar que sua participação nessa pesquisa é gratuita e não acarretará nenhum ônus para você. Caso queira esclarecimentos e sinta que seus direitos foram violados em algum momento, favor remeter-se ao Pesquisador Responsável e/ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Avenida Paulo Gama, 110, 7º andar, Porto Alegre/RS, CEP: 90040-060, telefone: 3308.3738, ou no e-mail: [pro-reitoria@propesq.ufrgs.br](mailto:pro-reitoria@propesq.ufrgs.br).

Qualquer dúvida a respeito de aspectos específicos da pesquisa, favor entrar em contato com Mariane Goettert Martins (email: [marianegmartins@hotmail.com](mailto:marianegmartins@hotmail.com); fone: 51-92691478), ou com o Professor Marco Paulo Stigger, responsável pela pesquisa (email: [stigger.mp@gmail.com](mailto:stigger.mp@gmail.com); fone: 51-96923641).

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Assinatura do pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. Vocês receberá uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

---

Participante da pesquisa

## **APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FUNCIONÁRIOS DA SME**

1. Dados pessoais
2. Há quanto tempo esteve envolvido com o Campeonato? Como começou esse vínculo? E terminou?
3. Antes do Municipal havia algum campeonato organizado pelo Poder Público?
4. Como iniciou o Campeonato? Quem foram os agentes responsáveis pelo seu surgimento?
5. Quais eram tuas funções na Gerência de Futebol?
6. Você vivenciou mudanças durante o período que trabalhava com o Municipal? Quais?
7. Como foi a participação das Ligas no Campeonato ao decorrer dos anos?
8. Houve conflitos? Quais? Com quem?
9. Por que ocorreu a suspensão da categoria livre?
10. O nome do Campeonato passou de ‘Várzea’ para ‘Amador’. Por que aconteceu isso?
11. No regulamento aparece em um momento a palavra ‘atleta’ e em outro, ‘jogador’. Por que?
12. Houve mudanças das equipes participantes do Municipal ao decorrer dos anos? Por que?
13. O Regulamento vai modificando ao passar dos anos. Como foi acontecendo isso? Quem eram os principais responsáveis?
14. Como funciona a contratação dos árbitros? Houve muitos conflitos com eles ao decorrer do Campeonato?
15. Como são escolhidos os campos em que ocorrem as partidas do Campeonato? Quais são os critérios?
16. A varzinha faz parte do Municipal ou é considerada um campeonato à parte? Fale um pouco sobre ela.
17. No Regulamento, ao passar dos anos, nota-se o aumento dos artigos nos aspectos disciplinares. Por que acontece isso? Quem são os responsáveis?
18. Durante o tempo em que você esteve no Campeonato, conseguiram patrocinadores? Como ocorreu isso?
19. Algo que queira comentar?

## **APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PRESIDENTES DE LIGAS**

1. Dados pessoais
2. Dados da Liga (nome, data de fundação, categorias participantes, campos que ocorrem os jogos).
3. Quanto tempo está na presidência? É dirigente de alguma equipe também?
4. Há quanto tempo está envolvido com o Campeonato? Como começou esse vínculo?
5. Antes do Municipal, como as Ligas funcionavam? Havia algum campeonato organizado pelo Poder Público?
6. As Ligas foram importantes para o surgimento do Municipal? Por que?
7. Como você vê a SME no Campeonato?
8. Você vivenciou mudanças durante o período que presenciou o Municipal? Quais?
9. Como foi a participação das Ligas no Campeonato ao decorrer dos anos?
10. Houve conflitos? Quais? Com quem?
11. Por que ocorreu a suspensão da categoria livre?
12. O nome do Campeonato passou de ‘Várzea’ para ‘Amador’. Por que você acha que aconteceu isso?
13. Você acha que o ‘Regulamento Geral’ foi importante para o desenvolvimento do Campeonato? As equipes respeitavam?
14. Houve mudanças das equipes participantes das Ligas e do Municipal ao decorrer dos anos? Por que?
15. Teve alguma modificação na sua relação com os times e os jogadores participantes do Campeonato ao passar dos anos?
16. Como funciona a contratação dos árbitros na sua Liga? Há muitos conflitos com eles? E com os do Municipal?
17. No Regulamento, ao passar dos anos, nota-se o aumento dos artigos nos aspectos disciplinares. Por que acontece isso? Quem são os responsáveis?
18. Sua Liga possui ou possuiu patrocinador?
19. Algo que queira comentar?